

7 CONVERSAS COM ARQUITETAS

7 CONVERSAS COM ARQUITETAS
TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO E NA PROFISSÃO
DO PONTO DE VISTA DE MULHERES (1967-2020)

TABRALHO FINAL DE GRADUAÇÃO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
2020

TATIANA BOTELHO SCHOLZ
ORIENTADORA: ANA CLAUDIA VEIGA DE CASTRO
PALAVRAS-CHAVE: ENTREVISTAS; GÊNERO; MEMÓRIA.



VÍDEO
[BIT.LY/TFG7CONVERSASVIDEO](https://bit.ly/tfg7conversasvideo)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Clarissa, Anália, Sarah, Paula, Ana Gabriela, Helena e Beatriz, por terem aceitado compartilhar memórias e reflexões comigo, tornando possível este trabalho.

Agradeço à Ana Castro, que, sempre com toda simpatia e bom humor, me ajudou a superar primeiro o desafio de descobrir o que eu queria fazer, depois de compreender o que eu já estava fazendo e, por fim, de aceitar e concluir o que pôde ser feito.

Ao VideoFAU, especialmente ao Diógenes e à Rose, pelas orientações atenciosas, mesmo em tempos tão caóticos.

À toda a minha família que me apoiou durante todo o caminho. Ao meu irmão pela inspiração ao conhecimento desde sempre, ao meu pai pelo incentivo e otimismo, à minha irmã pelas boas conversas, à minha mãe pelo carinho e por me lembrar sempre que preciso que vai dar tudo certo. Às minhas avós Zita, Zélia e Junia mulheres fortes e inspiradoras.

Às amigas e amigos queridos que a FAUUSP me trouxe e a todos os outros que me acompanharam nessa longa jornada, por tornarem os últimos anos tão cheios de alegrias. Especialmente à Rafaela Fiorini, Tamara Ganhito, Marco Aurélio Pierin e Olivia Tameirão pela ajuda no desenvolvimento do trabalho.

Ao Leone, por deixar tudo mais bonito e por estar ao meu lado mesmo de longe.

RESUMO

Este trabalho buscou, através de entrevistas com mulheres docentes em cursos de Arquitetura e Urbanismo, ter uma compreensão panorâmica de transformações que a área sofreu nas últimas décadas. Além de questões relativas ao ensino e trajetória profissional, as entrevistas buscaram explorar, através da memória individual das entrevistadas, como é percebida a presença das mulheres - enquanto discentes, docentes, bibliografia, referências, colegas profissionais - flagrando contrastes entre os momentos de graduação de cada uma delas e hoje. O grupo de entrevistadas, variado no que diz respeito às áreas de atuação e também em relação ao período de formação (entre 1967 e 2006), buscou compor esse espectro ao longo das décadas e explorar diferentes intersecções possíveis entre Arquitetura, Urbanismo e gênero.

ABSTRACT

The aim of this study is, through interviews with women teachers in Architecture and Urbanism courses, search a panoramic understanding of transformations that the area has undergone in the last decades. Besides questions related to teaching and professional trajectory, the interviews sought to explore, through the individual memory, how the presence of women is perceived - as students, teachers, bibliography, references, professional colleagues - finding contrasts between the graduation moments of each one and the current times. The group of interviewees, varied both with regard to the areas of expertise as well as the graduation period (between 1967 and 2006), sought to compose this spectrum over the decades and explore different intersections between Architecture, Urbanism and gender.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
OBJETIVO	7
APRESENTAÇÃO	7
I. APROXIMAÇÃO TEÓRICA.....	14
I.1 REFERÊNCIAS DE COLETÂNEAS DE DEPOIMENTOS	15
A. OS INQUÉRITOS NACIONAIS	15
B. DEPOIMENTO DE UMA GERAÇÃO	17
C. SOBRE ARQUITETURA BRASILEIRA E ENSINO NA VIRADA DO SÉCULO	18
I.2 SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA	19
A. DA HISTÓRIA OFICIAL ÀS HISTÓRIAS NO PLURAL	19
B. HISTÓRIA E MEMÓRIA	21
C. A HISTÓRIA DAS MULHERES	26
I.3 A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA ARQUITETURA E URBANISMO	37
A. PRESENÇA DE MULHERES NA PROFISSÃO, NOS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS E NO ENSINO	37
2. O VÍDEO.....	44
2.1. O DOCUMENTÁRIO POSTO EM QUESTÃO	45
2.2 REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS	48
3.3 ESCOLHA DAS ENTREVISTADAS	51
3.5 PRODUÇÃO	52
A. ROTEIRO	52
B. CAPTAÇÃO	52
C. DECUPAGEM	53
D. MONTAGEM E EDIÇÃO	54
3. AS ENTREVISTAS.....	56
SARAH FELDMAN	68
HELENA AYOUB	88
ANÁLIA AMORIM	100
ANA G. GODINHO LIMA	120
PAULA SANTORO	150
BEATRIZ TONE	174
CLARISSA PAULILLO	200
4. INTERSECÇÕES ENTRE AS FALAS.....	200
CIVILIDADE	202
FAZER COLETIVO	204
PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA	212
VIVÊNCIA DA MULHER NA CIDADE	214
CONCEITO DE GRANDE OBRA	217
CONCLUSÃO.....	220
BIBLIOGRAFIA.....	224





INTRODUÇÃO

No início do processo de realização do Trabalho Final de Graduação havia a vontade de olhar para o tema da história da arquitetura sob ângulos “menos comumente enquadradados”. Era uma vontade ampla e disforme, que abarcava o interesse pela arquitetura popular, ‘ordinária’ ao invés da excepcional, por ler-se nos espaços influências outras, como as contribuições invisibilizadas das mulheres - fossem elas arquitetas, artistas de rua ou habitantes de qualquer espaço comum. Pouco a pouco algumas ideias foram se delineando. A vontade de pesquisar sobre a intersecção entre perspectiva de gênero e AU na sua multiplicidade de desdobramentos e de se explorar esse tema através de um método que não fosse estritamente teórico, tendo a bibliografia como fonte principal e que visasse responder uma questão única. Desta vontade constrói-se a ideia de um conjunto de entrevistas, permitindo uma aproximação ao tema de modo plural e visando a composição dessa reflexão a partir de diversas perspectivas e discursos.

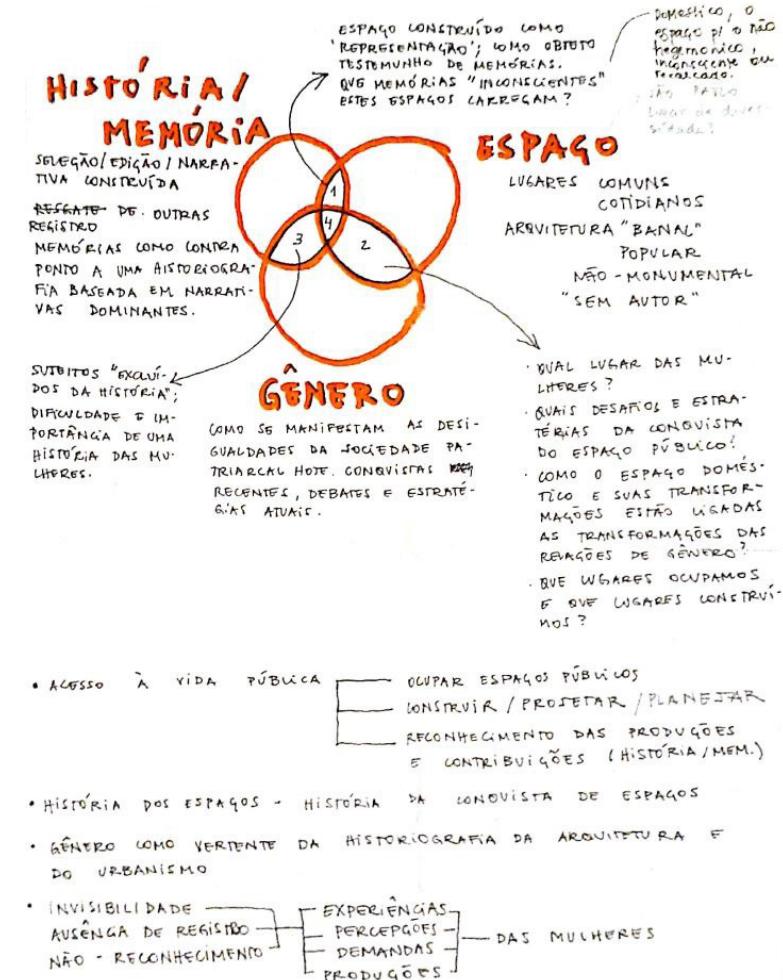
O grupo de entrevistadas foi selecionado de modo a variar as áreas de atuação e os momento de formação. Foram entrevistadas sete arquitetas formadas entre 1971 e 2006: Clarissa Paulillo, Anália Amorim, Sarah Feldman, Helena Ayoub, Ana Gabriela Godinho Lima, Beatriz Tone e Paula Santoro. Inicialmente, imaginava-se a apresentação dos depoimentos a partir da linguagem audiovisual, tendo como produto final um documentário média metragem. No entanto, a pandemia do coronavírus que se abateu sobre nós em março de 2020 fez com que a maioria das conversas fossem realizadas através encontros virtuais. A captação através de videochamadas prejudicou enormemente a qualidade de vídeo e áudio, levando à uma adaptação do formato do trabalho. O resultado final, um pequeno vídeo e o presente caderno, que apresenta as entrevistas transcritas, parte da decisão de não perder a riqueza dessas conversas, registrando-as em sua completude, mas sem abrir mão do uso linguagem audiovisual.

O que se apresenta neste caderno é o registro do processo de elaboração e contextualização das questões a serem abordadas (capítulo 1), do processo de produção das entrevistas e do vídeo

(capítulo 2), as entrevistas transcritas (capítulo 3), algumas intersecções e questões levantadas a partir do material produzido (capítulo 4) e considerações finais.

Buscando referências para a formulação das entrevistas que compõem esse trabalho, tanto no sentido de compreender as transformações da profissão ao longo do tempo quanto para a própria elaboração de um roteiro de perguntas, foram consultadas algumas obras de coletâneas de depoimento na Arquitetura e Urbanismo: os Inquéritos Nacionais (realizados pelo IAB-RJ em 1961 e 1981), o livro *Depoimento de uma Geração* (Organizada por Alberto Xavier em 1987) e, por fim, a pesquisa *Sobre arquitetura brasileira e ensino na virada do século: Depoimentos de professores arquitetos da FAUUSP*, realizada por uma vasta equipe de professores entre 1996-2008, coordenada por Lucinda Prestes e publicada em 2008 sob a organização de Miguel Pereira. O caráter panorâmico das questões contempladas nestas obras, a análise dentro de seu contexto histórico - no caso das duas primeiras - e a extensa análise da metodologia aplicada - no caso da terceira - foram materiais que ajudaram a delinear este projeto.

Recorrer a entrevistas com o intuito de contribuir para a história (seja de uma profissão, seja de outros temas) também se apoia na ideia de que a história pode ser enriquecida por novos olhares; pela perspectiva da memória individual e pela análise de fenômenos manifestos na escala 'micro' da trajetória pessoal. Ou seja, acredita-se que, ainda que não exista aqui um material extenso de cunho estatístico, estes poucos e pontuais depoimentos possam contribuir para elucidar perspectivas, transformações e, principalmente, colocar questões sobre como é e como se transformou a presença das mulheres na profissão e no ensino da arquitetura nas últimas décadas. Nesse sentido, também foi essencial a leitura de uma bibliografia sobre a memória - coletiva e individual -, sua relação com a história e sobre as próprias mudanças disciplinares no interior do campo histórico, que permitiu a essa disciplina uma abertura a novos temas, recursos metodológicos e escalas de análise. Assim, foram consultadas algumas obras percorrendo-se de



maneira pontual e interessada os escritos de Ecléa Bosi (*Memória e sociedade: Lembrança de velhos*, 1979), bem como dos historiadores Maurice Halbwachs (*A memória coletiva*, 1990), Pierre Nora (*Entre memória e história: a problemática dos lugares*, 1993), Jacques le Goff (*História e memória*, 1990), Carlo Ginzburg (*A micro-história e outros ensaios*, 1989), e ainda o historiador paulista Ulpiano Bezerra de Meneses (*História cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais*, 1992).

A escolha pelo enquadramento de trajetórias e memórias femininas se apoia na compreensão de que, ainda que a História tenha sido reformulada, ampliada e revista incluindo perspectivas menos ‘canônicas’, persiste em certo grau, e na história da arquitetura sobretudo, uma narrativa sobre ‘grandes homens’, na qual a contribuição e o olhar das mulheres é sistematicamente excluído. Enquanto reconstituição dos fatos passados, selecionados e editados, a história tem inevitavelmente um caráter ideológico. Nesse sentido, cabe reconhecer no discurso canônico uma ideologia de ocultamento das classes marginalizadas ou excluídas, e a potência, também ideológica, de uma história que busque desconstruir este silenciamento e que, ao trazer à luz novas personagens, reivinde o seu reconhecimento. Por fim, ainda no primeiro capítulo buscou fazer um breve levantamento da presença das mulheres na profissão hoje.

O segundo capítulo trata do tema do vídeo. Primeiro, traz uma breve reflexão sobre a linguagem do documentário e a tematização do depoimento individual, trazendo algumas notas das obras *Mas afinal... O que é mesmo documentário?* (Fernão Ramos, 2008), *Documentário brasileiro contemporâneo e a micro-história* (Karla Holanda, 2006) e *Retratos em diálogo: notas sobre o documentário brasileiro recente*. (Carla Mesquita, 2010). Depois são expostas algumas referências audiovisuais, indicando brevemente pontos de interesse em cada obra. Em seguida, apresenta-se o relato das etapas de produção das entrevistas e do vídeo.

No terceiro capítulo são apresentadas as entrevistas transcritas, organizadas por ordem cronológica de realização. E, por fim,

o quarto capítulo foi elaborado com o intuito de propor algumas relações e intersecções entre os depoimentos, buscando adaptar textualmente algo que, no formato documentário, seria realizado através da própria montagem. O que propõe, então, não se trata do esgotamento daquele conteúdo, mas do mapeamento de alguns cruzamentos entre as falas afim de sinalizar alguns debates que as permeiam.



I. APROXIMAÇÃO TEÓRICA



I.I REFERÊNCIAS DE COLETÂNEAS DE DEPOIMENTOS

A. OS INQUÉRITOS NACIONAIS

O I Inquérito Nacional de Arquitetura (INA) foi publicado em 1961 como um suplemento dominical do Jornal do Brasil, em parceria com o IAB-RJ e sob a coordenação do arquiteto Alfredo Brito. O escopo da pesquisa era traçar um panorama das perspectivas da profissão. Nesse sentido, as questões são intrinsecamente ligadas ao contexto daqueles anos e revelam preocupações como, por exemplo, a regulamentação profissional, a função sócio-econômica da arquitetura, a racionalização da produção, bem como passam pelo debate em torno das correntes organicista e racionalista, encarando a síntese das artes, que ganhava novos sentidos naquele momento.

Partindo do conceito de documento-monumento, o qual aponta para a seleção intencional daquilo que é considerado importante reter e publicar sobre o passado, a leitura desses documentos revelou mudanças da profissão do arquiteto. Recortes como os arquitetos selecionados, seu local de atuação e o conjunto de perguntas realizadas demonstram que os INA remontam à constante luta para afirmar o campo profissional (VIDOTTO, MONTEIRO, NAKANDAKARE, 2017, p. 1)

A publicação deste conteúdo num jornal diário demonstra a relevância pública que o campo da arquitetura testemunhava no momento, condensada na construção de Brasília, e que, para além disso, prometia ser, na sua regulamentação e modernização, um instrumento para reformas produtivas colocadas como base do desenvolvimento nacional. Nas palavras de Hugo Segawa, havia um:

sentimento eufórico, que contagiou a todos, no pressentir da afirmação, afinal, de uma profissão que até então lutava pela própria regulamentação. (SEGAWA, 1983, p. 18)

Vinte anos depois, em 1981, publica-se o II INA, organizado novamente pelo IAB-RJ, e que vinha sendo preparado desde o início da década anterior, passando pela coordenação de diferentes arquitetos.

Pôde-se identificar que o intervalo de 20 anos entre a publicação do I e do II INA não foi planejada. Desde os primeiros anos da década de 1970 o IAB buscou produzir a segunda versão do documento, a qual passou pela coordenação do arquiteto Alberto Xavier e, posteriormente de José Carlos Córdova Coutinho e José Maria Salles Lessa. Entretanto o documento só veio a ser publicado novamente na década de 1980, sob coordenação do IAB carioca, o mesmo que coordenou a primeira edição. Os motivos que inviabilizaram a publicação na década de 1970 não foram mencionados nas fontes consultadas. (VIDOTTO, MONTEIRO, NAKANDAKARE, 2017. p. 7)

À diferença do primeiro, neste novo Inquérito se revelava uma visão mais ampla do profissional de arquitetura, demonstrada pelo grupo maior e mais diverso de entrevistados (VIDOTTO, MONTEIRO, NAKANDAKARE. 2017. p 5), e que desta vez contaria com a colaboração de duas profissionais mulheres, Ermínia Mari-cato e Lina Bo Bardi.

Além disso, dado o contexto do *boom* de escolas de arquitetura após as reformas promovidas pela Ditadura no ensino superior, o próprio ensino entra como pauta. Ganha maior importância também a questão urbana e habitacional, afinal, as grandes cidades brasileiras haviam presenciado na última década um imenso crescimento marcado pela precariedade, ao passo que esperança de um programa habitacional havia provocado certa frustração.

Por fim, a regulamentação da profissão, que aparecia como expectativa em 1961, dá espaço para um enfoque no desempenho dos órgãos de representação da classe, já consolidados. Nota-se assim uma

urgência de sistematizar a opinião dos arquitetos numa reativação da discussão da arquitetura através dos temas de seu cotidiano profissional" (WISSENBACH, 1982, p. 6).

Para o presente trabalho, tais inquéritos foram uma referência de documentação de questões do campo da arquitetura através do depoimento de profissionais atuantes na área. Sua intencional amplitude de temas indicava o caminho da multiplicidade de questões.

B. DEPOIMENTO DE UMA GERAÇÃO

Depoimento de uma geração é uma célebre coletânea de ensaios sobre arquitetura moderna brasileira organizada por Alberto Xavier em 1987. Sua repercussão foi tamanha que chegou a ser indicada como um dos dez livros mais importantes do campo na década de 1980 (XAVIER, 2003, p.11), além de se tornar bibliografia de referência para cursos de arquitetura desde então. Em 2003 a obra foi republicada, contando com alguns acréscimos.

Diferentemente do formato dos Inquéritos, aqui se apresentam ensaios que foram produzidos em diversas datas e ocasiões, por vários autores e com diferentes objetivos. Ou seja, no lugar de um roteiro fixo a ser respondido por todos, nessa obra cada autor escreveu respondendo à uma situação ou questão específica, e coube ao organizador as escolhas de selecionar e de como os agrupar e ordenar. A aproximação com esse modelo menos padronizado de depoimentos contribuiu para a elaboração dos roteiros individualizados, com certa liberdade de adaptação às áreas de interesse e atuação específicas das entrevistadas.

C. SOBRE ARQUITETURA BRASILEIRA E ENSINO NA VIRADA DO SÉCULO: DEPOIMENTOS DE PROFESSORES ARQUITETOS DA FAUUSP

O livro é resultado de uma longa pesquisa realizada por docentes e grupos de pesquisa da FAUUSP entre 1996-2005, com o objetivo de “promoção de um debate brasileiro sobre a arquitetura, na virada do milênio” (PEREIRA, 2008. p 15, vol 1). A intenção inicial, proposta pela arquiteta e professora Lucinda Prestes era mais modesta: produzir um registro da obra dos docentes no último quarto de século. Quando o arquiteto e professor Sylvio Sawaya assume o projeto junto à FAPESP, amplia-se o escopo para um debate da produção e do pensamento arquitetônicos na virada do século no Brasil. E, na etapa final, quando a pesquisa foi assumida pelo arquiteto e professor Miguel Pereira, conclui-se em seu caráter definitivo: uma extensa coletânea baseada em 59 depoimentos de professores, todos acompanhados de um registro da produção individual de cada entrevistado. Além disso, dentre os produtos parciais estão as gravações em vídeo de cada entrevista.

A despeito do ambicioso objetivo de constituir este “verdadeiro banco de dados”, nota-se que este projeto não teve grandes rebatimentos nas pesquisas da escola. Fato evidenciado na dificuldade de localizar essa publicação e os vídeos a ela referentes, desconhecidos a não ser para aqueles que estavam presentes de alguma forma no momento de sua produção - e que então puderam auxiliar na localização do material: a série cadernos publicados ao longo do processo e a sistematização em dois volumes, depositadas na Biblioteca da FAUUSP, e as gravações, arquivadas no VideoFAU.

A publicação conta com um capítulo introdutório que tem como objetivo o embasamento crítico, conceitual e teórico para auxiliar a leitura do material. Dedica-se nele grande energia em contextualizar as entrevistas dentro do momento histórico do país e dos debates presentes na arquitetura no período, além de uma descrição detalhada da metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa.

Esta pesquisa se configura como um material precioso para o presente trabalho, sendo uma fonte importante em diversos sentidos: (1) contextualização histórica e dos debates que permeavam o campo no período 1975-2000; (2) referência metodológica, pois, ainda que completamente diversa em sua escala, há algo em comum no desafio de elaborar questões para traçar um panorama do campo; e enquanto (3) fonte documental - os vídeos das entrevistas com Maria Luiza Correa, Marlene Yurgel, Regina Prosperi Meyer, Sheila Ornstein, Yvonne Mautner e Ermínia Maricato - as seis mulheres dentre o grupo de cinquenta e nove entrevistados, gentilmente digitalizados pela equipe do VideoFAU, e dos quais se pretendia selecionar trechos para compor este documentário, que, infelizmente, devido às vicissitudes, não pôde ser realizado.

1.2 SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

A. DA HISTÓRIA OFICIAL ÀS HISTÓRIAS NO PLURAL

Como fonte para situar historiograficamente a ‘descentralização’ da história - no campo da arquitetura e da cidade - foi importante a leitura do artigo *Microhistory of modern city: urban space, its use and representation*, de Nancy Stieber (1999). A autora elenca neste breve texto uma série de transformações disciplinares desde o fim do século XIX ao presente, traçando um panorama dos principais momentos, autores e conceitos que reformularam a abordagem histórica, e como essas novas vertentes contribuem para a história e estudo das cidades. Stieber lembra que a contribuição de historiadores pioneiros, como Leopold von Ranke (1795-1886) e Jacob Burckhardt (1818-1897), foi essencial na introdução do método científico na pesquisa histórica. O empirismo daqueles autores se evidenciava na valorização das fontes primárias como recurso primordial da história. Ainda que resista a ideia de uma identidade coesa de cada era, a noção de fatores múltiplos foi uma contribuição definitiva para o desenvolvimento de uma história

menos determinística, que abarcasse a complexidade da relação entre sociedade e cultura¹. Stieber ressalta também a contribuição dos neo-marxistas Raymond Williams e E. P. Thompson, já na segunda metade do século 20, que abandonaram a intenção reducionista de conceber a cultura como mero produto dos estágios de modo de produção, em prol de abordá-la como um processo social que relaciona diversos fatores. Na década seguinte, enquanto Carlo Ginzburg e outros historiadores italianos abrem o caminho da chamada micro-história - do estudo das experiências individuais como objeto para compreender a cultura -, a *Escola dos Annales*, que nasce da contraposição aos historicistas do século XIX, faz uma revisão de seu projeto inicial de história totalizante de longa duração, substituindo-o pelo interesse pelas mentalidades.

Se a transdisciplinaridade e a revisão do modelo positivista foram colocados em pauta desde a primeira geração desta escola por Marc Bloch e Lucien Febvre, décadas depois, o método de pesquisa histórica se mostrava nutrido e expandido pela bibliografia produzida em outras áreas como a sociologia, antropologia, filosofia e psicologia. Nos anos 1970, a chamada terceira geração dos *Annales* irá reafirmar a importância da interdisciplinaridade para a pesquisa histórica. Neste momento o conceito de memória coletiva, cunhado décadas antes pelo sociólogo Halbwachs em sua obra

1 “While his effort was to evoke a total picture of an era, his concern was not to fit his evidence into an a priori total system. He posited no overarching abstract system of historical development, no reduction of culture or society to a unitary or comprehensive view. Burckhardt’s approach to history through the three foci of state, religion, and culture, or alternatively politics, ideology, and the arts, thus established a nondeterministic method of relating material culture and society. His analyses (...) pointed the way to pluriform historical analysis without any dogmatic theory of causality or determination. Burckhardt provided a model for writing about the visual in context, although, as Ernst Gombrich has argued, in his vision of culture as unified, consistent, and harmonious, there was an implicit Hegelian assumption that all aspects of a culture relate to a presumed unitary spirit of the age. Nonetheless, Burckhardt’s magisterial histories suggest the complex relationship of culture and society, a relationship whose further elucidation becomes the critical historiographical problem for any history of urbanism.” (STIEBER, 1999, p.382)

homônima publicada postumamente em 1950, será recuperado e reinterpretado por Jacques Le Goff e Pierre Nora, como veremos a seguir.

B. HISTÓRIA E MEMÓRIA

Para tangenciar a relação entre memória e história, vale retomar, ainda que de maneira breve, o que alguns autores argumentaram a esse respeito. Em primeiro lugar, na definição de Halbwachs, em *A memória coletiva*, há duas diferenciações importantes a se fazer. A primeira, entre memória pessoal e memória social/coletiva² e a segunda entre memória coletiva e história³, ainda que todas elas estejam imbricadas e se componham mutuamente. O que Halbwachs mostra é que não existe um juízo de valor entre elas, mas sim que suas naturezas são distintas, assim como é distinta a maneira que os fatos se apresentam em cada uma dessas modalidades do pensamento.

2 “Seria o caso de distinguir **duas memórias**, que chamaríamos, se o quisermos, a uma **interior** ou **interna**, a outra **exterior**; ou então a uma **memória pessoal**, a outra **memória social**. Diríamos mais exatamente ainda: **memória autobiográfica** e **memória histórica**. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão de uma forma **resumida e esquemática**, enquanto a **memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso**.” (HALBWACHS, 1990, p. 55) [grifo nosso]

3 “A memória coletiva não se confunde com a história(...). A **história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens**. (...) os acontecimentos do passado são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. É por que geralmente a **história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social**. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente.” (op. cit., p. 80)[grifo nosso]

Outro ponto importante é a ideia da memória enquanto fruto do presente, que já transparecia na teoria de Bergson. Ainda que este defendesse uma ideia de conservação integral do passado em um estado latente inconsciente, já sinalizava que a retomada consciente da memória é uma operação presente. Nas suas palavras: “é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde.” (BERGSON apud BOSI, 1979, p. 48), ponto afirmado de maneira mais definitiva por Halbwachs. Ao considerar a memória individual como algo inseparável do contexto no qual é produzida (grupos, instituições e sociedade a qual pertença o indivíduo), Halbwachs reafirma a sua construção no momento presente. Este ponto é retomado de maneira precisa por Ecléa Bosi em sua obra *Memória e Sociedade - Lembrança de Velhos* (1979):

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam a nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, por que nós não somos os mesmos de então e por que nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro e põe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 1979, p. 55)

Esta característica também é reafirmada pelo historiador Ulpiano Bezerra de Meneses, no artigo *História cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais*,

propõe uma reflexão sobre a dominação do presente sobre a memória, sendo deste presente produto e intenção. O historiador afirma: “A memória é filha do presente. Mas, como seu objeto é a mudança, se lhe faltar referencial do passado, o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer projeto” (MENESES, 1992, p. 14).

Pierre Nora, em seu artigo *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, fruto de suas reflexões sobre o tema, em tom fatalístico afirma que a memória na nossa sociedade não existiria mais. Para o autor, naquele momento história e a memória seriam fenômenos concorrentes: a primeira sendo um agente destrutivo da segunda, ao passo que a segunda buscaria repelir a primeira na busca de sua autonomia⁴. Suas colocações tratam especificamente do contexto francês, no qual Nora vê a memória perdida no processo de modernização e no êxodo rural, ao mesmo tempo que forjada pela história-memória, que procurava na narrativa do passado um mito de origem nacional e o enaltecimento de uma identidade baseada numa noção de continuidade entre passado e presente. Os lugares de memória e a obsessão de arquivar os vestígios materiais do passado, vividos na França daqueles anos, seriam artifícios da busca por uma relação ritual com o passado, que estaria ligada à própria perda da memória. A ruptura do modelo de história-memória colocaria a memória não mais como componente da identidade, mas sim de alteridade: “Não mais uma gênese mas o deciframento do que somos à luz do que não somos mais.” (NORA, 1993, p 20). Multiplicavam-se “as memórias particulares que reclamam sua própria história.” (ibidem, p. 18). O que nos interessa aqui não são as particularidades do caso francês, mas refletir com Nora sobre como a memória do passado pode operar como afirmação ora de continuidade, ora de alteridade, e pensar como a memória individual serviu, em momentos diferentes, a fins quase opostos; a memória totalizante e a memória infinitamente múltipla.

.....

⁴ “O nascimento de uma preocupação historiográfica é a história que se emprende em emboscar em si mesma o que não é ela própria, descobrindo-se como vítima da memória e fazendo um esforço para se livrar dela” (NORA, 1993, p. 10)

A desconstrução da noção positivista da história, baseada em documentos oficiais e monumentos no sentido clássico, abriu espaço para novos objetos serem tomados como ‘testemunhos’, isto é, gerou um movimento de expansão de fontes, que, junto a uma grande mudança de ordem material na quantidade de dados e documentos produzidos, culminaria em uma história massiva. A aproximação com a sociologia contribuiu para essa perspectiva de macro análises, e os sujeitos, no lugar dos ‘grandes homens’ e dos ‘grandes feitos’, passavam a ser as massas e, em seguida, os sujeitos comuns. Nesse sentido é que ganha relevância a discussão sobre o que são e a que servem os documentos e os monumentos. Em primeiro lugar, é importante a noção de que, assim como a história não é algo de natureza isenta ou neutra, os documentos também não o são. Jacques Le Goff, em *História e memória* (1990), lembra que é preciso considerar os documentos enquanto artefatos produzidos segundo relações de força e de poder⁵ de um determinado contexto, para que estes possam ajudar a compor, ao lado de outros elementos, uma análise histórica. Ou seja, é preciso considerá-los como monumentos⁶, ainda que não tenham sido feitos com esta intenção consciente.

5 “Não existe um documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico, pode muito bem detectar-se ao nível dos dados mediante os quais a atual revolução documental tende a substituir os documentos. (...) O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.” (LE GOFF, 1990, p. 470)

6 “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (...) um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.” (op. cit., p.472/473)

Colocadas de diferentes formas por estes autores, ainda que com algumas coincidências, não nos interessa aqui buscar uma definição precisa de história ou memória, mas colocar em pauta a constante fricção entre passado e presente, entre indivíduo e contexto. Importa, sobretudo, pontuar que a memória não é uma constatação de uma verdade objetiva apreendida em outro tempo, mas fruto de uma série de reformulações, de reconstruções.

C. A HISTÓRIA DAS MULHERES

A multiplicação das memórias particulares é descrita por Ulpiano Bezerra de Meneses como contrapeso do abandono de modelos totalizantes⁷. Dentro deste movimento, o autor situa também o estudo do esquecimento, da amnésia e da história dos excluídos - “dos escravos, mulheres, crianças, operários, minorias raciais e sociais, loucos, oprimidos de todo tipo” - e complementa que

Não é suficiente apenas dar voz aos silenciados. É imperioso detectar e entender as multiformes gradações e significações do silêncio e do esquecimento e suas regras e jogos. (MENESES, 1992, p.17). [grifo nosso]

Buscou-se entrar em contato com algumas das produções que abordaram a história das mulheres e uma análise de como opera o silenciamento da memória feminina.

Em primeiro lugar, é importante colocar que o campo da história das mulheres não é monolítico, apresentando uma série de discordâncias e disputas internas bem como transformações e reformulações ao longo do tempo, como coloca Michelle Perrot:

7 “A falta de estudos sistemáticos e globais tem sido contrabalançada por um grande número de investigações tópicas, embora algumas de amplo alcance. Assim, muitos estudos se dedicaram aos mecanismos explícitos do esquecimento, pela eliminação sistemática de seu referencial empírico, principalmente simbólico.” (MENESES, 1992, p. 17)

Em trinta anos várias gerações intelectuais se sucederam, as quais produziram com as teses, os livros, uma acumulação que já não é mais “primitiva”. (...) A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida, privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. **Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade.** Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais. (PERROT, 2007, p.16).

A historiadora francesa, que dedicou-se principalmente ao estudo das mulheres e da classe operária, coloca em sua obra *Minha História das Mulheres* dois principais fatores associados à invisibilidade da mulher na história: primeiro, “porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato.” (Ibidem, p.16) - aqui, refere-se não tanto o espaço público do cotidiano, do qual as mulheres sempre participaram⁸, mas ao espaço da vida pública, oficial, que aquele digno de registro e documentação. O que a leva ao segundo fator: o silêncio das fontes.

As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções

8 Ainda que esta participação feminina no espaço público tenha sofrido grandes oscilações com as transformações urbanas do século XIX consequentes da industrialização, quando uma série de modos de usar o espaço público, que configuravam lugares de encontro das mulheres na cidade, são reprimidas, realocadas perifericamente ou em lugares fechados - como a autora expõe no capítulo *As mulheres na cidade*, no livro *As mulheres ou os silêncios da história*. (PERROT, 2005.)

domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. (...) Existiu até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra. Quanto aos observadores, ou aos cronistas, em sua grande maioria masculinos, a **atenção que dispensam às mulheres é reduzida ou ditada por estereótipos.** E claro que falam das mulheres, mas generalizando. (...) **A prolíxidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas.** O mesmo ocorre com as imagens. Produzidas pelos homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos ou os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. (Ibidem, p.17)

Estes fatores conformam, segundo a autora, o silêncio das mulheres no relato, que hoje já recebeu atenção da disciplina histórica e foi, em certa medida, combatido. Desde o período entre-guerras já existiam algumas tentativas de colocar em pauta uma história das mulheres e até mesmo do movimento feminista, porém não tomaram espaço na agenda da revolução historiográfica da *Escola dos Annales*⁹. A emergência dessa questão se deu com mais solidez a partir de 1960 e se difundiu internacionalmente principalmente a partir de 1970. Este processo está conectado intrinsecamente com transformações de natureza científica, social e política. A primeira refere-se a

(...) renovação das questões, ligada à crise dos sistemas de pensamento (marxismo, estruturalismo), à modificação das

9 “Bastante inovadora, essa escola rompeu com uma visão da história dominada pelo exclusivismo político. Mas o econômico e o social permaneceram como suas prioridades: seus pesquisadores não cogitavam da diferença dos sexos, que, para eles, não constituía uma categoria de análise.” (PERROT, 2007, p.19)

alianças disciplinares e à proeminência da subjetividade. A história alia-se à antropologia e redescobre a família, cuja demografia histórica, em plena expansão, serve de medida a todas as dimensões. Através da natalidade, da nupcialidade, da idade ao contrair núpcias, da mortalidade, a história apreendia, sem, no entanto, deter-se nisso, a dimensão sexualizada dos comportamentos. (Ibidem, p. 19.)

Em segundo lugar, dentre os fatores sociológicos, a autora destaca a feminização das universidades que “podia ser o fermento de uma demanda renovada, ou pelo menos de uma escuta favorável.” E, por fim, no âmbito político, o movimento pela liberação das mulheres.

De início, em busca de ancestrais e de legitimidade, por seu desejo de encontrar vestígios e torná-los visíveis, começou um “trabalho de memória” que continua a desenvolver-se desde então no seio da sociedade em seu conjunto. A longo prazo, esse movimento teve ambições mais teóricas. Pretendia criticar os saberes constituídos, que se davam como universais a despeito de seu caráter predominantemente masculino. (Ibidem, p 19).

A historiadora estadunidense Joan Scott, em seu ensaio *História das Mulheres, de 1991*, aponta que a história das mulheres emerge como campo delineável principalmente a partir da década de 1970 e discorre sobre a relação intrínseca entre o movimento feminista e a emergência de uma história das mulheres. Segundo Scott, existe uma narrativa dominante que divide a trajetória deste campo de estudos em três momentos. Primeiro (na década de 1960), uma produção que decorreria diretamente das demandas do movimento das mulheres

quando as ativistas feministas reivindicavam um a história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação” (SCOTT, 1992, p.64)

Segundo (década de 1970), quando este campo se afastou da política e

ampliou seu campo de questionamentos, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, e dessa forma adquiriu uma energia própria. O acúmulo de monografias e artigos, o surgimento de controvérsias internas e o avanço de diálogos interpretativos, e ainda, a emergência de autoridades intelectuais reconhecidas foram os indicadores familiares de um novo campo de estudo, legitimado em parte, ao que parecia, por sua grande distância da luta política. (Ibidem, p.64)

E terceiro, na década de 1980, quando desloca-se a atenção para a categoria gênero

foi um rompimento definitivo com a política e propiciou a este campo conseguir o seu próprio espaço, pois gênero é um termo aparentemente neutro, desprovido de propósito ideológico imediato.(Ibidem, p.64)

Esta narrativa, mais ou menos consensual, é vista por alguns como uma evolução, no sentido de aprimoramento teórico do campo. Por outros, como uma perda da consciência política que estava colocada no momento inicial. No entanto, na visão da autora, tal narrativa não abarca em complexidade a relação deste campo nem com a política e nem com a própria disciplina histórica. Scott refuta identificações simples entre movimento político e produção acadêmica sobre mulheres e sobre gênero, seja quando colocados em termos concorrentes que quando assumidos como reflexo um do outro. A autora faz uma análise complexa de como operou - no contexto dos historiadores estadunidenses no fim da década de 1960 e na seguinte - uma oposição entre profissionalismo e política, levando a um debate sobre a imparcialidade no exercício da história e como os interesses particulares abalam esse sistema. Assim,

A emergência da história das mulheres com o um campo-de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas esta não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava anteriormente faltando. Em vez disso, há uma incômoda ambigüidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história. (Ibidem, p. 75)

Ou seja, à medida que a história das mulheres aponta para insuficiência da História, não só demanda por adicionar a ela um capítulo, mas questiona seu valor enquanto termo geral trazendo a luz a “hierarquia implícita em muitos relatos históricos” (Ibidem, p.78). Ainda que este ponto não esteja explicitamente exposto por todos os historiadores das mulheres, “seu trabalho implica-as”, pois demanda que se questionem as condições que construíram a narrativa onde as ações dos homens são representativas do todo e as ações de outros grupos constituem adendos tópicos, particulares e, em linha de máxima, secundários. E então ela se pergunta:

Qual é o efeito sobre as práticas estabelecidas da história de se olhar os acontecimentos e as ações pelo lado de outros sujeitos, as mulheres, por exemplo? Qual o relacionamento entre o historiador e os sujeitos sobre os quais ele/ela escreve? (Ibidem, p.78).

Ou seja, para além da simples lacuna, a história das mulheres carrega a afirmação de “que o domínio que os historiadores têm do passado é necessariamente parcial. E, o que é mais perturbador, abre à sondagem da crítica a verdadeira natureza da história como uma epistemologia centralizada no sujeito.” (Ibidem, p.79). O risco de serem classificadas como ideológicas, retraiu, na pesqui-

sa dos historiadores das mulheres, as análises de tais implicações epistemológicas que, segundo Scott, são inerentes ao desenvolvimento do campo.

Por fim, analisando como teoria e política conformam outra oposição aparente e são essencialmente imbricadas na história deste campo, a autora aponta que a tarefa de tentar integrar a história das mulheres à disciplina histórica teve como consequência a necessidade de “um modo de pensar sobre a diferença e com o sua construção definiria as relações entre os indivíduos e os grupos sociais.” (Ibidem, p. 86). E, com o aprofundamento da questão da diferença - o alargamento do conceito de gênero para além da oposição binária macho x fêmea e as abordagens que o conjugam com categorias como etnia, raça, classe social e orientação sexual - evidenciou-se a heterogeneidade da classe mulheres, questionando a própria legitimidade do uso de “mulheres” enquanto uma classe em si.

Este debate entre a relação do movimento político e produção acadêmica também ocorrem no caso brasileiro, de maneira própria. O contexto da ditadura militar e, na década de 1980, o processo de redemocratização, deram outro contorno a estas tensões. Apesar das especificidades, Ilze Zirbel, na sua dissertação *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate*, de 2007, identifica na sua análise algo parecido com a tensão identificada por Scott “As pesquisadoras eram vistas como feministas para a comunidade acadêmica e acadêmicas para as feministas” (ZIRBEL, 2007, p.100). A pesquisa do debate entre feminismo e estudos de gênero no Brasil na segunda metade do século XX conta com o aporte de entrevistas a pesquisadoras da área, algumas das quais também militantes e figuras importantes da imprensa feminista. O extenso debate entre o uso dos termos estudos de gênero, estudos das mulheres ou estudos feministas, é difícil de ser sintetizado, pois se tratam termos dinâmicos, de difícil definição e muitas vezes assumidos como necessariamente plurais e constantemente em transformação. A associação do movimento feminista à luta contra o autoritarismo e, depois, na defesa dos direitos e contra as de-

sigualdades sociais, acrescenta ao caso brasileiros outras tensões, complexificando essa rede de embates.

De qualquer maneira, pode-se afirmar que os estudos da mulher e do gênero também são um campo já consolidado no Brasil, ainda que com contornos flexíveis. Existe uma predominância dos estudos concentrados nas ciências sociais mais do que na disciplina histórica em si, ainda que existam algumas obras que empreenderam esforços para criar uma obra de referência reunindo alguns estudos nessa área: A série *História da Vida Privada no Brasil*, de 1997, dirigida por Fernando Novais, ainda que não tivesse como objetivo delineado uma história das mulheres, trata do cotidiano, do doméstico e das conformações familiares, e, portanto, também das relações de gênero. A essa coleção se somam *História das Mulheres no Brasil*, organizada por Mary del Priore em 2004, e *Nova História das Mulheres no Brasil* organizada por Joana Maria Pedro e Carla Bassanezi Pinsky em 2012. Esta última apresenta três capítulos que tratam da intersecção entre a opressão de gênero e raça: *Escravas: Resistir e sobreviver*, de Maria Odila Dias, *Mulheres Negras: Protagonismo ignorado*, de Bebel Nepomuceno e *Indígenas: Depoimento de uma militante*, de Azelene Kaingáng.

Se nos Estados Unidos já vinha sendo reconhecido o feminismo negro a partir de vozes como Angela Davis, Patricia Hill Collins e bell hooks, no Brasil, apesar da atuação do Movimento de Mulheres Negras desde os anos 1970 e da produção importantes figuras como a historiadora Beatriz Nascimento, a antropóloga Lélia Gonzales e a filósofa Sueli Carneiro, o tema das mulheres negras permanece oculto, principalmente no âmbito acadêmico. Na última década este tema e o estudo das interseccionalidades ganhou muito espaço seja nos debates dos movimentos sociais que na produção intelectual, tendo como uma referência importante a atuação da filósofa Djamila Ribeiro, organizadora da coleção *Feminismos Plurais* (publicação iniciada em 2017) e que em seu livro *Quem tem medo do feminismo negro?* (2018) explicita a centralidade de reivindicar uma revisão da narrativa e da representação que se tem das mulheres negras no Brasil. Este movimento aponta que o

feminismo hegemônico foi - e ainda é, em grande parte - omissivo à opressão racial, que no Brasil é muitas vezes ocultada pelo mito da democracia racial e pela ideia de que o racismo opera apenas como comportamento individual.

Ao celebrar algumas conquistas do feminismo, como a entrada da mulher no mercado de trabalho formal, ou mesmo na academia, desconsidera-se muitas vezes o fato de que, no contexto brasileiro, estes ainda se tratam em grande parte privilégios das mulheres brancas de elite e que o acesso a essas oportunidades se dá de forma muito racializada no Brasil. Além disso, a ideia de emancipação da mulher em relação aos trabalhos do lar carrega na maior parte das vezes a sombra da terceirização do trabalho doméstico - realizado na sua maioria por mulheres negras, mal remunerado e muitas vezes nem sequer registrado -, antes que uma redivisão deste dentro das estruturas familiares.

A classe mulheres, entendida sem considerar sua heterogeneidade, acaba por replicar o ocultamento de sujeitos atrás de uma noção de neutralidade¹⁰. Se a história das mulheres já caminhou no sentido de evidenciar a masculinidade por trás sujeito universal, deve-se também considerar os diferentes agentes que se interseccionam com a questão de gênero para não reproduzir o ocultamento que visou desconstruir. É imprescindível o entendimento de que o silenciamento das fontes e dos relatos que se aplicam às mulheres, seguramente no Brasil atuam de maneira ainda mais intensa sob as populações negra e indígena que foram sistematicamente privadas de sua história e cultura ao longo do processo colonizador.

Outra leitura extremamente importante e que ganhou muito espaço nos últimos anos nos debates do campo, é a que faz a historiadora ítalo-estadunidense Silvia Federici. Integrante

.....

¹⁰ CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Artigo apresentado no Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, organizado por Llapress em Durban, África do Sul, em 27 – 28 de agosto 2001.

da Campanha por uma salário doméstico (Wages for HouseWork Campaign), a autora pontua que, longe de ser um resquício pré-capitalista, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres é antes um dos principais pilares da produção de capital.

Argumentamos ainda que nossa subordinação aos homens no capitalismo foi causada por nossa não remuneração e pela natureza ‘improdutiva’ do trabalho doméstico, e que a dominação masculina é baseada no poder que o salário confere aos homens. (FEDERICI, 2017, p.12)

Em *Calibã e a Bruxa*, Silvia faz uma extensa leitura de como a dominação do corpo para o trabalho e, em especial, a dominação dos corpos femininos como reprodutoras, serviu de aporte a acumulação primitiva capitalista. Longe de ser apenas um apêndice da teoria marxista “analisar o capitalismo do ponto de vista da reprodução da vida e da força de trabalho significava **repensar todo o processo de sua formação**” (FEDERICI, 2017, p.12). Para tanto, traz análises não apenas de cunho histórico mas essencialmente multidisciplinares, mostrando por exemplo o papel fundamental que o desenvolvimento da ciência moderna e os aportes teóricos mecanicistas tiveram na construção da ideia de corpo como máquina produtiva e toda a campanha cultural empreendida na colonização dos corpos femininos e na construção da sua ‘subalternidade’, expressa drasticamente pela caça às bruxas. Mostra-se impossível combater a opressão de gênero sem situá-la nas condições em que foi socialmente, culturalmente, cientificamente construída e sem associá-la também a privatização da terra e ao modelo de exploração da natureza. E o relato de movimentos de resistência a estes processos são essenciais para potencializar qualquer tentativa de mudança estrutural.

Essa breve exposição de referências consultadas, não pretendeu dar conta de uma síntese do campo da história das mulheres, que se mostra muito plural e vivaz, mas apenas apontar alguns dos debates que o permeiam e a complexidade da teia de temas que ele articula, indicando um campo de reflexão e questionamento que informaria as entrevistas.

1.3 A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA AU

A abordagem de gênero no campo específico da Arquitetura e Urbanismo certamente não é um tema novo, e vêm se desenvolvendo pelo menos desde da década de 1970, internacionalmente, ligada ao movimento feminista, e que penetrou nos debates acadêmicos a partir de tal década - porém de maneira geral concentrada em produções estadunidenses e europeias. No Brasil, havia poucos trabalhos que buscavam tal intersecção até a década de 2000, quando passam a se multiplicar, alcançando hoje um número grande e relevância crescente no cenário acadêmico. Mas não se trata de um grupo coeso. Dentro das intersecções possíveis entre o campo da AU e estudos de gênero, algumas questões parecem conformar sub-campos de pesquisa mais delineados, ainda que intimamente interconectados: No campo da história (1) o estudo da transformação do ambiente e do cotidiano doméstico embricado com papéis sociais de gênero¹¹ e o (2) estudo da invisibilidade das mulheres na história da arquitetura e da cidade¹², e, (3) no campo

11 Sobre este tema foram consultadas algumas obras como: como o artigo *Gênero e Cultura Material: uma Introdução Bibliográfica* (2003) e o livro *Gênero e Artefato: o Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material* (2008), de Vânia Carneiro de Carvalho, que aparece muitas vezes como referência central para estudos na área. A publicação *Domesticidade, Gênero e Cultura Material* (2017), organizada por Flávia Brito do Nascimento, Joana Mello de Carvalho e Silva, José Tavares Correia de Lira e Silvana Barbosa Rubino, que reúne ensaios que desdobram o tema da domesticidade a partir de diversas perspectivas e traz na introdução um panorama muito útil para contextualizar a bibliografia produzida a respeito. Também o artigo de Anete Araújo *Estudos De Gênero em Arquitetura. Um novo referencial teórico para a reflexão crítica sobre o espaço residencial* (2006), que traz reflexões sobre como a arquitetura, enquanto representação e enquanto disciplina que interpreta e propõe espaços, pode ser enriquecida por uma revisão pautada pelo referencial teórico feminista que, aliada a abordagem da história cultural, permitiria uma interpretação menos romantizada do espaço doméstico.

12 Para citar algumas referências neste âmbito: Beatriz Colomina, que teve uma extensa produção em torno de gênero, sexualidade e espaço, no artigo *Battle Lines: E1027*, publicado no livro *The Architect - Reconstructing her Practice* organizado por Francesca Hughes (1996), ilustra um exemplo de apagamento de autoria da arquiteta Eileen Gray por parte de Le Corbusier. Neste mesmo livro consta

propositivo, o planejamento urbano sob perspectiva de gênero¹³.

Outra linha de análise que também vem ganhando atenção são leituras da presença e da distribuição feminina na profissão, um esforço que parte, além da academia, dos órgãos representativos da classe.

também um artigo da argentina Diana Agrest *The Return of (the Repressed) Nature*, no qual ela analisa no discurso arquitetônico e urbanístico uma ideologia de dominação sobre a natureza que, sendo esta identificada com a figura feminina, corrobora na supressão da mulher na disciplina. A mesma autora, em *À Margem da Arquitetura: Corpo, Lógica e Sexo* (1988), faz uma análise de como nas tratadísticas e nos discursos da teoria da arquitetura, operam exclusões simbólicas da presença da mulher. Nos últimos anos outra argentina, Inés Moisset, vem realizando pesquisas e projetos que visam não só diagnosticar a baixa presença das mulheres na bibliografia da arquitetura, ou os vazios historiográficos, mas também desenvolver projetos que fomentem a divulgação de trajetórias ocultadas, como o projeto coletivo *Un dia una arquitecta* (desde 2015) e *Nuestras arquitectas* (2019). No Brasil são referências importantes nesta linha as obras de Ana Gabriela Godinho Lima, *Arquitetas e Arquiteturas na América Latina do Século XX* (2012) e *Revendo a história da arquitetura: uma perspectiva feminista* (2004), e o projeto *Feminino e Plural: percursos e projetos de arquitetase designers* (2012-2014). A dissertação *Mulheres invisíveis: a produção feminina brasileira na arquitetura impressa no século XX por uma perspectiva feminista* faz uma sistematização do debate teórico do apagamento feminino no campo e também uma pesquisa amostral na mídia impressa de arquitetura no brasil. Também são iniciativas muito importantes o coletivo *Arquitetas Invisíveis*, iniciado em 2014 por estudantes da Universidade de Brasília, que teve bastante impacto em divulgar trajetórias femininas e fomentar debates e, mais recentemente, o projeto *Arquitetas Negras*, coordenado por Gabriela Matos, que enfrenta o desafio de mapear e estruturar uma rede de profissionais duplamente excluídas.

13 Ainda que não esteja colocada de forma explícita a pauta do gênero, é um pilar a obra de Jane Jacobs *Morte e vida das Grandes Cidades* (1961) pela crítica ao urbanismo moderno funcional e pelas diretrizes sugeridas de ocupação do espaço de maneira mais orgânica, apropriada à escala do pedestre e mista. Dolores Hayden em *What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work* (1980) indica que é essencial combater a polarização entre âmbitos público e privado. Foram referências importantes também a tese *A cidade e Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero* (2004), de Terezinha Gonzaga e o artigo *Gênero e planejamento territorial: uma aproximação* (2007), de Paula Santoro. O projeto FeminismUrbana coordenado por Diana Helene e Rosana Brandão Tavares, também é uma importante fonte de consulta sobre projetos e pesquisas neste tema.

A. PRESENÇA DE MULHERES NA PROFISSÃO, NOS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS E NO ENSINO

Seguindo um movimento que se multiplica por órgãos representativos de diversas classes profissionais¹⁴, alguns órgãos representativos da Arquitetura e Urbanismo começaram a organizar debates em torno da questão de gênero e da equidade na profissão. Nota-se que essas iniciativas também estão ligadas com recomendações de instituições internacionais como a ONU (que lança na Agenda 2030 uma cartilha de Princípios de Empoderamento das Mulheres¹⁵, estabelecido pelo Pacto Global da ONU e pela ONU Mulheres) e, no campo da arquitetura, a União Internacional dos Arquitetos (UIA) que em 2017 aprovou o documento *Policy Gender Equity in Architecture – Políticas para a Equidade de Gênero na Arquitetura*¹⁶, que estabelece princípios e recomendações para a busca do exercício equânime.

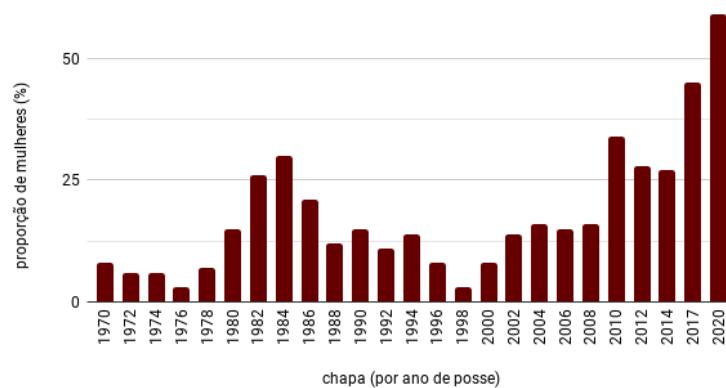
Em São Paulo, o Sindicato de Arquitetos (SASP) abriga desde 2015 um GT Mulheres na Arquitetura, e o Instituto dos Arquitetos (IAB-SP) vêm desde a gestão anterior (2017-2019) promovendo debates que pautam gênero e raça no campo da arquitetura. Tais pautas ganham especial força na gestão atual (2020-2022) - a primeira a apresentar mais de 50% de mulheres na composição - que, em fevereiro deste ano, fez uma reunião intitulada “Rede Feminina

14 Algumas iniciativas de órgãos representativos de outras áreas que pautam a questão da equidade de gênero nos respectivos campos profissionais são: 1ª Semana da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/DF; GT Equidade de Gênero do CONFEA; II Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina do Ano de 2017, com a temática: “Respeito à diversidade de gênero e segurança do paciente”, promovido pelo CFM; Diálogo Digital “Nem uma a menos: contribuições da Psicologia na garantia dos direitos das mulheres”, promovido pelo CFP; Fórum das mulheres economistas, durante o XXII Congresso Brasileiro de Economia, promovido pelo COFECON; 1º Fórum da Mulher Corretora de Imóveis, promovido pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Sergipe (Creci-SE); 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, promovida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS).

15 Disponível em: <https://www.weps.org/about>. Acessado 28/05/2020

16 Disponível em: <http://www.isra-arch.org.il/wp-content/uploads/2019/08/Gender-Equity-Policy-2017-12.pdf> Acessado 28/05/2020

do IAB: conversas entre arquitetas para um campo em construção” na qual se organizaram algumas frentes de trabalho (difusão e visibilidade, atuação profissional, vida urbana e educação e formação), além de diversos debates sobre a questão racial e abordagem interseccional¹⁷.



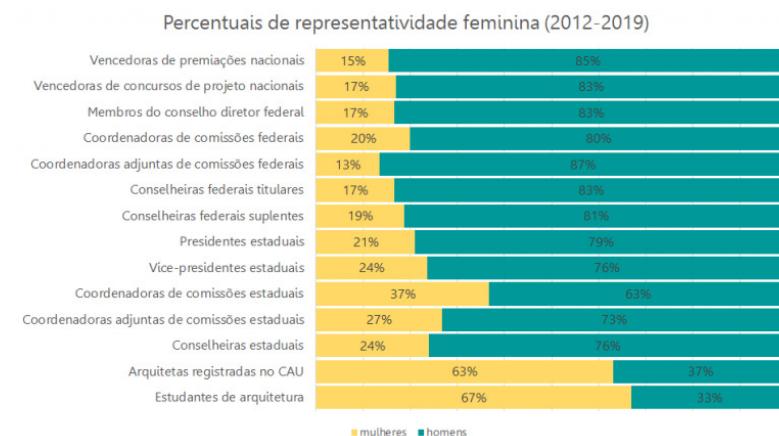
Proporção de mulheres nas chapas de diretoria do IAB-SP. Gráfico realizado pela autora com base nos dados disponíveis em: <https://www.iabsp.org.br/iab-sao-paulo/diretoria/>

O CAU/SP, em parceria com Associação Amigos do CCSP, o escritório de arquitetura Base Urbana e Centro Cultural São Paulo, realizou em 2017 o *Seminário Onde Estão as Mulheres Arquitetas?*, reunindo debates, workshops e apresentações e articulando profissionais, docentes, discentes e coletivos feministas de cursos de AU.

Já no âmbito nacional, o CAU/BR criou, em maio de 2019 Comissão Temporária de Equidade de Gênero (CTEG) pelo CAU/BR, em consonância com iniciativas de alguns CAUs/UF e em particular CAU/SC, que vinha mobilizando uma bandeira de gênero, constituindo inclusive uma chapa exclusivamente feminina em 2017. Entre outras ações como promoção de eventos, seminários e debates, a Comissão Temporária de Equidade de Gênero realizou

¹⁷ Disponível em: <https://www.iabsp.org.br/?noticias=rede-feminina-iab-sp-frentes-de-acao> Acessado 28/05/2020

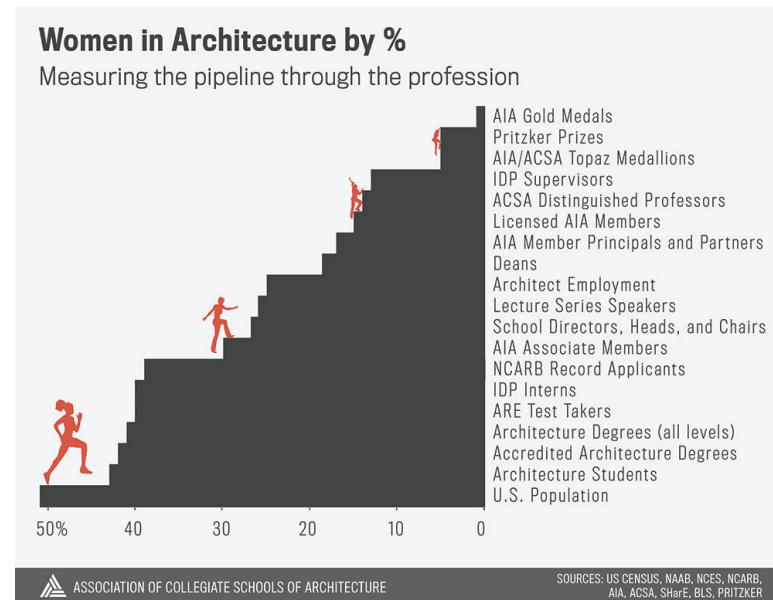
um importante diagnóstico da proporção das mulheres na profissão da arquitetura, que pretende se tornar um monitoramento anual e funcionar como subsídio para formulação da “Política do CAU para a Equidade de Gênero”, produto final da comissão¹⁸. Os resultados parciais da pesquisa mostram que a despeito da preponderância de mulheres dentre os profissionais no campo, a presença dentre os vencedores de premiações nacionais, bem como em cargos representativos, ainda é muito baixa - e diminui quase proporcionalmente com a relevância hierárquica.



Fonte: SICCAU, SGM e ACI. Disponível em: <https://caubr.gov.br/inedito-visao-completa-sobre-a-presenca-da-mulher-na-arquitetura-e-urbanismo/>

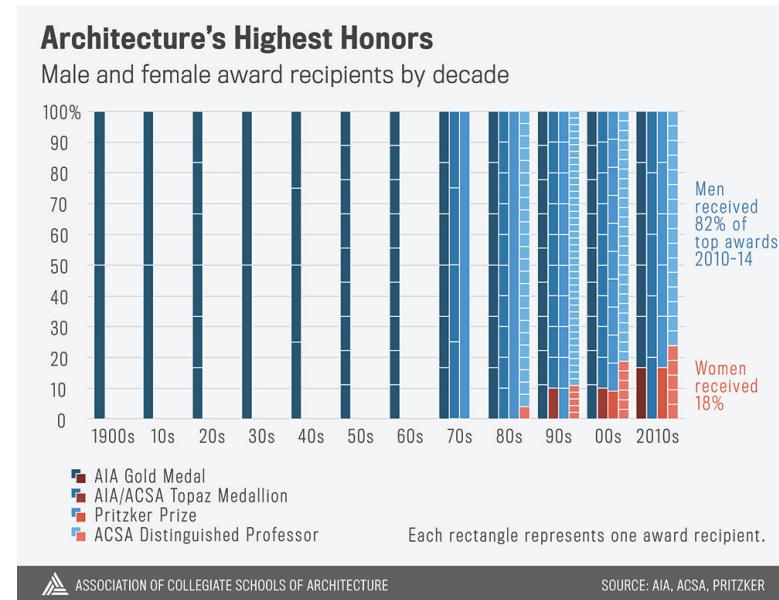
¹⁸ Uma apresentação parcial dos resultados foi realizada no evento *Seminário Internacional - O Perfil e a Valorização das Mulheres na Arquitetura*, realizado nos dia 9 e 10 de março 2020, na FAU-Mackenzie, do qual participei. A publicação final, que estava programada para Abril deste ano, foi prorrogada por tempo indeterminado e não havia sido concluída na data de finalização deste trabalho.

Ampliando ainda uma vez a escala, vemos que esta é uma tendência também internacional: a presença das mulheres é desproporcional quando comparamos na profissão como um todo e em postos de representação e premiações.



Fonte: ACSA. Disponível em: <http://www.acsa-arch.org/resources/data-resources/where-are-the-women-measuring-progress-on-gender-in-architecture/>

“Mulheres na arquitetura por porcentagem: medindo a evasão através da profissão” [tradução livre]

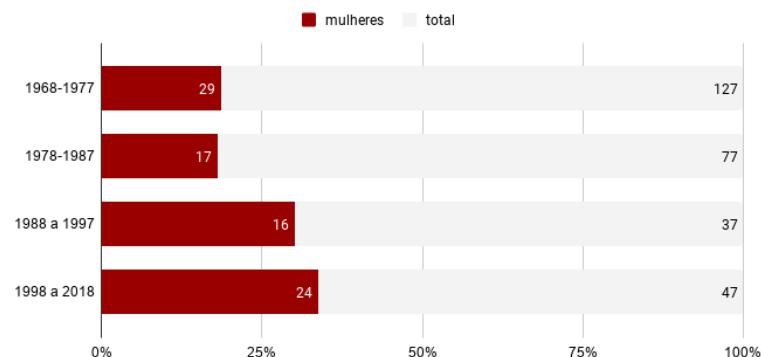


Fonte: ACSA. Disponível em: <http://www.acsa-arch.org/resources/data-resources/where-are-the-women-measuring-progress-on-gender-in-architecture/>

“Premiações mais relevantes de Arquitetura: homens e mulheres que receberam prêmios por década”. [tradução livre]

Não foram encontrados dados sobre a proporção de mulheres na docência de AU de modo geral, mas no caso da FAUUSP, a listagem de docentes realizadas para a publicação FAU 70 (2019) serviu de base para um mapeamento aproximativo nas últimas décadas:

Professores da FAUUSP por década



Assistimos uma clara feminização da discência, docência e profissão da AU, que como vimos, pouco condiz com a proporção de mulheres em cargos representativos. Ao mesmo tempo, por esse e outros fatores vem ganhando espaço o debate da presença das mulheres na profissão, bem como seu rebatimento nas diversas áreas de atuação dentro do campo: nas produções acadêmicas da teoria e história da arquitetura e da cidade e também na área de projeto e planejamento urbano.





2. O VÍDEO

2.1. O DOCUMENTÁRIO POSTO EM QUESTÃO

Em seu livro *Mas afinal... O que é mesmo documentário?* (2008) Fernão Ramos Pessoa busca definir o gênero documental. O autor ressalta três aspectos principais: características formais, intenção do autor e a indexação social¹. Destes aspectos, talvez o aspecto formal seja o que marca de forma mais explícita a transformação do gênero. Se até os anos 1950 predomina o documentário clássico, marcado pela narração por uma voz over onisciente, a partir dos anos 1960, o chamado cinema direto desconstrói essa autoridade do narrador através do uso de vozes diretas. Também as inovações técnicas, como equipamentos mais leves e portáteis, e a possibilidade de captação direta de som contribuíram para o que o autor identifica como “um corpo-a-corpo mais carnal com o transcorrer do mundo”. (RAMOS, 2008, p.281).

O objetivo do documentário se desloca da pretensão de contar uma história total e coesa, para um formato menos hierárquico e mais direto. No entanto, persiste ainda a pretensão à imparcialidade. A distinção feita por Ramos das orientações éticas das vertentes ajuda a elucidar essas transformações: no primeiro momento, o gênero documental foi marcado por uma *Ética Educativa*; a partir de meados da década de 1950, surge uma orientação que ele denomina de *Ética da imparcialidade/recuo*, que pretendia a transmissão direta da realidade e sustentava a possibilidade da

.....

1 “Em sua forma de estabelecer asserções sobre o mundo, o documentário caracteriza-se pela presença de procedimentos que o singularizam com relação ao campo ficcional. O documentário, antes de tudo, é definido pela intenção de seu autor de fazer um documentário (intenção social, manifesta na indexação da obra, conforme percebida pelo espectador). Podemos, igualmente, destacar como próprios à narrativa documentária: presença de locução (voz over), presença de entrevistas ou depoimentos, utilização de imagens de arquivo, rara utilização de atores profissionais (não existe um star system estruturando o campo documentário), intensidade particular da dimensão da tomada. Procedimentos como câmera na mão, imagem tremida, improvisação, utilização de roteiros abertos, ênfase na indeterminação da tomada pertencem ao campo estilístico do documentário, embora não exclusivamente.” (RAMOS, 2008, p. 25.)

imparcialidade. Em seguida, como problematização desse aspecto, uma *Ética interativa/reflexiva* colocaria a presença do cineasta como algo explícito (como vemos nas obras de Eduardo Coutinho). E por fim, contemporaneamente, surge cada vez mais uma *Ética modesta*, na qual o cineasta se reconhece como impossibilitado de qualquer forma de emissão de saber e se limita a reflexões “criticismo dos enunciados de saber” (RAMOS, 2008, p.38).

Seguindo outra linha de interpretação, a cineasta Karla Holanda aponta que, num primeiro momento, no cinema direto, as novas vozes são muitas vezes elementos de representação de um coletivo, isto é, permaneceria central a intenção de uma síntese em grande escala. A autora afirma que, na década de 1960, as obras documentais brasileiras

centravam foco nas questões coletivas, sempre representadas em grande escala. Mesmo quando personagens ou comunidades eram destacados, não se via multiplicidade de identidades, os indivíduos representavam a síntese da experiência de grupos, classes, nações. (...) Na maioria desses filmes, estava expressa uma forte preocupação social que, imbuída de um espírito iluminista, missionário, marcante na época, fazia com que os cineastas acreditassesem na mudança da sociedade em decorrência de suas atuações. (RAMOS, 2008, p.2)

Segundo Holanda, a partir de meados da década de 1980, os documentários brasileiros passam a apresentar abordagens mais particularizadas, que priorizam as subjetividades e individualidades múltiplas em detrimento da explicação totalizante de uma realidade. Este movimento, na sua análise, estaria ligado ao contexto cultural das décadas de 1970 e 1980, no qual uma certa descrença nos velhos paradigmas e utopias leva a uma série de reformulações das teorias sociais e de suas metodologias, dentre as quais a autora aponta as obras dos historiadores italianos Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, que se identificariam com a chamada micro-história.

Vale ressaltar que não se trata pura e simplesmente de protagonizar histórias individuais, algo que por si só já era feito (o gênero biográfico), mas de uma transformação na maneira de fazê-lo. O enfoque no indivíduo não aparece mais com a intenção de representar um tipo social “construído a partir do mecanismo particular/geral” (Ibidem, p.2) e de narrar uma trajetória a partir da ordem cronológica, da causalidade de fatos sucessivos e de forma pretensamente neutra.

Segundo a análise de Cláudia Mesquita, no artigo *Retratos em diálogo: notas sobre o documentário brasileiro recente*, algumas produções documentais brasileiras recentes têm explorado o gênero biográfico de maneira a centralizar a memória pessoal como fragmento recuperado a partir do presente. Nesse sentido, ela afirma:

se trata de rememorar, não de repor o passado em uma suposta integridade de ‘fato’; rememorar para ‘reencontrar os afetos’, mas também para ‘reinventá-los e fazê-los diferir’; rememorar a partir dos estímulos da situação presente (de suas circunstâncias e valores), não apenas para produzir um discurso sobre o passado, portanto, mas para ‘possibilitar novamente uma experiência’. ‘É do presente’, lembra Bergson, ‘que parte o chamado ao qual a lembrança responde’. (MESQUITA, 2010, p. 1)

A autora ressalta também que o retrato do documentário passa a ser pensado a partir de uma lógica de diálogo e troca, não só entre o passado narrado e o presente do filme, mas também entre retratado e retratista:

Alguns desses retratos investem especialmente na contingência, no que se pode produzir a partir do encontro presente, de modo a restituir à imagem do sujeito uma individualidade complexa, inacabada e em processo, que não se aparta da interlocução e das situações específicas registradas. Na

maioria desses retratos, esse movimento se faz reflexivo: o próprio gesto de retratar é colocado, no movimento mesmo de fazê-lo, em dúvida, em crise, em questão. (MESQUITA, 2010, p. 1).

Assim, através desse breve percurso por algumas reflexões de autores que vêm se dedicado a pensar o gênero documentário, observa-se que a função informativa e a neutralidade do documentário, antes dadas como fato imprescindível deste gênero, passaram cada vez mais a ser questionadas e relativizadas, enquanto ganha espaço a subjetividade inerente ao depoimento, à memória individual e o ato de retratar através desses instrumentos.

2.2 REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

ÚLTIMAS CONVERSAS. EDUARDO COUTINHO E JORDANA BERG, 2015. 87MIN

A obra, finalizada após a morte de Coutinho, foi montada por Jordana Berg com o auxílio do produtor João Moreira Salles. Na difícil tarefa de finalizá-la, Jordana chegou à inevitável conclusão que buscar obsessivamente fazer o filme ‘como Coutinho faria’ era uma armadilha. De modo muito sensível fez, numa operação quase metalingüística, um filme sobre Coutinho através do próprio material por ele colhido. Assim, o filme coloca em pauta os meios e métodos de documentar aplicados pelo diretor.

EDIFÍCIO MASTER. EDUARDO COUTINHO, 2002. 110 MIN.

Monumento às pessoas como sujeitos protagonistas do documentário. O que une os entrevistados do documentário é que são todos moradores do mesmo edifício, mas o assunto aqui não é tanto o prédio quanto a diversidade de seus habitantes. Histórias íntimas, visões de mundo, memórias e maneiras de viver o cotidiano. O tema dos depoimentos não é menos diverso, nem o tom, que às vezes comove e às vezes faz rir. A constante talvez seja a humanização da câmera, que através do enquadramento pessoal, afirma

o seu papel participante nos encontros e aproxima o espectador daqueles fragmentos íntimos, e nos faz pensar sobre o modo que cada personagem escolhe interpretar a si mesmo diante da câmera.

AGNES BY VARDÀ. AGNES VARDÀ, 2019. 120MIN.

Documentário auto-biográfico com enfoque na trajetória profissional e nas produções da cineasta francesa. Através de depoimentos, trechos e *making offs* de suas produções, Agnes expõe seu processo criativo e suas visões sobre o fazer cinematográfico. O documentário aparece como uma maneira de expressar a relação entre ela e o mundo. Antes que um produto isento, neutro, o cinema documental aparece como um exercício de reflexão e uma maneira de retratar personagens e contextos sem tentar anular os afetos da autora.

RÉPONSE DE FEMMES: NOTRE CORPS, NOTRE SEXE. AGNES VARDÀ, 1975. 8 MIN.

Disponível em: <<https://vimeo.com/147613593>>

De maneira leve e ao mesmo tempo contundente, o curta aborda a questão “o que é ser mulher?” através da imagem e voz de diversas mulheres. Mostrando os corpos de maneira deserotizada, diversa e livre, as mulheres enquadradas abordam questões como a nudez feminina, por exemplo, refém de um pudor imposto moralmente e ao mesmo tempo objeto de exploração publicitária. Em menos de 8 minutos Agnes Vardà consegue apontar desde a construção de identidade de gênero na infância, passando pela liberdade sexual e a escolha da maternidade, chegando ao direito de envelhecer. O filme coloca de maneira sucinta, bem humorada, irônica, e ao mesmo tempo firme, a reivindicação feminina sobre o próprio corpo no campo da imagem, da sexualidade e da reprodução.

TRAVESSIA. SAFIRA MOREIRA. 2019. 5MIN.

Disponível em <www.youtube.com/watch?v=8urYo2IDM18&feature=youtu.be>

Curta sobre a memória fotográfica de famílias negras, explora de maneira breve e densa a raridade da documentação fotográfica das gerações passadas. Sobrepondo depoimentos, algumas poucas fo-

tografias familiares e vídeos atuais que reproduzem cenas de retrato fotográfico, explora imageticamente o tema da ausência de registros levando o expectador ao campo da imaginação das imagens de memória familiar.

MENINAS DE OURO. CAROL ROOKE. 2016. 23MIN. BRASIL.

Disponível em: <www.youtube.com/watch?time_continue=45&v=3rpwQ67otbw&feature=emb_logo>

Depoimento e cenas do cotidiano de três mulheres garis da cidade de Mariana (MG). As entrevistadas falam sobre a sua condição de trabalho, os estigmas da profissão, mas também sobre elementos das suas histórias pessoais e visões de mundo. Às cenas de trabalho nas ruas, se interpõe cenas no ambiente da casa de cada uma.

OUPAR, RESISTIR, PRODUZIR. MARCIA PARAISO. 1998. 27MIN. BRASIL.

Disponível em: <<https://vimeo.com/85842198>>

O filme aborda a participação e perspectiva feminina sobre o Movimento Sem Terra, os ideais e o significado do lema que dá nome ao título. Exemplo de documentário breve, preciso e sensível que abarca, através dos depoimentos em primeira pessoa, temas extensos sem cair em uma abordagem superficial.

3.3 ESCOLHA DAS ENTREVISTADAS

A escolha das entrevistadas foi guiada em primeiro lugar pelo critério de que fossem mulheres, docentes e formadas em cursos de Arquitetura e Urbanismo, tendo concluído a graduação dentro o recorte temporal estabelecido: 1970-2010.

Em segundo lugar, observou-se as suas áreas de atuação dentro do campo da Arquitetura e Urbanismo, classificando-as esquematicamente nas seguintes áreas: Planejamento Urbano, História e Teoria da Arquitetura, Projeto, Tecnologia e Paisagismo. Cabe observar que essa classificação é assumidamente aproximativa e teve o objetivo de buscar reunir depoimentos de profissionais que atuassem em campos diversos. Evidentemente, as trajetórias são mais amplas e complexas do que isso.

Por fim, procurou-se garantir alguma diversidade também nas Instituições de origem, embora exista uma concentração notável de currículos da FAUUSP. Isso se deve aos fatores de ordem prática, como a facilidade em contatar estas entrevistadas². Também foi determinante a disponibilidade e disposição destas para o tema do trabalho.

Assim, a partir de um primeiro elenco de nomes, foi realizada uma breve pesquisa da trajetória de cada possível entrevistada (pelo seus currículos), para classificá-los pelas décadas de formação e áreas de concentração. A partir desse quadro, procurou-se estabelecer hipóteses de conjunto, continuamente revistas ao longo do processo, que respondessem aos critérios expostos.

De qualquer maneira, convém salientar que, apesar desses critérios norteadores, não se pretendeu com este trabalho realizar um levantamento representativo de todas as áreas, apenas a reunião de algumas perspectivas pessoais, selecionadas com interesse em abranger trajetórias diversas.

.....
2 Vale dizer também que o trabalho de seleção e contato teve início antes da pandemia e as captações pretendiam ser presenciais - o que implicava ser São Paulo o locus preferencial dessas atuações.

70

80

90

2000

2010

72 ANDREINA

71 ERMÍNIA MARICATO

77 KLARA KAISER

77 MARIA L. RETINETTI

76 NADIA SOMEKH

77 RUTH VERDE ZEIN

77 ANNE MARIE SUMNER

77 FERNANDA PERNAN.
(M)78 CATHARINA PINHEIRO
(UFRN)

79 HELENA AYOUB

79 SARAH FELDMAN
(M)86-90 LUCIANA BONGIOVANNI
MARTINS SHENK

87 ROSARIA ONO

87 MARTA BOSEA
UFES80 ELISABETE FRANÇA
UFPR83 MARTA LA GRECCA
UFPE

86 BEATRIZ KÜHL

86 LUCIA BRESSAN

88 VERA PALLAMIN

87 ANA P. PONTES

88 MARINA GRINOVER

89 JOANA BARROS

87 KARINA LEITÃO
UFPA

87 JOANA MELLO

87 LUCIANA T. ITIKAWA
(M)

87 SARA GOLDSCHMIT

83 TATIANA SAKURA

80 SABRINA FONTENELE
UFCEARA

85 MARIANA BOGHOSIAN

85 NILCE ARAVECC.
IAU

88 AMÁLIA CRISTÓVÃO

83 LUCIANA FERRARA

83 ISADORA GUERRERO
USINA

84 ANA DAVID (GOMA)

84 JOICE BERTA

84 JULIANNE BELLOT

80 GISLAINE M. N.
(USJT)79 GABRIELA MATOS
CETO ARQUITETAS NOVAS
UFMS

87 ANA G. RODINHO

87 PAULA SANTORO

82 CLARISSA PAULILLO

82 BEATRIZ TONE
USINA

Elenco de possíveis entrevistadas.

3.5 PRODUÇÃO

A. ROTEIRO

Dado o interesse do trabalho na memória das entrevistadas como matéria central, colocava-se como tarefa insólita tentar estabelecer uma lógica narrativa de forma prévia. Assim, o roteiro limitou-se, na fase inicial, ao roteiro das questões de cada entrevistada. Este foi entendido menos como um questionário, e mais como dispositivo inicial, intencionalmente amplo, pretendendo despertar os depoimentos de forma pouco conduzida e reservando-se a liberdade de aprofundar em diferentes questões a depender das entrevistadas. Os roteiros se dividem em dois blocos: o primeiro, comum a todos, aborda o contexto do momento de formação, como era percebida a presença das mulheres naquele momento e contrastes em relação ao momento atual. O segundo, traz questões relativas à atuação profissional específica de cada entrevistada.

B. CAPTAÇÃO

As duas primeiras entrevistas foram realizadas presencialmente, uma na biblioteca da FAUUSP e outra na residência da entrevistada, ambas com equipamentos disponibilizados pelo VideoFAU (Nikon 3400, Tripé e Gravador Tascam DR - 100 MarkII).

A partir do mês de março, devido ao crescimento de casos de Coronavírus no Brasil e em particular na cidade de São Paulo, o isolamento social se tornou imprescindível e as entrevistas presenciais ficaram interditadas. Em que pesem as notáveis perdas técnicas implicadas - tanto no que diz respeito ao aprendizado prático, quanto em termos de qualidade visual e sonora - optou-se pela continuidade do trabalho de forma remota. Assim, outras cinco entrevistas foram realizadas à distância: quatro através da plataforma *GoogleMeet* e uma através de auto filmagem, por preferência da entrevistada. O material captado remotamente trouxe dificuldades próprias do formato de vídeo chamada, como interferências

e instabilidade de conexão. Mas, apesar da qualidade inferior, foi um recurso crucial para viabilizar o trabalho e manter, em alguma medida, o formato proposto.

C. DECUPAGEM

Depois da captação, foi realizado um processo de decupagem, isto é, uma listagem descritiva do material sistematizando a temporalidade dos temas abordados. Foi elaborada uma tabela dos trechos, nome do arquivo de origem, duração, descrição do(s) assunto(s) e, por fim, uma coluna onde buscou-se sintetizar o tema de cada trecho em palavras-chave. Este processo possibilitou um reagrupamento das falas através da aproximação temática, colaborando não só para a montagem do vídeo, mas também para a própria apreensão e interpretação do conteúdo das falas.

D. MONTAGEM E EDIÇÃO

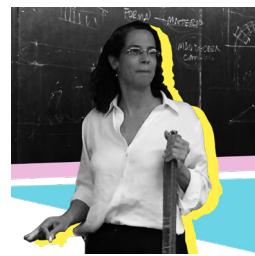
Dada a baixa qualidade das imagens captadas remotamente, ponderou-se que seria mais proveitoso optar pela transcrição integral das entrevistas e renunciar ao intento inicial de representá-las a partir de um documentário. Deste modo, passa a ser o conjunto escrito e não o produto audiovisual o meio principal de exposição do trabalho. Entretanto, foi realizada a montagem e edição de um vídeo de 15 minutos que contém um pequeno trecho de cada entrevista. Os critérios de seleção foram os de priorizar trechos de qualidade técnica razoável, que estivessem diretamente conectados a uma intersecção possível entre AU e gênero, e que estes apresentassem uma ideia relativamente conclusiva, para situar, ao mesmo tempo, sinalizando que são apenas fragmentos de um conteúdo mais extenso. Ou seja, não se pretendeu, com tal vídeo, fazer um resumo dos conteúdos abordados, mas dar uma pequena amostra, instigando a curiosidade do espectador.

Para editar e montar foi usado o programa *Adobe Premiere* e a orientação imprescindível e atenciosa do VideoFAU.

3. AS ENTREVISTAS



SARAH
FELDMAN



HELENA
AYOUB



ANA G.
GODINHO
LIMA



PAULA
SANTORO



BEATRIZ
TONE

CLARISSA
PAULILLO





SARAH FELDMAN

GRADUAÇÃO

1967- 1971 FAU-Mackenzie

PÓS GRADUAÇÃO

1983 - 1989 Mestrado na FAUUSP. Título: Segregações Espaciais Urbanas: a Territorialização da Prostituição Feminina em São Paulo. Orient. Flávio Villaça.

1989 - 1996 Doutorado FAUUSP. Título: Planejamento e Zoneamento. São Paulo 1947-1972. Orient. Flávio Villaça.

2008 Livre-docência. Universidade de São Paulo. Título: Instituições de Urbanismo no Brasil na Década de 1930: Olhar Técnico e Dimensão Urbano-industrial.

ATIVIDADE PROFISSIONAL

2017 Pesquisadora visitante da Université Paris-Diderot

2015 - 2018 Membro do Condephaat

2001 - 2003 Diretora da ANPUR

Docente na EESC-USP desde 2000. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP (2003-2007). Professora Livre Docente Sênior, pesquisadora, orientadora de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós Graduação do IAUUSP.

Em qual instituição e em que ano você se formou? Qual era o contexto político do momento?

Eu me formei no Mackenzie, finalizei o curso em 1971. Nesse momento, existiam cursos de arquitetura [apenas] na FAU e no Mackenzie. E o número de vagas eram 30 na FAU e 60 no Mackenzie. A FAU era na rua Maranhão e o Mackenzie na Maria Antônia, um território que era compartilhado pelos alunos.

Naquele momento, no ensino médio, você escolhia entre o Científico e o Clássico - e eu tinha feito o Clássico, que era as Humanas, então, quando fui fazer cursinho eu nunca tinha estudado química por exemplo...

Em termos de contexto político, era plena ditadura quando entrei. E o Mackenzie era nitidamente o território da direita. Tinha até um movimento liderado pelos alunos de Direito, que era o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), o que já mostra uma situação bastante complicada. E eu fazia parte de um grupo que era de esquerda. Não era fácil, porque na batalha da Maria Antônia a gente estava do outro lado da calçada. Chegamos a ser chamados pelo Reitor, que chamou um por um, dizendo que se a gente não se enquadrasse, seríamos transferidos. Foi literalmente uma ameaça.

Em termos de ensino houve momentos diferentes ao longo do período. Um momento muito particular foi quando o arquiteto Salvador Candia era diretor. Ele acabou saindo, por desentendimento com a alta direção do Mackenzie certamente. Mas quando ele era diretor - o momento no qual entrei - ele chamou muitos arquitetos e artistas plásticos para darem aula, mudando bastante o quadro de docentes. O que, para o meu grupo, foi fundamental. Só para dar uma ideia: ele era professor de história da arquitetura e chamou Amélia Toledo, Maurício Nogueira Lima, Ubirajara Ribeiro, Paulo Bastos. Então, esse grupo foi muito importante na minha formação. E a única professora mulher era a Amélia Toledo - o que já dá um panorama da diferença do quadro de docentes. Ela dava aula de comunicação visual, o curso dela era fantástico. Naquele momento nós tivemos um vínculo muito próximo com ela e ela teve um papel

importantíssimo na nossa formação. Frequentávamos a casa dela e ela as nossas, nos tornamos amigos para além da universidade. Depois, esse grupo que veio com o Candia acabou saindo no meio do curso...

Era um momento de muita vitalidade do planejamento urbano, foi exatamente o momento de criação do SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), e com isso, a oferta de estágios e o grande debate se dava em torno do Planejamento. A partir do final do segundo ano, quando houve uma mudança grande no curso, a estratégia da maioria [dos estudantes] foi começar a trabalhar. E eu fui para a área do Planejamento na época, fazer estágio. Com isso, a minha formação se deu muito mais fora da universidade do que dentro. Foram dois anos muito significativos por conta de todo esse grupo de professores - eram figuras muito fortes como postura de vida, postura conceitual - mas depois disso, minha formação aconteceu mais fora do que dentro do Mackenzie.

E eu tinha um vínculo forte com estudantes da FAU naquele momento. Por que era ali na calçada... e nós, como alunos do Mackenzie, tínhamos acesso à biblioteca da FAU, o que foi fantástico. Então tinha essa convivência, além da convivência na Maria Antônia, uma vitalidade daquele território que foi importante na nossa formação.

Havia o movimento estudantil... Eu nunca fui militante, mas sempre participei das assembleias, manifestações. Tenho um percurso em que nunca me vinculei a partidos, apesar de sempre ter trabalhado [com a gestão pública]. Quando depois fui trabalhar em Planejamento, trabalhei na gestão Erundina, fiz trabalhos durante a gestão Marta Suplicy, fiz trabalho para outras prefeituras petistas e progressistas... Mas nunca fui militante partidária, não é o meu perfil.

Talvez por na infância ter tido uma formação numa escola judaica progressista, no Bom Retiro, onde hoje é a Casa do Povo... era toda uma perspectiva de um grupo de judeus progressistas, vinculados ao movimento internacional e com a Guerra, e que se deram a missão de dar andamento à cultura judaica, mas laica, não religiosa. E

tive toda essa formação cultural e política e talvez por isso mesmo, fui do vínculo partidário. É uma outra forma de militar e de atuar: fui trabalhar com Planejamento. Fiz um estágio quando estavam sendo feitos os levantamentos do PUB (Plano Urbanístico Básico) - como mão-de-obra mesmo, para fazer mapas. Depois, fiz um estágio que foi muito interessante - era a época das empresas de consultoria de planejamento (e acabei estudando isso, não é? Se você olhar minha produção, acabei trabalhando bastante esse momento do planejamento no período da Ditadura) - em uma empresa pequena chamada SOCIPLAN. Trabalhei lá com um pessoal muito interessante - todos eles viraram 'tucanissimos' -, mas naquele momento era um lugar de profissionais de esquerda, que estavam atuando no Planejamento, e que para mim foi importante.

Para dar uma ideia de onde eu me colocava em termos da vida pessoal, nós resolvemos morar em comunidade. Um grupo de pessoas, formado por estudantes de medicina e de arquitetura, que resolveu morar em comunidade, mas uma comunidade onde todo mundo trabalhava. E fomos morar inicialmente em 7 pessoas. Culturalmente, a gente estava na linha da contracultura, frequentávamos o Teatro Oficina, que na época estava fazendo o [espetáculo] Graça Senhor, com participação do público, e a gente ia lá toda semana participar do espetáculo. Enfim, tinha toda uma coisa cultural efervescente... E naquela época havia um incentivo, através dos programas de rádio e televisão, para que a vizinhança, ao perceber qualquer movimentação diferente, denunciasse. Por que havia os chamados "aparelhos" - a polícia é que chamava assim - , que eram os militantes políticos, estudantes, operários, tudo mais. E a nossa [casa] foi denunciada pela vizinhança como um lugar 'diferente'... mas isso só fui saber depois. Um dia estava voltando do meu estágio na Sociplan, no começo da noite, fui abrir a porta da casa e não consegui abrir, senti uma coisa nas minhas costas, e era um sujeito com um fuzil. Abriram a casa, tinha uma meia dúzia de agentes, outro casal que morava conosco estava lá algemado, e no meu quarto acharam documentos de movimentos estudantis e acharam que tinham desbaratado um aparelho, e nos levaram para o DOPS.

Chegando lá, pensei: vou dar uma de mackenzista, que não sabe de nada'. Mas ficamos presos uma semana, em solitárias. (...) Enfim, esse era o momento político.

E depois de uma semana, acabaram soltando a gente. Esse era o clima, um momento super contraditório, do ponto de vista cultural e político. Como sempre, não é? A vida é assim, essa contradição. Mas talvez por eu ter vivido essa contradição dessa forma é que eu trabalhe com as contradições do período do ponto de vista da história do urbanismo - que foi por onde acabei indo.

E acabei indo trabalhar com Planejamento... Antes disso, morei dois anos em Nova York, tinha trabalhado também no escritório da Rosa Kliass. Quando voltei, vim decidida que queria trabalhar com Planejamento, e em algum órgão público. O Cândido [Malta Campos Filho] tinha assumido a COGEP, e eu trabalhei lá, mas depois de um tempo, achei que não era meu projeto de vida.

Fui fazer mestrado com o tema dos territórios de prostituição em São Paulo, por que naquele momento, a grande questão era a segregação socioespacial, fundamentalmente a segregação do ponto de vista econômico, e eu queria trabalhar a segregação que não fosse estritamente da questão econômica, mas que envolvesse valores culturais. Por isso resolvi trabalhar os territórios de prostituição. Fui estudar com o Flávio Villaça, que era consultor da COGEP, mas que por ser uma figura que na vida pessoal era assumidamente gay, eu achei que não teria problema [com meu tema]. Por que era um tema que era da Antropologia, da Sociologia. Fui conversar com ele e ele se entusiasmou. O que foi muito acertado, por que tinha um curso de metodologia da pesquisa, obrigatório, quando a gente apresentava os projetos de pesquisa. E quem dava o curso era o Nestor [Goulart Reis Filho] e o Celso Lamparelli. Quando apresentei o meu projeto de pesquisa, o Nestor foi radicalmente contra, disse que não era na FAU, mas o Celso Lamparelli me apoiou, por que ele entendeu. Eu ia trabalhar do ponto de vista do território. E foi a partir do mestrado que decidi que queria ir para a Universidade.

Fiquei seis meses [como professora] na Belas Artes, seis meses em Mogi, um ano em Santos, e cheguei a conclusão que não era o que eu queria. Porque eram vários professores de São Paulo, que iam lá na sexta-feira, o dia da disciplina, e voltavam. Foi quando apareceu o concurso em São Carlos, o curso estava começando a ser formado [na EESC USP]. Era o início, entrei quando ia começar o terceiro ano. Então, a experiência de construção do curso, no início da graduação, depois da pós-graduação, e depois, do Instituto [de Arquitetura e Urbanismo] - porque [antes] era um departamento da Engenharia- foi um processo maravilhoso, porque realmente nós constituímos um grupo... E ainda não precisava ser doutor para entrar na USP, o que também foi maravilhoso, porque a maioria de nós, naquele momento, estávamos fazendo o mestrado. Então essa condição de pessoas que ainda estavam no processo de formulação do seu campo de pesquisa, [esse convívio] foi muito bacana, porque acabamos constituindo coletivamente os campos de pesquisa, que resultaram nas linhas e nos grupos de pesquisas criados naquele momento. Isso foi fundamental para perfil assumido pelo curso de graduação e depois, da pós-graduação. Algo que nos últimos anos vem tendo uma mudança muito grande. Não é mais aquilo, muita coisa daquele momento está se perdendo... Mas o processo todo foi maravilhoso, e de formação mesmo. Agora estou de professora sênior, aposentada, só ligada à Pós, à pesquisa. Esse, rapidamente, foi o percurso político, cultural, acadêmico e profissional.

Ainda na sua graduação, qual a proporção de alunas, em relação aos alunos?

Já tinha bastante mulheres alunas, já era significativa [essa presença]. Muita gente foi para o Planejamento, porque era o campo que estava fervilhando e que tinha uma oferta grande. Talvez as mulheres tenham ido majoritariamente para o Planejamento, não sei... mas assim me parece. Houve mulheres que foram para o [campo do] Projeto, mas se olhar o meu grupo mais restrito, os homens é que foram para o Projeto.

E como referência de projeto, ou bibliográfica, havia uma presença feminina?

Eu não fui para Projeto, certo? Fui direto para a área do Urbanismo e do Planejamento. Então [sobre] a área de Projeto nem sei dizer. Mas não tinham referências mulheres. Era o mundo dos homens mesmo... Não havia mulheres.

O que tinha, na época que eu fui trabalhar na COGEP - eram homens que eram referências importantes da Sociologia, da Economia, do Urbanismo... Mas tinha uma figura importante que era a Mayumi Watanabe, que trabalhava lá. Eu trabalhei com ela, depois ela foi para São Carlos, trabalhamos juntas lá [também]. Ela foi a primeira pessoa que me falou que eu deveria dar aula. Por que ela dava um curso na Saúde Pública sobre Planejamento e Saúde. Um [determinado] momento ela não pôde dar o curso, e me propôs que eu fosse no seu lugar. Eu fiquei apavorada, mas dei... [risos]. Foi a primeira pessoa que me falou: 'Sarah você precisa ir, você precisa aparecer mais..'

A Mayumi era uma referência profissional respeitada por todos. Ela é uma figura interessante para trabalhar desse ponto de vista do gênero. Já há algumas pesquisas, há um livro sobre o trabalho dela... Ela é uma figura para ser trabalhada desse ponto de vista. Ela era reconhecida, uma referência... uma mulher que todos os homens respeitavam profissionalmente.

E eu trabalhei também durante um tempo no escritório da Rosa Kliass. Outra mulher que tocava um escritório, e era respeitada. Aliás, o escritório dela é outra coisa interessante de estudar. Eu era recém-formada, e a Rosa era a figura forte no campo dos escritórios. E lá, havia a Madalena Re, que era o braço direito dela naquele momento, era a mais graduada. Assim, do que eu tive contato profissional, essas duas figuras são as que eu acho importante por onde andei. E a Mayumi, depois nos reencontramos em São Carlos. Toda a constituição de São Carlos foi muito bacana, como eu falei. Era também o mundo dos homens. Apesar de terem entrado muitas mulheres, era bem dominado pelos homens. E, claro, para se

legitimar lá, ou em qualquer outro lugar, você tem que demonstrar muito mais para conseguir ser reconhecida. Apesar de eu sempre ter sido tratada com muito respeito, desde o começo, não é fácil na relação cotidiana, nas mínimas coisas, a gente vai sempre sentindo. Você tem que fazer muito mais para ser reconhecida. No sentido mesmo de reconhecimento, não que desrespeitem, mas de reconhecimento [profissional], e na área acadêmica tem uma coisa hierárquica muito forte. Pode até ser que na discussão intelectual se discuta de igual para igual, mas na questão hierárquica da gestão e tudo, demora. Eu fui coordenadora da Pós... Será que eu fui a única mulher coordenadora da Pós lá em São Carlos? Precisa ver... Acho que sim. Quer dizer, na comissão da Pós sempre teve mulher, mas acho que só eu fui coordenadora... Então, é isso. Do ponto de vista intelectual, sempre me relacionei de igual pra igual com os meus colegas lá. Mas na condição de poder da estrutura [universitária] é complicado.

No começo do curso em São Carlos, então, predominava um ambiente da Engenharia?

Era um departamento da Engenharia. Tinha uma Pós-graduação que também era ligada à Escola de Engenharia. E aí, com a criação do curso de Arquitetura e Urbanismo, começou a entrar outro perfil de gente. O pessoal da arquitetura era sempre... alguma coisa de diferente... Mas muitos professores de algumas áreas da Engenharia se vincularam muito fortemente a nós. E muitos colocavam a gente como referência. Quando eu fui coordenadora, ainda era uma Pós dentro do Departamento da Engenharia, então, eu ia nas reuniões dos coordenadores da Pós. Lá, tudo que eles decidiam, eu falava: 'mas na arquitetura é diferente...' E alguns professores lá colocavam a arquitetura como uma referência, interessante... Porque é interessante fazer essas misturas e viver esses embates...

Quando você falou do seu mestrado, citou uma dificuldade inicial de reconhecimento da pertinência de um estudo com

aquela abordagem específica. Mas para além desse reconhecimento, havia também uma dificuldade operacional, por ser um tema ocultado historicamente?

A dificuldade, foi assim... Flávio Villaça aceitou, construímos um projeto de pesquisa juntos, eu estava querendo trabalhar o território, muito ligada nas leituras de Foucault naquele momento. Dentro da Arquitetura e Urbanismo, foi o primeiro trabalho. Foi um esforço enorme que tive que fazer, para definir com precisão a minha entrada. Por que era um trabalho do campo da Antropologia, da Sociologia. E foi um esforço enorme entender como é que eu ia entrar. [Esforço] teórico, metodológico...

Hoje reconheço que aquilo foi fundamental para mim, para minha produção acadêmica, metodológica e da busca de referências, ao longo do que eu fui [depois] trabalhando. [Ou seja], o diálogo com as outras disciplinas. Eu tive que encontrar o espaço para dialogar com outras disciplinas, e um esforço enorme até conseguir definir [essa entrada], mas acho que foi fundamental. Pois hoje, é o que eu faço, vou dialogando [com os outros campos]. E é interessante, por que em geral, sou solicitada para essas situações de diálogo. Então foi difícil, dificílimo. E o Vilaça foi fantástico, fundamental na minha formação como pesquisadora, de um rigor... Algo que eu gosto; não por acaso fui procurá-lo. Ao mesmo tempo muito aberto, não me tolheu em nada... Mas foi um esforço enorme, porque eu não ia fazer um trabalho de Antropologia, nem de Sociologia, e aí, a bibliografia inicial nessas áreas já era um tema mais do que trabalhado. Então, tive que construir a abordagem nos territórios. Naquele momento, Foucault era uma referência [fundamental], hoje acho que seria outra... E foi nesse mestrado que se definiu uma série de entradas da minha pesquisa.

Tinha toda a questão da prostituição, das mulheres, da condição de trabalho e tudo mais, mas lá também se definiu uma questão que eu venho trabalhando ao longo de tudo que eu faço, que é a questão institucional. Por que naquele momento, eu trabalhei com a polícia. Depois, quando fui fazer doutorado, "caí" na discussão do

zoneamento, eu nem estava pensando em estudar zoneamento... A questão que eu estava querendo abordar era a seguinte: dos anos 1940 aos anos 1960, São Paulo passa por uma mudança enorme. E todos os estudos [até então] diziam que só tinha debate, só planos não realizados, e eu pensava: 'não é possível que não tenha acontecido nada de efetivo na cidade'. Então comecei a procurar tudo o que tinha sido produzido na Prefeitura e foi assim que descobri a coisa do zoneamento. E acabei trabalhando [o zoneamento] do ponto de vista institucional, mostrando que não é só vontade política, quer dizer, é um instrumento. Tem que entender quem são os agentes, a quem é concedido o poder de decisão, como se dá...

E na verdade, na leitura do meu trabalho, entre os arquitetos e urbanistas, eu conto nos dedos... muito pouca gente reconhece, essa relação institucional. É muito mais gente de fora da área que reconhece essa relação institucional que eu fiz. Então, se acabei nas instituições, o germe disso está no trabalho dos territórios [de prostituição]. Pois a periodização dos territórios que eu proponho lá, tem muito a ver com a estrutura policial que se configurava ali. E sem dúvida, quem me deu a base para discutir, para enxergar isso, foi o Foucault.

Mas a sua atuação prática talvez também tenha relação com essa abordagem institucional, não?

Sim, foi fundamental. Eu seria outra pesquisadora se não tivesse tido a minha experiência na prática profissional. Todas as minhas questões de pesquisa acho que são colocadas pela minha experiência profissional. Um jeito de pensar, de enxergar a cidade mesmo. Mesmo quando eu fui fazer o trabalho 'Os estrangeiros e a construção da cidade', um projeto temático que a Ana Lanna coordenou [entre 2007 e 2011] - fui estudar o Bom Retiro e foi uma oportunidade de voltar para questões que eu tinha sinalizado lá no mestrado, e desenvolvê-las. Teve muito a ver com uma leitura da cidade que a prática profissional permitiu que eu enxergasse. Para mim, é muito da prática profissional. O zoneamento também. Só

entendi e enxerguei aquele material porque tava vivendo o poder do zoneamento. Por que até então se falava que o zoneamento de São Paulo tinha sido feito durante a ditadura, que era tecnocrata por que tinha sido feito na ditadura, que meia dúzia de pessoas que se juntaram fizeram a lei - eu falava isso também! E aí, quando eu vi o material.. [essa visão se] desmontou! Ninguém mais fala isso, isso é legal. Foi uma longa construção: era tecnocrático, apesar de ter começado a ser feito no período democrático. E acho que continua tecnocrático até hoje, apesar de ter conteúdo social... Então, tem muito a ver sim. Eu não sei o que eu estaria estudando se não tivesse tido a minha experiência profissional...

Era um momento de prática que se ia muito a campo. Levantamento na unha! Não era por Googleearth, não sei o que mais, era outra coisa. Acho que isso dá o que pensar. Cheguei a ver TFGs em São Carlos - eram poucos - mas de gente que não tinha ido ao lugar estudar! Como é que pode? Estudar um espaço e não ir ali ver, sentir, viver.

Mas é a coisa da formação, tem toda uma formação de um determinado momento dos estudos urbanos, que passa pelo período da ditadura... Mas você tem os atores, os urbanistas, que se formam em outro momento e continuam ativos. Que é o que eu acabo trabalhando no último texto que sobre o SERFHAU: 'Urbanismo no Brasil nos anos 1960'. Mostro as contradições dentro do SERFHAU, pois muda o regime, muda o quadro político, mas as pessoas continuam atuando e no embate... Acaba sempre sendo um arranjo, aqui no Brasil, mas não é [o mesmo que dizer]: 'virou tecnocrático por que se instalou a ditadura'. Depois do Getúlio [Vargas], houve um período democrático. E a tecnocracia implantada ia se desmontar? Está se desmontando agora, para [dar lugar a] uma outra. Ou durante a democracia, a partir de 1946, quando houve toda uma atuação no campo do urbanismo e dos estudos da cidade, a partir de outras perspectivas que começam a ser trabalhadas, aí, quando se instaura a ditadura, isso não desaparece, não é? As ideias, as pessoas, as temporalidades são múltiplas. Tem a questão do regime político, mas é tudo muito complexo.

Você tinha comentado sobre as disciplinas nas quais começou a carreira docente, poderia falar um pouco sobre isso?

Eu acho legal falar isso por que quando eu fui dar aulas, na Belas Artes era uma perspectiva diferente, mas quando eu fui dar aulas em Santos, foi aí que eu me dei conta. Fui para a sequência de urbanismo e quando conheci como estava composta, como se dava, me dei conta que o que se ensinava era calcado no que a administração pública fazia no campo do urbanismo. E eu pensei: 'nossa, mas ensinar uma coisa que eu tenho tantas críticas.. como vou formar pessoas para fazerem isso que eu critico tanto?' Naquele momento já estava começando a discussão de pensar a cidade para além - ou pelo menos eu já estava me vinculando a isso - da questão dos instrumentos, do zoneamento, e tudo mais. Quando vi a proposta do curso de Arquitetura e Urbanismo em São Carlos, a proposta era que a questão urbana não [fosse autônoma]... Tinha teoria e história do urbanismo, uma sequência muito forte - essa é a grande marca de São Carlos - e a questão urbana no Projeto estaria dentro da sequência de Projeto. Eu achei isso fantástico. Quando fui fazer o concurso, era justamente para uma disciplina - de terceiro ano - que abordava o projeto na escala urbana. Eu me inscrevi, não era uma pessoa [que me dedicava ao] Projeto, mas me inscrevi por conta disso, exatamente porque achei que era um caminho para romper com o que estava sendo feito em termos de ensino de Urbanismo. Aí fui trabalhar nessa disciplina. Foi interessante, porque sempre trabalhei em dupla com alguém que era da área de Projeto. Foi uma construção e um diálogo. Dei aula por exemplo, por muitos anos, com o Fernando Mello Franco, que virou secretário de Desenvolvimento Urbano [na gestão do Fernando Haddad], e ele, como profissional de Projeto, estava começando a pensar nessa outra dimensão [urbana]... E São Carlos foi vanguarda nesse sentido de acabar introduzindo essa questão do que hoje é chamado de projeto urbano - que hoje está bombando - mas não foi fácil. Eu passei muitos anos ouvindo, dentro das reuniões de sequência, que [no período em que era ministrada a disciplina] não tinha Projeto.

Mas tinha projeto, por que a gente trabalhava [nessa escala]... Quando entrei, propus dois temas que perduraram - não sei agora como está -, um, que era uma abordagem das áreas centrais, e outro, uma abordagem das áreas de expansão. A gente trabalhava desde a leitura do território até a definição das tipologias de ocupação, a partir da tridimensionalidade. E nunca falei, em nenhuma disciplina, 'o índice vai ser esse, o tamanho do lote vai ser esse...'. Eram sempre programas que induziam o aluno a pensar essas questões, mas nunca dei fórmula do zoneamento para desenvolver projeto. Era o contrário: depois que fazia o projeto, podia discutir o que isso representava em termos da legislação do lugar, se cabia ou não na legislação.

Foi em Santos que isso me apareceu, em um curso que estava mais estruturado. O de Mogi era uma loucura e a Belas Artes acabou muito rápido para mim. Mas em Santos era muito estruturado e eu como eu disse, lá eu pensei: 'nossa mas vou ensinar a partir do que eu critico? Ou fazer só a crítica?' Não dá pra fazer só a crítica, não é? Então, a estratégia foi inverter: não partir do que eu criticava, mas desenvolver no aluno um raciocínio. Porque você tem que formar gente para formular, não para aplicar lei. Aplicar a lei qualquer um aprende, formular não.

Como você enxerga a entrada de novos temas de debate no ensino de arquitetura? Você considera que ocorreram muitas reformulações, novos temas que surgiram ou que foram incorporados, pensando em particular na questão de gênero?

Sim, há novos temas. Mas isso também acontece por ondas, não é? Quando você trabalha com a história... quer dizer, fui para a História da Cidade e do Urbanismo. A partir dos anos 1980, isso vai se constituir de uma forma mais estruturada no campo da Arquitetura e Urbanismo. Teve muito a ver com a ampliação da História para além dos historiadores.. Esse movimento da nova história, que começa lá nos anos 1920, mas que a partir dos anos 1960 se amplia e difunde e que aqui no Brasil vai se institucionalizar nos anos 1980.

Então, quando você trabalha a partir da História, o novo é “em termos”... Dessa forma, como questão, o gênero estava colocado muito embrionariamente, e emerge, em um determinado momento, pelas práticas sociais. Quer dizer, há todo o movimento feminista desde os anos 1960 no Brasil. Quando eu trabalhei os territórios de prostituição, lá está colocada a mudança que vai acontecer nos anos 1970, não é por acaso que acaba a zona...ou seja, a zona demarcada também acaba por esse movimento. Já estava havendo um movimento das mulheres prostitutas... E que depois, viram trabalhadoras do sexo, isso já é mais recente. E aí ganha uma dimensão muito maior.

Ou também toda a emergência das mulheres na Arquitetura e Urbanismo, que também já vinha sendo tematizada... Nos Estados Unidos já estava começando esse movimento, já se estava detectando [essa presença]. As questões estão escondidas, e elas são sinalizadas em determinados momentos, e depois ganham outra dimensão, também pelas práticas sociais, na medida que se consolidam... A questão da mulher trabalhar fora de casa vem desde os anos 1940, quando entram no mercado de trabalho. Mas a questão da prostituição como uma solução de sobrevivência, já estava colocada como trabalho. Para as mulheres prostitutas sempre foi claro que isso era trabalho.

As questões no fundo ganham outra dimensão, vão se atualizando. Hoje, mesmo dentro da perspectiva feminista, tem várias interpretações. Eu gosto muito do trabalho da Silvia Federici. Acho que ela coloca uma dimensão importante. Não sei até onde os trabalhos de gênero - conheço alguns dos trabalhos que estão sendo feitos - estão colocando essa perspectiva da Silvia Federici. Tenho visto mais os trabalhos das arquitetas, da domesticidade, das soluções arquitônicas, os trabalhos que eu conheço mais, são esses. Eu precisaria ler mais esses trabalhos, é que estou lendo outras coisas... Mas tem trabalhos... Todos os projetos que foram feitos pelas mulheres.. eu acho legal! E acho que dar visibilidade para as mulheres, em todos os campos, é fundamental.

Eu me dei conta que a Amélia Toledo era a única professora da minha época, por exemplo, numa atividade que aconteceu lá na UNIFESP de Guarulhos, onde o Fernando Atique chamou alguns pesquisadores para falar. Fui falar da minha trajetória, fui falando com quem eu tive aula, e uma aluna perguntou: ‘E tinha mulheres dando aula?’. Aí que me dei conta: ‘Nossa, a Amélia Toledo, a única!’. Quer dizer, mudou não é? O que é bacana, as mulheres ganhando espaço na sociedade, os temas de pesquisa ganham espaço também... Mas não são coisas autônomas. São as práticas sociais elas não vão por acaso, não é?

Por exemplo, como teve toda a discussão da função social da propriedade colocada pela Constituição de 1988, isso foi importante. O direito à cidade vira a nova onda. Não havia quem não citasse Lefebvre... não podia fazer trabalho sem citar Lefebvre. Então, tem que ver isso também, em que medida a cada vez que há uma onda, uma abordagem se formata, cria-se um roteiro. Teve a onda do espaço público.... Quem fez um primeiro texto que estruturou uma discussão teórica sobre o espaço público foi a Otilia Arantes (nos anos 1990, acho). Ela trouxe uma abordagem nova. Mas aí o texto dela virou roteiro para todo mundo fazer igual. Perdurou não sei quanto tempo aquele roteiro que a Otilia formulou. Quer dizer, ela trouxe uma coisa nova e aquilo passa a virar um modelo. Isso são os usos que se faz, não é?

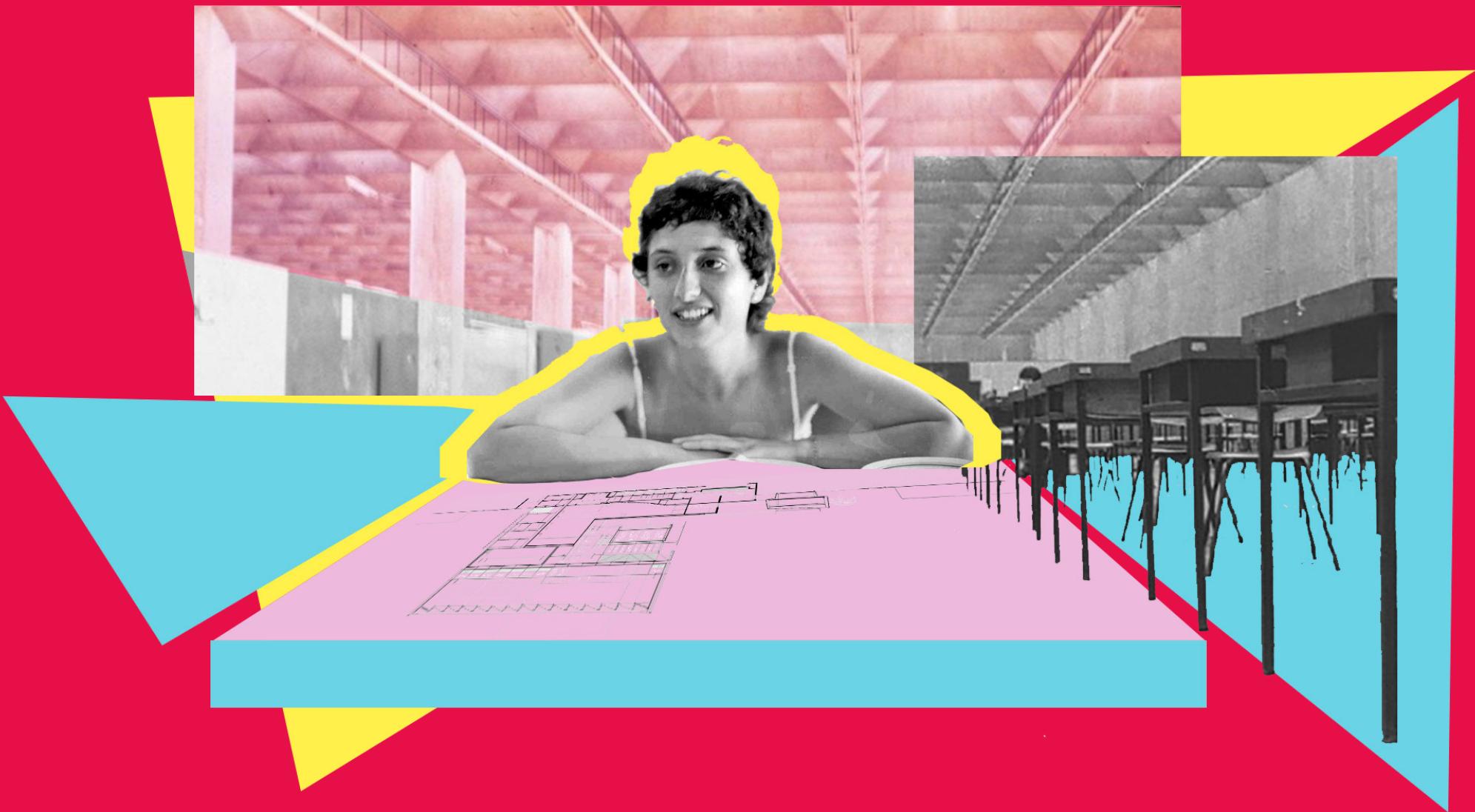
Tem um autor que trabalha muito bem essas coisas, o [Bruno] Latour. Estou lendo, e estou me identificando muito. Ele trabalha a coisa da ciência, da produção da ciência e da política. E discute como as ideias vão sendo lançadas, e se consolidam, como os trabalhos são citados ou não...

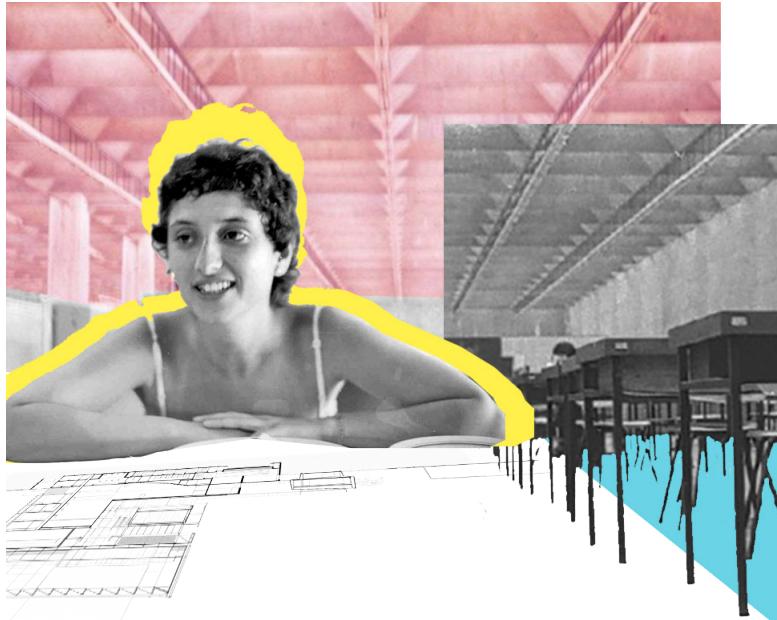
Mas acho que agora já tem muitos trabalhos sobre gênero na Arquitetura e Urbanismo. Das outras áreas eu conheço mais, mas esses eu ainda preciso ler. São trabalhos muito bacanas, todos esses que recuperam as mulheres arquitetas... É incrível não é? É incrível como se apaga... Mas é isso - não adianta - só se deixa de apagar quando os grupos ganham espaço político na cidade.

Tem a questão racial agora. Estou para fazer a resenha do livro

da Ana Barone, que ela organizou [com a Flavia Rios] que pauta a questão racial. Ainda é pouca a discussão da questão racial no campo da Arquitetura e do Urbanismo. Mas são questões entranhadas na nossa história. E que bom que estão emergindo. E como no nosso país, no Brasil, tudo vai se arranjando, nunca tem uma ruptura mesmo, é difícil. Agora está um momento fundamental para repensar, para a cabeça da gente repensar como estudar. Estou muito por aí, vamos lá.

ENTREVISTA REALIZADA ATRAVÉS DA PLATAFORMA GOOGLE MEET EM 11 DE MAIO DE 2020.





HELENA AYOUB

GRADUAÇÃO

1973 - 1979 FAUUSP

PÓS GRADUAÇÃO

1990 - 1998 Mestrado FAUUSP. Título: Conceitos, Processos e Métodos Presentes na Elaboração do Projeto de Arquitetura. Orient. Joaquim Manoel Guedes Sobrinho.

1999 - 2005 Doutorado FAUUSP. Título: Abrahão Sanovicz, o projeto como pesquisa. Orient. Eduardo Luiz Paulo Reisencampf de Almeida.

ATIVIDADE PROFISSIONAL

Docente na FAUUSP desde 1983. Lecionou também no curso de Arquitetura da Universidade de Franca, na Belas Artes, no curso de Artes Plásticas da FAAP e de 2000-2004 no curso de arquitetura da Anhembi Morumbi.

Sócia gerente e responsável técnico - Helena Ayoub Silva & Arquitetos Associados Ltda.

Em que ano e em qual instituição você se formou? Você poderia também comentar como o contexto político da época informava os debates na universidade?

Eu me formei na FAU, entrei em 1973 e saí em 1979. Em setembro de 1979, por que a gente teve uma greve. O contexto político era o da ditadura, do começo do fim da ditadura. Um contexto terrível, péssimo, triste. Mas de uma certa maneira, era um inimigo muito claro para que os estudantes se unissem contra, isso era uma coisa interessante. A luta ideológica era uma coisa forte e importante para nos manter vivos. Foi o início da volta do movimento estudantil, [que passava a] ser forte novamente. Tem um livro muito interessante que se chama Cálice, não sei se você conhece, que conta a volta do movimento estudantil mais ou menos nesse momento. É muito bom, vale a pena. Porque em sala de aula [a discussão política] não transparecia, não tinha discussão. Mas no movimento estudantil sim, através do grêmio, das assembléias, do DCE sendo remontado. Existia também uma cisão entre os estudantes. Uma cisão e uma união. A discussão, o debate político, era intenso entre os estudantes, mas em sala de aula não, nem era estimulado pelos professores, ou algo assim.

No momento da sua formação, como era a percepção da presença de mulheres no curso de arquitetura (como discentes, docentes, referências)?

Na verdade, a gente nem prestava atenção [na proporção de mulheres]. Acho que em termos quantitativos, não era como é hoje, era meio a meio, acho. Mas a gente não tinha no contexto universitário uma preocupação com isso. Acho que as questões sociais eram mais importantes nas discussões do que isso. Mesmo depois, quando as questões feministas tomaram vulto, elas estavam colocadas em termos muito mais em termos sociais, de classe social ou lugar da mulher socialmente, do que em termos de arquitetas [mulheres], como hoje é colocado.

No corpo docente da FAU havia mulheres no Departamento de História, lógico. No Departamento de Projeto não tinha nenhuma professora, como tem hoje. Planejamento, desenho industrial e projeto visual, sim, figuras muito fortes. Mas as figuras mais fortes no Departamento de Projeto eram homens.

Como referências não tinha, não. Jane Jacobs e só...

É curioso que essa percepção do Departamento de Projeto como um núcleo mais masculino se mantém, de certa forma, até hoje, mesmo com uma maior presença feminina, não?

Até hoje é fundamentalmente masculino. Masculino e machista. Impressionantemente [machista]. E isso não é só na FAU, é [o mesmo] em todas as escolas, às vezes acho isso assustador. E isso não reflete a profissão. Porque mais de 66% dos arquitetos, são arquitetas, que trabalham e produzem. Mas isso não se reflete na docência, na área de projeto, [ainda que] grande parte dessas arquitetas trabalhem com projeto.

Mas também acho que é um reflexo de um arquiteto que eu não sei se existe mais, sabe? No sentido do arquiteto autor, artista, dono do saber. Mais indivíduo e menos coletivo. Não sei, cada vez mais acredito que - ou, pelo menos do contato que eu tenho tido (eu estou hoje no CAU e a gente tem discutido bastante) - a postura feminina é muito menos individualista, é muito mais [voltada] para o trabalho coletivo... É incrível como os homens professores de projeto valorizam muito mais o trabalho do indivíduo. E não sei se na contemporaneidade ainda valha a pena a gente valorizá-lo. Acho que a gente devia criticar esse tipo de postura, ainda mais no contexto que vivemos, o contexto que eu vivo na FAU, a gente devia fazer uma profunda reflexão de quem a gente quer formar, e como. Vou ser muito franca com você, mas é uma coisa para se pensar: a gente quer ser o cara da revista? Temos um país inteiro para construir!

Você acha que esse modelo tem começado a ser desconstruído e tem existido ecos disso no ensino?

Não, não. Não tem ecos, não. Acho difícil. Acho que tem uma geração nova que tem a cabeça mais aberta. Mas hoje, sinto muito, mas não vejo as coisas dessa maneira não. Isso é complicado.

Mas devem haver coisas que se transformaram, em algum sentido. Quais mudanças que você enxerga nesse período em que você atua no ensino?

Coisas boas e coisas ruins. Na FAU, em geral, eu sinto uma falta muito grande da arte. Por mais que eu tenha frequentado a FAU numa época horrorosa, a gente tinha muitos artistas que davam aula e que traziam uma contribuição que é inestimável. Renina Katz, Flávio Império... É uma contribuição que eu não consigo nem dizer, mas sei que eu tenho uma formação que é diferente, por que tive aula com essas pessoas. Sou uma melhor arquiteta talvez porque tenha feito uma aula com o Flávio Império na qual ele me fez comer tomate no chão. Estou falando [isso] porque parece uma barbaridade, mas não é. Porque aprendi a apontar o lápis com a Renina Katz, e ter a calma de entender aquele gesto como tão importante quanto fazer o desenho com aquarela... a tratar o material... Tudo isso como sendo a mesma coisa que a arquitetura. E acho que a gente foi perdendo a arte na FAU. E também a história da arte. Eu acho que essas coisas, a gente tinha que resgatar com mais força. Na área de Projeto a gente tinha uma coisa muito estratificada. Hoje você tem um curso que é mais coeso. Isso é bom e [é] ruim. Você pode ter uma temática única, ter uma leitura maior do curso, mas às vezes, você faz com que isso vire também uma camisa de força. E os alunos não tenham a possibilidade de ter outra experiência. Antigamente, você tinha o curso do Abraão, o curso do Eduardo de Almeida, o curso do Joaquim Guedes, e você não via nisso uma unidade, que hoje você consegue ver mais ou menos, mas, de qualquer maneira [hoje] você não consegue dar para o alu-

no novas possibilidades. Talvez agora com essa reformulação que a gente está tentando fazer - de ter outros temas, outras abordagens de projeto - talvez com isso a gente consiga ampliar um pouco as possibilidades.

Uma coisa bonita que tem na FAU é que a gente está sempre experimentando e mudando. Acho que desde que a FAU nasceu, se faz essas reformas, e essa é uma coisa que a gente tem que preservar, sempre procurar um jeito melhor de fazer.

Pensando nas décadas seguintes a sua formação, você enxerga que o contexto político foi um impulso importante para os debates universitários?

Acho que sim, lógico. O que era muito claro, que você tinha um inimigo concreto, como era na época que eu era estudante, depois se coloca de uma maneira [menos clara]. Agora não, temos um monstro no poder, pelo menos temos uma coisa clara para combater. Mas quando as coisas não ficam claras assim, a gente fica sem prioridades concretas. O que me parece, no movimento estudantil, é que falta um pouco de ideologia. Me falta ver em vocês a vontade de criar um mundo melhor. Isso me deixa um pouco angustiada. A gente não precisa de um inimigo forte para combater, mas qualquer ação da gente na vida precisa ter essa perspectiva [de transformar o mundo]. Na luta estudantil, nos últimos anos, eu não tenho visto isso.

Na tua trajetória, como a prática profissional e o exercício do ensino se tocam?

Eu acho que as duas coisas se alimentam mutuamente. A prática é importante, na medida que ela traz algo de realidade, que não é aquela da universidade vivencia cotidianamente, mas a universidade tem que vivenciar outra coisa também. Acho que a crítica é a vivência maior que a universidade tem que fazer.

Voltando à questão da presença feminina na universidade, o que você acha que contribui para a preponderância masculina no departamento de projeto continuar?

Veja: a gente está tentando fazer, por exemplo (tá começando a discutir) uma chapa só de mulheres para o CAU. Mas porque isso indica uma postura diferente frente a todas as coisas: uma maneira política de tocar um órgão de classes, uma maneira de como tocar um escritório, de como respeitar o colega que trabalha com você... Acho que é através dessa reformulação de maneira de trabalhar [que podemos mudar]. E como você faz isso? Fazendo. Mudando a maneira de trabalhar e divulgando essa nova maneira de fazer. É gozado, porque colegas que você admira e respeita, não pensam dessa maneira e continuam fazendo as coisas como sempre se fez, desrespeitando colegas, relações de trabalho mínimas, de autoria etc, como sempre. E são coisas que talvez a gente tenha que fazer mesmo [através] de políticas novas de divulgação. Por que o trabalho individual na arquitetura é uma mentira. Não existe isso. O trabalho é sempre coletivo.

Enquanto a gente ficar reafirmando que essa merda é um trabalho individual do geniozinho criativo, isso só vai realimentar o coitado do aluno que vai desejar ser um gênio. E não vai ter mais lugar, não tem mais lugar na sociedade para isso. Isso também é um problema. E como é que pode mudar isso? Com a gente conversando... E tem muito trabalho para os arquitetos... Tem um país inteiro para construir, um mundo inteiro pra fazer. E tem gente fazendo, isso é bonito.

Fui em uma reunião do IAB [Instituto dos Arquitetos do Brasil], faz um mês e meio, uma reunião de mulheres. Foi uma coisa incrível. Fiquei no grupo [de discussão] com uma menina que fazia obras e reformas na periferia e era uma puta arquiteta. É disso que a gente tem que falar! Porque ela é tão arquiteta quanto eu. Uma das meninas, no começo, falou que nunca tinha tido coragem de entrar no IAB. Vá à merda! Aquele é o lugar para abrigar todo mundo, todos os arquitetos, e [para] divulgar toda a produção. É por aí que eu

acho que a gente tem que mudar essa postura. É esse novo jeito de enxergar as coisas que a gente tem que divulgar. Divulgar o trabalho das Arquitetas Negras, etc. Tendo uma outra postura frente a isso, não chamando as escolas que elas fizeram de 'escola em cima da padaria'. Entendendo que nosso trabalho é igual o de qualquer outro na sociedade, é mais um trabalho. Hoje estou meio rebelde, acho que é a pandemia....

E como foi o início da sua trajetória profissional e os passos até ingressar na docência?

Eu trabalhei desde que entrei na FAU. Não sabia se eu estava fazendo o que queria, aí fui xeretar. Desde o primeiro ano, acho que fiz 8 estágios. Pinguei em tudo quanto era lugar. E eu tinha trabalhado para um escritório muito interessante, que era o escritório da Prefeitura de Osasco. Um dos meus colegas que já tinha se formado - eu fiquei mais tempo na FAU -, era da chapa do IAB e tinha qualquer coisa para fazer por lá. Então fui trabalhar no IAB e organizar o encontro estadual de arquitetos, ou qualquer coisa assim. Fiquei no IAB e fui chapa do ano seguinte, por isso, logo que me formei, consegui um trabalho na CESP [Companhia de Energia do Estado de São Paulo]. Fiquei dois anos lá. Fiz um trabalho incrível, que foi o centro da cidade de Porto Primavera. Eu não trabalhava dentro da CESP, mas no escritório contratado por ela, do engenheiro Hugo Tedeschi - que era um cara incrível (eu tive bastante sorte!). Fiquei muito amiga do Eurico Prado Lopes, que é o autor do CCSP [Centro Cultural São Paulo], e quando ele teve que fazer a revisão do projeto, ele me convidou para trabalhar. Fiquei quatro anos trabalhando com ele. Depois, abri meu escritório e comecei a dar aulas. Primeiro em Franca - de urbanismo - de lá, fui para a Belas Artes, para a FAAP, e para a FAU. Aí cheguei onde estou. Estou na FAU desde 1989. Entrei como auxiliar de ensino, acho que foi um jeito interessante, porque fiz toda a carreira docente dentro da FAU.

E na FAU é possível ver que você tem uma função articuladora entre os Departamentos... Você atribui isso a que?

É porque eu sou arquiteta, não é bem? Porque acredito [na arquitetura] assim. Você sabe como surgiu essa coisa? A FAU fez um plano diretor participativo. A FAU estava um caos, um horror, teve a direção de um professor de Projeto (Sylvio Sawaya), que poderia ter sido maravilhosa e não foi, foi uma direção desastrosa, e ele começou a fazer uma série de alterações no projeto da FAU. Aí, começamos a nos rebelar contra o que ele estava fazendo, e se resolveu montar um Plano Diretor Pedagógico. Foi super bonito. A partir do PDP, tivemos a iniciativa de montar uma disciplina interdepartamental e promover outras atividades que fossem mais transversais na escola. Pela afinidade entre os professores, por entender essa necessidade desse pensamento mais transversal. Eu acredito muito nisso e muita gente acredita muito nisso.

Acho, inclusive, que nessa volta pós pandemia a gente não devia voltar para a nossa caixinha. Não acho que a gente possa voltar como se nada tivesse acontecido. Não é só máscara ou distanciamento ou 1,5 metro. Todo mundo está preocupado se vai ter sala de aula, se vai caber, se não vai caber. E não é isso. O que a gente está vivendo hoje é para pensar outra coisa, acho que a gente tem que pensar um pouco. Não são só coisas como ter mais tanque ou mais bebedouro. É outra coisa. Tem essa coisa esquisita que a gente está fazendo, de aula virtual.... É ruim ficar aqui, é ruim pensar que nem todos os alunos estão podendo acompanhar as coisas. Essa coisa virtual é tão complicada... Tem gente que está achando ótimo. Mas para mim é... Eu vou ter que fazer uma reflexão muito grande dessa história toda. Acho que a gente podia tirar disso tudo alguma coisa para melhor.

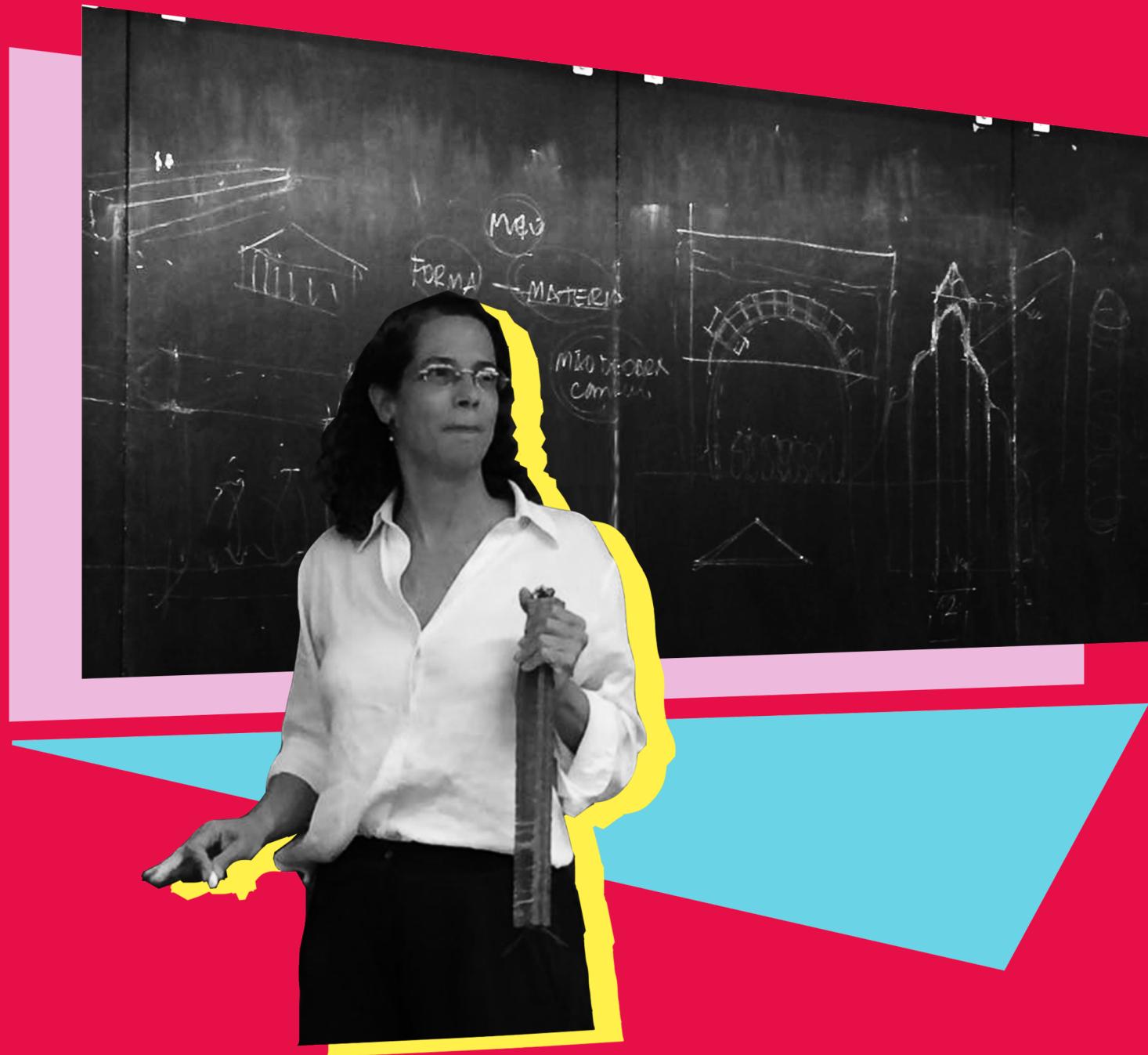
E você poderia fazer um comentário mais geral sobre a questão de gênero no Brasil atualmente?

Veja, sinto falta de voltar a uma discussão mais social, mais geral. Por que estou dizendo isso? Por que outro dia eu fiquei puta, porque acho que a coisa piora, e não pode piorar... Por exemplo, discutindo isso da mulher na arquitetura. Por que piora? Não pode ser que a cabeça dos homens seja tão estúpida assim, é tão esquisito, tão louco, tão inconcebível que a cabeça desses sujeitos - meus colegas - seja tão imbecil assim. Não dá para entender... (Posso falar assim? Você não vai colocar essa coisa? Ah, pode colocar!). Coisas que eu falo na reunião do Departamento, e que colega meu vai perguntar para o outro se ele acha [que está certo], por exemplo... Falo: 'Vamos fazer um teatro de 300 lugares'. E o colega pergunta para o outro se é bom [um teatro] com 300 lugares. Mas eu já fiz, eu estou fazendo um SESC, eu sei que é bom. Não precisa perguntar para o outro se é bom.... Isso é um absurdo, é inconcebível. Ele faz sem querer? Mas ele não pode fazer sem querer, por que ele é culto, deveria pensar. Eu não faço isso com ele, e ele não faz isso com o coleguinha [homem]. E isso está piorando, esse que é o problema. Isso de um lado, isso é um ódio de um lado; é o "pacotinho arquitetônico".

Mas com isso, a gente deixa de pensar uma coisa maior, porque quando você pensa na sociedade como um todo, [isso] é uma bobagem, ele é um bobo, um tolo, tolinho. Por que para as mulheres, em geral, isso é um nada. Para aquela que vivencia a violência doméstica, enfim... Essa é uma violência também, mas é... é um nada.... Eu deveria ser "macho" o suficiente para dizer 'Ô seu cavalo, por que você não faz isso com ele e vem fazer comigo? Porque você grita comigo e não grita com aquele ali que é grande? É por que eu sou uma velhinha? Uma senhora, mulherzinha?'. Eu não sou macho o suficiente para fazer isso, mas devia, devia bater com o martelo na mesa. Mas eu não fui criada para isso. Mas isso tudo, perto do social, é porra nenhuma, é mais um babaca, machinho. E acho que a gente deveria... sinto falta da gente ter uma briga social maior. Sair com uma bandeira maior.

.....

ENTREVISTA REALIZADA ATRAVÉS DA PLATAFORMA GOOGLE MEET EM 12 DE MAIO DE 2020.





ANÁLIA AMORIM

100

GRADUAÇÃO

1979-83 Graduação em Arquitetura Federal de Pernambuco

PÓS-GRADUAÇÃO

1988-93 Mestrado EESC - USP - “Habitar a Antártica” orient. Silvio Sawaya

1996-97 Especialização em política internacional FESPSP

1993-98 Doutorado FAUUSP - “Habitar o Sertão” orient. Silvio Sawaya

ATIVIDADE PROFISSIONAL

Mantém atividades de projeto no seu escritório desde 1984.

De 2002 a 2019 foi presidente da Associação Escola da Cidade
Diretora do Conselho Científico e coordena a pós-graduação lato sensu Conceber e Construir, na Associação Escola da Cidade.

Livre docente na FAUUSP desde 2016.

101

Em que ano e em qual instituição você se formou? Quais diferenças você enxerga entre o momento de sua formação e o ensino de AU hoje?

Eu me formei em 1983 na Universidade Federal de Pernambuco. Basicamente, a preocupação de você ensinar projeto é uma constante. Eu tive uma formação boa de arquitetos que eram arquitetos de prancheta, não eram formadores de outros professores. Então, o contato com o canteiro, o contato com escritório, sempre foi uma constante. Visita em obra, em situações de carência na cidade... Foi uma formação boa. Eu acho que isso amplia, porque amplia o repertório de quem estuda, você se forma e vai ampliando cada vez mais sua prática profissional. Mas os problemas sempre foram os mesmos: como incorporar o canteiro, como chegar a uma extensão sem iludir a população, como entender a cidade como um grande artefato construído com vários atores na sua produção.

Em relação ao momento político, fim da ditadura e início da redemocratização do país, como isso era sentido no ensino?

O curso de arquitetura tem vários privilégios, um deles é trabalhar com o enfoque político sempre muito presente. Não se faz cidade se você não entender a conjuntura social econômica, política. Então, esse processo, que é um processo interno da instituição/escola e da formação do profissional, ele sempre vai se dar. A gente não pode esquecer que o primeiro presidente que a gente elegeu depois da abertura foi o Collor de Melo... Ou seja, o processo democrático de eleição sempre está muito a reboque, muito aquém da própria maturidade do segmento da sociedade. Até você ter conhecimento democrático... a democracia é um processo confuso. Embora seja o melhor que a gente tenha, é um processo confuso. A gente já passou e está passando por uma série de percalços. Mas isso não invalida a maturidade que a gente vai desenvolvendo ao longo da história. Como ser pensante, como ser que estuda, como ser envolvido na sociedade, você tem um uma maturidade, um discernimento

maior do que a grande massa que legitima a escolha política. Esse é um grande dilema.

E você enxergava no momento da sua formação a presença da questão de gênero?

Outro privilégio que a arquitetura tem: a arquitetura tem muita pluralidade sexual. Eu não colocaria a questão feminina, só. A gente sempre teve a chance de conviver com o diverso. E o diverso na melhor situação, que é o diverso que ama, que faz farra com a gente, que é amigo. Você vai criando uma compreensão humana que vai ser muito maior do que simplesmente ser mulher ou homem. Agora, é claro que diante da sociedade, a gente está conseguindo uma escolha mais clara - que eu nem sei se deve ser declarada, por que você não sabe o dia de amanhã, e ainda é super conservador, então é melhor deixar só pra quem entende. Para que abrir fronteira pra quem chacina? Deixa eles no seu obscurantismo convencional e vai conquistar outra coisa.... Mas respondendo a pergunta, desde que eu fiz arquitetura, em termos de masculino e feminino, havia muito mais meninas do que meninos.

Seja como alunas, seja como professoras?

Não, professores, havia mais homens. Olha que interessante, porque eu fui me dedicar à tecnologia, que preponderantemente é feita de engenharia, onde as mulheres são menos numerosas. E depois, por exemplo, a gente foi montar o curso 'Conceber e construir', uma pós-graduação na Escola da Cidade, estamos montando, fizemos já a primeira edição. E não havia nenhuma diferença - não só de dedicação - mas de inteligência conceitiva e disposição construtiva, entre as meninas e os meninos. Aliás, os dois projetos de maior envergadura eram femininos. E elas chegaram até o final. Então, eu não consigo entender... Quer dizer, eu já não consigo entender, por que o verbo amar é esse verbo tão intransitivo, que não transita entre as possibilidades morais. E a segunda coisa é quando

eu vejo, por exemplo, a mulher no canteiro. A mulher no canteiro é canteiro limpo, organizado, sistematizado. Tem começo, meio e fim. A gente não para o canteiro na hora que acaba o objeto. Vai lá e arruma. Quer dizer, isso para os meninos, que foram mimados, digamos assim, pela sociedade que é basicamente feita para poupar o homem - para ele sair para o trabalho fora de casa, mas dentro de casa ele não sabe nem arrumar a cama - isso no canteiro é muito visível. Terminar o canteiro e colocar todos os instrumentos no lugar, todos os equipamentos no lugar, etc é uma conquista humana civilizatória. Que todos têm que aprender. Mas, de qualquer maneira, é uma característica que se aprende né? É uma questão de educação.

E quanto à bibliografia e também como referência projetual, como se dava a proporção de mulheres?

Olhe, preponderantemente os autores eram masculinos, por que se edita mais homens, né? As mulheres são muito afeitas a apoiar. Agora eu mesma estou fazendo um texto, e me recuso a colocar meu nome só, se todo o conhecimento foi feito pelo coletivo! Acho que a gente tem essa pluralidade por que a gente vê que a vida é plural. Eu sou muito mais... Assim, eu entendo a visão do gênero, embora eu ache que o gênero é algo muito diverso para a gente entender com rigor. Mas eu sou muito mais arcaica. Acho que é luta de classes mesmo. Contra o pobre, contra o preto... Quer dizer, quem está no poder não quer largar o osso. E isso vai ser sempre assim. A história é dos vencidos. Agora, a gente está no lado que, quando vai a presidência não chega ao fim do mandato, é uma outra abordagem de justiça. Então ainda tem tudo para conquistar. E, de fato, a gente tem que lutar muito mais, sem nenhuma dúvida.

Nesse sentido enquanto mulher, nordestina, atuando na área da tecnologia da arquitetura, você sente que a sua presença exerce um papel político de representatividade?

Eu espero que sim, pelo exemplo, que é a única coisa que se pode oferecer de consistência é o exemplo. Eu não tenho muita bandeira. E a vida é muito curta - embora o mundo seja muito vasto - e você não tem uma quantidade de energia inesgotável. Eu tive um grande querido amigo, que foi meu primeiro sogro. (...) Ele me disse: 'Anália você vai entrar em uma família judia, você sabe o que isso significa?' Eu disse: 'Não sei, minha mãe tinha me dito que judeus e cristãos são primos e que eu não me incomodasse muito com isso'. Ele disse: 'Realmente, ela tem razão por que não existe um sádico se não houver um masoquista'. Isso ficou muito entranhado, por que eu sei que existem coisas políticas e coisas sociais, e você não pode usar a mesma filosofia, por que é incomensuravelmente grande a proporção. Quer dizer, se houve um holocausto não é por que haviam masoquistas e sádicos, mas, vindo de um judeu que havia passado o que a família dele passou, isso reverberou muito pra mim. E eu tratei de entender em profundidade que de fato esse jogo dual entre você ter, no comezinho do ordinário do cotidiano, você ter essa vivência constante de ser oprimido, te desgasta muito em termos de energia vital.

Se é para fazer isso, vamos fazer isso coletivamente, como movimento. Mas no cotidiano não pode ser assim, por que você perde oportunidade, você perde as pessoas, no cotidiano. Por que você afirma uma coisa que não está afirmada pela pessoa, está afirmada por uma realidade histórica e você não tem... a estratégia de afirmá-la quando não é necessária. Então é preciso ter essa flexibilidade para você não ser algoz de si próprio e não tornar o outro algoz de si próprio, nem fazer agonizar aquele que ainda não chegou nessa conclusão - ou ainda ou nunca chegará. Talvez se a gente começasse a desconstruir e tentasse construir uma certa solidariedade, interessasse mais a gente. Por que todos temos direito a dúvida e direito a afirmações contraditórias, e aperfeiçoamento, não é?

Você acha que as questões de gênero aparecem de forma diferente no ensino de arquitetura hoje?

Eu acho que a gente evoluiu muitíssimo e tem chance de evoluir mais ainda. Uma coisa que a gente, de fato, tem que enfrentar sempre, é não esconder nos coletivos. Contribuir para eles existirem, mas nunca perder a chance de contrapor uma situação. Por que é assim que você aprender a educar; é dialogando e enfrentando, face a face. Quando a gente fala de enfrentamento, não é pelo Facebook, Whatsapp, campanhas sem autoria - só se de fato chegar nas raias do feminicídio, por que estamos falando de uma sociedade de extremos muito grandes - mas estamos falando também dessa sociedade que quer se manter equilibrada, sadia, equânime da melhor maneira possível no cotidiano. E o enfrentamento cotidiano, com uma certa clareza - mas às vezes com doçura, às vezes com jeitinho, às vezes com ironia, para que o outro comece a falar a mesma língua - eu acho que é obrigação civilizacional. É assim que se educa um filho, um estudante, é assim que você educa um juiz, quando você vai depor. É ter uma convicção, por isso que eu acho que o exemplo é bom, por que é uma convicção de quem está fazendo.

Retomando tua trajetória, queria saber quais eram as perspectivas após a graduação, pensando naquele contexto político e econômico da época da redemocratização?

Eu me formei na década perdida, como falamos, mas se diz que essa de agora é ainda mais perdida do que a de 1980, não é? Outras perdições... sempre vai haver muita perdição... Mas não tinha milagre, então, não tinha trabalho lá em Recife. E eu queria projetar. Não queria trabalhar a questão teórica, não queria ser professora. Queria fazer mestrado para poder projetar melhor, para não errar na construção, para não fazer do outro um ser mais pobre ao final do projeto do que antes. Tudo bem, ele tinha que despender, mas não podia despender o dinheiro com erros... Então, vim para São Paulo fazer um mestrado em projeto de arquitetura e aprender a projetar e a construir. Só que eu não sabia que fazer pós graduação significava dar aula. (...) Aí começaram a surgir as oportunidades de dar aula, porque na época não tinha tanta gente fazendo mes-

trado. E começava-se o boom das escolas particulares, que foi um processo paralelo.

Eu fiz muitos poucos projetos na época aqui, mas todos muito bons, por que eu ia desde o croqui até o final. Tanto em escritórios nos quais trabalhei, quanto como arquiteta autônoma, eu acompanhava a obra até o final. Eu gostava do dia-a-dia, de descobrir, conversar, perguntar. Nunca tive problema nenhum de dizer que não sabia. Interessa ao mestre de obras que a coisa seja bem feita. Depois a gente ganha certa maturidade, de poder também ver quais são os problemas dos vícios dos profissionais da construção civil... Nisso, vejo uma deficiência muito grande, um empobrecimento intelectual, no sentido mesmo da inteligência, da eleição, da nossa mão-de-obra. Piorou muitíssimo. Não foi o ensino que piorou, foi a mão-de-obra. A gente está trabalhando com um segmento muito depauperado, um segmento de pobreza extrema. De um lado, a perda do saber fazer, pois muita gente "caiu" na construção civil porque está desempregado. Você não tem mais um saber hereditário, porque os filhos não fazem mais o que os pais faziam, por uma questão de modernização. Então, tem que passar esse conhecimento construtivo através das empresas, mas essas empresas consomem a mão-de-obra e jogam fora. Com 40 anos, todos os trabalhadores da construção civil estão com hérnia de disco, problemas pulmonares... Esse é o segmento que a gente devia falar. Tanto homens quanto mulheres, quem quer que seja, a gente tem que denunciar que a construção civil sofreu um empobrecimento e uma falta de investimento técnico em formação. Bons construtores de cidade, para valer. Quando você está fazendo uma guia, é uma infraestrutura por onde passa muito mais gente do que nas casas, tem que ser muito bem feito. Arquitetura, construção e engenharia, que estão contidas na cidade, têm que ser encaradas de uma maneira profissional e de longevidade. Uma calçada precisa corresponder a 50 anos, não pode estar sendo sempre feita e desfeita.

Falando então sobre ensino, essa atividade veio como um efeito colateral do mestrado, você disse. Conta um pouco como isso aconteceu?

Foi. Por que eu sempre gostei muito de estudar. Meu passatempo favorito é estudar, e você não faz obra se você não estudar, não tem jeito, tanto dúvidas estéticas, como técnicas. (...) Enfim, diversas qualidades de dúvida... Fui fazer um mestrado lá na USP de São Carlos, estudando a questão tecnológica. Isso era 1987. A minha questão era: qual o estado tecnológico de cada país que participava do Programa antártico. Então, sempre foi uma referência estudar a questão construtiva, sempre foi uma preocupação. E também, como você consegue dar a conhecer a técnica para quem está fazendo? Que não fosse uma caixa-preta. Essa também é uma preocupação grande até hoje. Como quem faz, consegue pensar no que está fazendo - essa é a maneira mais 'zen', digamos, de você fazer um treinamento... Você está onde você está, e está fazendo, tentando aprimorar a ação, e na ação, tentando aprimorar a concepção da ação. Então, essa sempre foi uma preocupação constante para mim, às vezes consciente, e às vezes inconsciente. Eu nunca trabalhei em construtora e o ensino abriu uma porta boa para isso. Por que eu já ia estudar de qualquer jeito, e ia ensinar. Então, estudar e ainda me pagar para isso! Não é uma maravilha? [risos] Tudo bem, era pouco, mas eu nunca tive muito gasto, nunca tive filho, isso ajuda um pouco. Eu estava em uma situação muito confortável de auto-sustentabilidade.

Mas então a escolha pelo mestrado em São Carlos estava relacionada ao interesse pela tecnologia?

Foi uma coisa engraçada, eu tentei 3 vezes entrar na FAUUSP, mas de fato, o projeto de pesquisa estava ruim... Não ruim, mas amplo (que é o que você está passando no seu TFG, a necessidade de fazer um pequeno recorte). Porque, de fato, a amplitude, se você tiver a vida toda, até ajuda, mas quando você tem tempo limitado, tem

que delimitar o objeto de pesquisa. E eu sempre tive esse enfoque muito generalista, que por um lado é excelente, por que você não se perde em algumas armadilhas, por ter uma visão do todo, mas não cabe no tempo que lhe exige de formação sistematizada. Aí, depois do terceiro ano, eu falei: 'não quero mais fazer mestrado coisíssima nenhuma. Eu vou fazer é obra, e acabou'. E aí, eu passei em São Carlos! Mas tranquei, por que tinha surgido uma obra no Piauí: uma escola de música, um projeto lindo. Chamava-se 'Pés descalços também se faz música', então, era para gente que não tinha sapato mesmo. Quem não tem sapato não existe. Sapato é um artefato que a gente usa e nem pensa a respeito, mas cada objeto que a gente usa, a gente devia pensar a origem. Agora a vestimenta está sendo uma das coisas mais baratas, mas preste atenção nos calçados das pessoas. Durante muito tempo, o Parque da Luz em São Paulo era o único parque urbano onde o escravo podia entrar - uma prova de democracia - mas só podia entrar calçado... (...) Então, eu fui fazer em São Carlos e me dei muito bem lá, por conta do enfoque tecnológico. Era um lugar que tem, até hoje, o laboratório de madeira e um enfoque em industrialização em série. Foi uma experiência muito boa. Eu já viajava, por que eu dava aula em Franca. Já saía de São Paulo uma vez por semana e era muito bom o trajeto, o percurso, o tempo de observação da paisagem... Eu gosto muito de viajar, mesmo que seja daqui [Higienópolis] para a USP [risos]. Isso, sistematicamente, ajudava muito. Lia muito, era um tempo bom...

São Carlos entrou nesse circuito. Eu voltei do Piauí. E lá [o mestrado] eram 5 anos na época, então eu tranquei, mas ainda tive um tempo bom para fazer. E essa dissertação sobre as estações da Antártica me fez ver o que era a arquitetura. Por que tem muita logística para chegar com uma estação e montá-la na Antártica, (...) toma um tempo do imaginário muito grande. E de fato, a arquitetura surgiu só muito tempo depois na Antártica. Ou seja, é um artefato inteligente, que tenha inclusive beleza. Então, isso foi muito bom, porque eu passei 5 anos estudando projetos e mais projetos, e nada emocionava, aliás, dava vontade dele não existir. Porque é tão bonita a paisagem, era absolutamente estonteante, e a constru-

ção, não. Era uma chance da construção, porque não era um território que a pobreza existisse (...) era só deliberação, só vontade, só construção. Isso me fez ver muita coisa sobre a dimensão estética da arquitetura, estudando para que ela praticamente inexistisse. Mas com muita competência tecnológica, logística, engenhérica e a beleza. O lado de querer ser belo, de querer ser depositário de um discurso de emoção.

E na experiência da montagem da Escola da Cidade, conta um pouco como ela começou e o que guiava o modelo pedagógico. E também, o que se mantém ou se transformou nesses anos de existência.

A experiência da Escola começa em 1991, quando a gente faz um grupo. Quem estava capitaneando era o Ciro Pirondi, que foi chamado para ser coordenador de uma escola particular, a Brás Cubas, em Mogi das Cruzes. E aí ele faz um time super jovem, como vocês. A gente começa a montar um projeto de ensino integral que só veio a ser implantado em 1995. Este projeto deu certo durante um ano mas houve uma inadimplência que o ensino privado não admitia. O grupo foi convidado a transformar o curso como se fosse um curso de extensão à tarde. (...) E saímos, quarenta professores, pedimos demissão e depois fomos demitidos. Foi um certo imbroglio. E nessa época, como a gente fazia reunião para montar o projeto pedagógico, a gente continuou com esse grupo, um núcleo menor, mas continuou...

Demos a entrada em 1996 no Ministério [da Educação], com um projeto pedagógico, que era isso, esse ensino onde o projeto conseguia ter maior quantidade de horas; trabalhando por vários níveis (menino do primeiro até o sexto ano participando da mesma equipe, e é assim até hoje); trabalhando por temas, toda a escola, em cada período letivo. O que faz com que a Escola concentre seu poder de proposição e reflexão (...) e isso é assim até hoje. A questão de ter seminários, [também]. Então, muito pouca coisa do projeto pedagógico foi mudada, foram adaptadas... Os seminários in-

ternacionais, os seminários de realidade e cultura contemporânea, as viagens, que estão dentro do currículo. A Escola é paga, mas esse projeto de ensino era também uma resposta ao ensino privatizado como empresa. Tem que ser privada por que o Estado não banca (...), então, tinha que ter uma fonte de renda, já que não tinha patrocinador. Mas 1/4 do ganho da Escola da Cidade reverte em bolsa [de estudo].

As viagens [por exemplo]: o arquiteto precisa sair do seu conforto de convicções. A gente precisa viajar e ver que o mundo é diverso. Não precisa andar nem 30 quilômetros, que já vê nem só outra São Paulo, mas outro Brasil. Então, as viagens são para ver se a gente também não desconcentra um pouco também. Você tem que disseminar a arquitetura para o país. É para criar a vivência sentimental, cutânea, intelectual do patrimônio construído (considerando que tudo é arquitetura, como diz Argan, até a ausência de arquitetura é arquitetura) e para que a gente tivesse um grupo mais apto a trabalhar diversas realidades. E isso tem surtido efeitos. A gente já tem, acho, 13 ou 14 turmas formadas. E já tem gente em tudo quanto é lugar, inclusive em atribuições que não seriam basicamente de arquitetos. Mas que tem essa seriedade...

E o plano pedagógico vai se avolumando, a partir do momento que a gente monta a pós-graduação. Então, a primeira Pós da Escola vai estudar as habitações. A segunda vai estudar a América geral - do Alasca à Terra do Fogo, esse anti-tordesilhas, essa vontade de ser americano como corpo, como identidade... E a terceira vai ser sobre Educação. Como é que a arquitetura forma professores? Como se ensina a projetar? Quais são as experiências que existem em outras escolas? É legal, por que não forma só especialistas - por que são todas “especialização lato sensu”, mas os alunos fazem também um estágio dentro da própria Escola, sendo professor assistente na graduação. E logo vai existir a de mobilidade, que trabalha questões absolutamente atuais que rebatem na infraestrutura da cidade e do território dos trânsitos. E a última, é a conceber e construir, que é essa tentativa de chamar essas pessoas que tem afeição pela construção e instrumentalizá-las, da melhor maneira possível,

para que elas sejam um vetor de qualidade.

É muito bom estar na USP, por que você tem dúvida, vai na POLI, quando você está numa escola pequenina, você tem que ter parceiros. Tem que suprir a demanda por extensão, pesquisa.

Aí, o terceiro movimento é voltar para o ensino médio, fazer uma escola técnica, cuja grande inspiração é o Lelé, um Pritzker que o mundo ficou devendo. Porque ele foi um sujeito que voltou toda sua energia para fabricação e industrialização do objeto, que sintetizou as preocupações do século XXI já em 1970. Ali ele já vê que o planeta tem fim, que a matéria tem finitude em termos de material construtivo. Foi um sujeito extremamente avançado. E se lança então a Escola Fábrica João Filgueiras Lima, que a gente chama de escola de humanidades, por que tem essa intenção de juntar o saber fazer com o saber pensar, e com a formação humanística; não ser um técnico sem consciência. Não nos interessa uma técnica, uma arte ou uma ciência sem consciência. Então, é um pouco pela reflexão que a gente vem aprendendo. E com a preocupação de não se afastar do escritório, do canteiro. Não precisa necessariamente ser mestre ou doutor... é tão grande a carência do país que eles [MEC] fizeram assim, achataram as condições de avaliação das escolas, porque senão ninguém passa...

Eu acho que a grande preocupação nossa - de todos - é fortalecer a sociedade civil, por que a sociedade representativa democrática é mais lenta, então a civil tem que dizer o que quer. Passam os políticos pelas suas gestões mesquinhos, curtas e cada vez mais confusas, e a sociedade civil tem que dizer o que quer que permaneça: a gente quer condições para ter uma ciclovia - digamos - a ciclovia não sai mais da pauta. Isso eu estou falando de mobilidade, mas tem tanta coisa que a gente precisa ter, uma carta civil constante, de reivindicação, de clareza do que se quer - e muita coisa disso passa pela arquitetura e urbanismo.

Então, eu não vejo muita diferença - você já viu que eu não vejo muita diferença em termos de partições, né? - mas não vejo muita diferença em trabalhar na FAU e trabalhar na Escola da Cidade. É a mesma dedicação, é o mesmo grupo. Estudante é fogo eterno, é

vida. Não muda a pessoa por que ela está aqui ou ali. É o mesmo estudante; é essa sede de saber, sede de conhecer. E quando mais gente junta melhor: Mackenzie, São Judas, FAAP, Escola da Cidade, FAU, POLI, FFLCH... Tem que estar junto, se não enfraquece! E é isso que se quer, né? Que se enfraqueça a inteligência... Tem esse projeto de dizer: 'não, homem é homem, mulher é mulher, azul é azul, arquiteto é arquiteto, engenheiro é engenheiro, conversa, brega'. Tem uma certa estratégia, muito bem pensada, de desestruturação, para que a gente não se una. Tem que se unir! Tem que ser amigo, tem que aceitar o outro. Acho que essa é o grande projeto civilizatório: aceitar integralmente, com sua participação, as várias outras contribuições.

Como você vê os sentidos da ‘função social do arquiteto’ hoje? Isso se transformou desde o período de sua formação?

Olha, diferente de uma quantidade significativa de profissões, a arquitetura é uma profissão que estuda o problema e propõe soluções. A gente não chega só num diagnóstico. (...) A arquitetura propõe, isso lhe faz extremamente necessária. E isso ela não vai perder nunca (como potência, não é?). A grande mudança - e eu acho que é de cunho visível, eu vejo de forma cristalina - é quando o sistema de organização do capital - quem ganha e quem perde em cada operação urbana humana - aparta o arquiteto do canteiro de obras, com a lei 8666 dizendo ‘Você que projeta, se atenha só ao projeto básico. Você que constrói, você fará o executivo, a especificação do material’ - viverá de propina talvez, de favorecimentos... Quer dizer, onde está concentrado o capital na arquitetura? Na construção. Eles pegaram a construção e colocaram na mão das construtoras. Não preciso dizer mais nada, diante do que a gente está vendo como cenário de distribuição de capitais ilegais dentro do sistema construtivo. Ora, essa é a grande mudança.

Não foi uma mudança do ponto de vista do ensino, não foi uma mudança do ponto de vista do projeto - nunca se projetou tanto e tão bem! No mundo inteiro, os projetos são muito bonitos, muito

bons, muito competentes. A questão é como que a gente assume a responsabilidade daquilo que a gente pensa. Até o fim. Por que foi muito lógico você se afastar da construção porque senão se assina vinte anos de responsabilidade técnica em cima do pensado. Mas causou muitas perdas e grandes danos. Acho que essa mudança a gente tem que reverter. Com auxílio do CAU, das entidades de representatividade, a gente tem que voltar ao cenário da construção. Olha que cenário devastador e ao mesmo tempo propício: Todas essas construtoras desmontando-se, em crise, um grau de desemprego de engenharia brutal, [cheio] de engenheiro bom, experiente, no mercado, sem emprego. Quer dizer, é a hora da gente pegar esse pessoal inteiro. O IPT [Instituto de Pesquisas Tecnológicas da USP] foi desmanchado! O desmanche do IPT significa uma quantidade de profissionais que conhece todo o território brasileiro na sua constituição geomorfológica, de engenheiros que sabem com toda competência aferir qualidade técnica. Agora, a gente tem que ter o apoio de representantes fortes. Porque você vê: o cara do rompimento da barragem vai se safar, os técnicos não vão se safar. O cara vai dizer 'não, eu sou inocente, me disseram que estava muito bom', nunca vai dizer da pressão do capital.

Então eu acho que tem que ter - mais uma vez - um esforço da gente se unir como gente que pensa com responsabilidade situações de país. Quer dizer, é impossível você viver num país que não se sabe o plano... que não se tem plano. Não se sabe o plano de distribuição de população, não se sabe o plano territorial... Isso tudo é arquitetura, isso tudo é urbanismo. Então, acho que tem muita coisa para fazer. Mas sempre teve. Os anos de chumbo também foram desesperadores, a ditadura militar foi muito desesperadora - e muito concentrada em termo de capitais. Por isso que eu digo, não é uma questão de gênero, é uma questão de luta de classes.

Nesse cenário em que a potência do projeto pode ter sido limitada, como você enxerga hoje essa potência enquanto instrumento de mudança social?

Eu acho que assim: fortalecimento da sociedade civil para que ela demande e acompanhe. Da arquitetura, uma grande competência, para que a gente consiga fazer projetos absolutamente auditáveis. Por isso é tão importante a pré-fabricação: Você pode dizer 'foram 64 pilares, 50 vigas...' Você não ganha dinheiro a mais, porque está tudo auditável. Então é a competência construtiva junto à competência conceitiva. Para que você não se torne vidraça. Porque você já é vidraça, imagine se você não consegue assegurar, em hastas públicas, que você é confiável.

Acho que é investir de fato na formação da mão-de-obra, na competência do arquiteto - no que quer que seja que ele vá fazer. Estou falando muito da construção arquitetônica, urbana e de infraestrutura, porque acho que quem procura a arquitetura vem muito com essa bagagem de querer construir, de querer mudar, ou de querer ser o Oscar [Niemeyer] - não é isso que mais ou menos está no imaginário? Mas muito de mudar a sociedade se muda com competência. Olha que projeto deveria ser interessante na contenção, no monitoramento de encostas e de enchentes... Por que uma enchente significa que aquele empobrecimento que você não consegue fazer no seu imaginário como político fascista - como é dissolver a cracolândia - a natureza vem e faz. Esse empobrecimento sistemático. Então, investir na catástrofe, no desastre, é uma maneira indireta de você fazer um país fascista. Isso tem que estar muito claro. E investir no saneamento da cidade, num certo manejo de população... Por que não se investe para que os lugares tenham sua economia? Por que não se investe na produção florestada destinada a pré-fabricação em madeira? Olha, se cada cidade fizesse sua pequena floresta, em 10 anos ela resolvia sua questão habitacional, sem depender de concreto, de aço (quer dizer, de uma grande massa [desses materiais])...

Quer dizer, enquanto a gente fala de diversidade sexual e de gêne-

ro, a gente devia estar falando de diversidade em tudo: diversidade construtiva, dos materiais. Então, esse sentimento de diversidade é dar competência a todos os segmentos do raciocínio. Há de ser: construções em concreto, em aço, em madeira, em argamassa armada, em cerâmica armada, em taipa, em adobe... Tudo. Você tem que ter competência para tudo isso acontecer, por que você vai dando autonomia. Essa diversidade construtiva, tecnológica, esse conhecimento profundo da ciência, a possibilidade de fazer protótipos de aperfeiçoamento, e uma abertura um pouco maior. Por exemplo, não se justifica você ter um CDHU ditando as tecnologias há anos, sem aperfeiçoá-las. Não justifica a gente ter engolido o Minha Casa Minha Vida no discurso que a gente ia dar mais casas - e que de fato ajudou muita gente -, mas concentrado em construtoras que, socialmente, fazem a mesmice. Por que sabem que ganham no bloco, ganham no cimento, etc. Quer dizer, a maneira de fazer está aí, não falta tecnologia, então, como é que a gente muda esse aparato de decisões tecnológicas, para que a gente não faça cidades depauperadas do ponto de vista humano?

Olha, eu vou te dizer, o ponto de vista da crueldade sub-reptícia - que a gente tem que dizer: Não e não é não. Eu estava ouvindo a conversa de uma senhora que é arquiteta e diz assim: 'Minha cunhada mora num Botti Rubin no Morumbi, um edifício muito belo, cercado de área verde, mas não consegue dormir de fim de semana por causa do pancadão de Paraisópolis'. Pôs para vender e não conseguiu mais do que 3 milhões - e um apartamento desse grau de requinte com certeza deve estar na faixa de 6 - não consegue manter o padrão da habitação com 3 milhões. Então eles se juntaram, os condomínios todos - por que todos estão sofrendo com o pancadão, e tiveram que colocar ar condicionado, janela acústica, mas não dá, porque pancadão é pancadão né? - Aí eles decidiram vender, destruir o Botti Rubin, para construir cinco torres. Pergunto eu: Mas o problema do pancadão ainda existe 'Ah, mas para uma classe que está querendo morar no Morumbi'. Que é estúpida o suficiente para achar que morar no Morumbi resolve sua própria vida de felicidade. É disso que está se tratando, quer dizer,

isso vai sempre acontecer. E tudo lícito, dentro dessa sociedade liberal economicamente, mora quem quer, oferta, procura etc. E com certeza esse pessoal vai se mudar para Miami, não sei para onde vai se mudar [risos]... É disso que se trata, essa é a maneira que o capital se resolver - vai gerar emprego, vai gerar construção, etc. É uma questão de educação, né? Vamos tomar Paraisópolis e transformar em um lugar mais legal de se morar? Por que o pessoal de Paraisópolis também sofre com os pancadões, com a violência. E aí, quando eles querem fazer alguma coisa, mandam a polícia lá e matam! A gente está numa sociedade que tem muita coisa a ser pensada.





ANA GABRIELA GODINHO LIMA

120

GRADUAÇÃO

1990 - 1994 FAUUSP

PÓS GRADUAÇÃO

1996 - 1999 Mestrado FAUUSP. *Arquitetas e Arquiteturas na América Latina do Século XX*, Ano de Obtenção: 1999. Orient. Paulo Julio Valentino Bruna. (Resultou em livro homônimo publicado pela Alta-mira Editorial em 2013)

1999 - 2004 Doutorado FEUSP. *Revendo a História da Educação: Uma Perspectiva Feminista*, Ano de obtenção: 2004. Orient. Cynthia Pereira de Sousa.

2009 - Pós-Doutorado School of Creative Arts da University of Hertfordshire

ATIVIDADE PROFISSIONAL

2011- 2014 projeto de pesquisa Feminino e Plural: Percursos e Projetos de Arquitetas, Urbanistas e Designers, que resultou na produção do site de mesmo nome, com apoio da FAPESP e MackPesquisa. Professora adjunta e integrante do Corpo Permanente de Docentes do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie

121

Gostaria de pedir para você começar contando sobre a sua graduação, em relação também ao contexto político da época.

Eu me formei na FAUUSP, cursei de 1990 a 1994. Naquele momento - eu estava recapitulando, rememorando aqui, para te responder - havia acabado de acontecer a assembleia constituinte, e a gente tinha acabado de aprovar a Constituição de 1988. Também a queda do muro de Berlim, tinha acabado de acontecer... Então, eram momentos, assim, bem marcantes. Quando eu entrei na FAU, o primeiro governo depois da ditadura tinha acabado de se concluir. O Sarney tinha acabado de concluir o governo e assumia ninguém menos que Fernando Collor de Melo. O que a gente viveu depois foi o congelamento das poupanças, e depois houve também o impeachment. Então, foram anos marcados por muita discussão política, a gente ainda tinha muito [fresca] a lembrança da ditadura. A minha geração cresceu nessa transição, eu lembro que quando eu era pequena, via o Geisel na televisão... Eu achava que presidentes eram generais, porque era o Geisel, depois veio o Figueiredo... Para mim, na adolescência foi uma novidade, toda aquela transição. Muito jovem vi acontecer tudo aquilo: vi Fernando Collor ser eleito e ser destituído, grande parte por conta das manifestações nas ruas. Então, acho que tudo aquilo marcava muito a nossa geração e as discussões que a gente tinha na faculdade. E acho que o sentimento que nós tínhamos naquele momento era um chamado muito grande a participar da vida política, da vida social, e acho que na FAU isso foi muito forte. Tanto é verdade, que eu vejo meus colegas da FAU, mais de 20 anos depois, e percebo como a gente continua interessado, se sentindo com esse compromisso de continuar agindo socialmente, buscando questões relevantes do ponto de vista político, do ponto de vista social... Acho que isso foi uma marca na nossa geração. Tenho a impressão de que isso é uma coisa muito forte da FAU-USP, mas naquele momento, tinha esse clima... Lembro de algumas cenas. A gente vivia uma dicotomia muito curiosa. Por um lado, a gente estava estudando os grandes figuras da arquitetura. Então, quando por exemplo o Peter Eisenman veio

para o Brasil, foi uma comoção. Ele foi falar na FAU, depois ele foi falar no MASP, todo mundo foi. Então, a gente tinha um olhar para esses grandes figuras.

Por outro lado, a gente estava muito engajado nas discussões sobre os processos democráticos da cidade, o direito à cidade, o direito de circular na cidade. Isso era uma coisa meio nova, porque a ditadura tinha acabado há muito pouco tempo. Os pais e mães de colegas nossos tinham passado por situações [difíceis], e muita gente lembrava disso.

Isso, esse engajamento com a discussão pública, era uma coisa muito discutida nas disciplinas de planejamento. Eu me lembro de discussões sobre como você deixava as calçadas, os espaços livres, os espaços públicos, como trazer e oferecer esses espaços para a população, para que eles fossem usados, para que eles fossem democráticos, para que eles convidassem as manifestações. É interessante isso, não é? Porque ao mesmo tempo que [esse espírito de discussão pública] tinha derrubado o Collor, também era isso que a gente queria promover: o encontro nas cidades, o direito à cidade. Acho que era uma questão onipresente, em vários níveis. Mas ao mesmo tempo, a gente tinha essa questão de estudar um tipo de arquitetura que, acho que talvez a gente ainda não visse, com tanta clareza, o que hoje está colocado, como por exemplo, os processos participativos. Aquilo estava começando. Em alguns lugares isso era discutido, mas acho que não era tão claro e tão presente, com tanta força como é hoje. Acho que estava começando [naquele momento] a ter força.

A questão de gênero aparecia de alguma maneira?

Olhando retrospectivamente, claro que eu consigo ver que havia várias questões complicadas ali. Mas a questão de gênero não estava posta naquele momento. Pelo menos que eu me lembre, não estava colocada naquele momento.

Falo retrospectivamente, porque por acaso a partir de 2016, comecei a trabalhar com um colega meu, que se formou comigo. A gente

fazia grupo de trabalho juntos na FAUUSP em algumas disciplinas e, vinte anos depois, a gente se reencontrou e começou a trabalhar juntos. E, recordando experiências na FAU, lembro dele falar em situações em que era convidado, era respeitado, e tinha várias oportunidades, [dadas] pelas mesmas pessoas, pelos mesmos colegas, que perguntavam meu signo na sala de aula! Que falavam da minha roupa, que falavam do meu cabelo... Então, é muito interessante as diferenças. Quer dizer, o mesmo sujeito que convidou, que ofereceu uma oportunidade, que respeitava o colega... era o mesmo cara que me perguntava... enfim, tinha comigo uma relação muito diferente. Passaram-se mais de 20 anos, recordo dessas cenas e penso: "nossa, é estranho como eu não estava consciente daquilo". Eu achava que a vida era assim. Situações [desse tipo]: eu estava concorrendo a uma iniciação científica, ou uma oportunidade de pesquisa, e não era escolhida porque era a namorada de alguém... Quer dizer, a minha competência não estava em questão, o que estava em questão é que eu era namorada de alguém. Ou era o meu cabelo, ou era o meu signo.

É estranho lembrar como essas questões que não têm relevância do ponto de vista acadêmico, foram questões que marcaram não só a minha trajetória, mas a trajetória de muitas das minhas colegas. Então, a questão de gênero não era discutida, mas a gente vê como tinha um modo de ser tratado, um modo de circular pela faculdade que era diferenciado para nós [mulheres]. Várias colegas minhas, a gente conversava muito sobre essas questões, passaram por situações [semelhantes].

Nesse sentido de uma articulação entre as colegas, você tem memórias de acontecimentos que provocaram algum tipo de articulação, mesmo que informal?

[Existia] O apoio oculto, silencioso e entre amigas. Quer dizer, acontecia uma coisa com uma amiga, ela contava, compartilhava, entre amigas, mas sempre muito em silêncio. Ninguém tinha coragem de... não é nem coragem: não ocorria a possibilidade de tor-

nar isso público ou de... Então, essas coisas de fato ocorriam, mas a gente tratava de maneira silenciosa.

Em relação à proporção da presença de mulheres, como você se lembra disso, seja em número de alunas, ou a presença de professoras, ou mesmo referências e bibliografia?

Na época eram mais ou menos 3 ou 4 mulheres para cada rapaz, em termos de alunos. Então, eram muito mais meninas naquela época. Nós tínhamos professoras, mas era uma maioria de professores homens. Eu tenho essa percepção, mas precisaria checar se é isso. Em projeto, era uma grande maioria de professores homens. Professoras que eu me lembre, havia a Helena Ayoub, que depois se tornou uma amiga querida. Lembro da Catharina Lima em paisagismo também, que era uma pessoa fascinante. Eu gostava muito dela. Enfim, tanto a Helena quanto a Catharina me pareciam mulheres que tinham uma atitude muito bacana, e, olhando retrospectivamente, a gente vê como elas eram pessoas legais, sabe? Mas foram realmente poucas professoras. A gente tinha também a Marta Dora [Grostein]. Eram professoras muito respeitadas, assim, as aulas tinham uma reputação. Mas elas eram de história. De Projeto, que eu me lembre, professora mulher, lembro da Helena. Posso estar cometendo uma injustiça histórica horrível [risos]. Mas eu me lembro dela. A maioria eram professores homens.

E de bibliografia, a gente lia Françoise Choay. Acho que tinha algumas [outras] autoras mulheres, mas era uma predominância de autores homens. E também, na história da arquitetura eu saí da faculdade - também aqui posso estar cometendo uma injustiça histórica - conhecendo um [único] nome de mulher: Lina Bo Bardi. Não sabia, não conseguia citar mais nenhuma. Então, esse era o cenário. Ou pelo menos é o que eu me recordo desse cenário.

Como foi esse começo da trajetória profissional, a entrada no mercado de trabalho / na carreira acadêmica?

Embora eu possa relatar alguns eventos que tenham acontecido e que, digamos assim, mostram como essa discriminação, essa diferença de gênero, acontecia, e de fato a gente vivenciava isso na faculdade, o que eu acho que foi predominante para mim, na minha formação na FAUUSP, foram duas coisas: Primeiro, o gosto pela pesquisa, que era uma coisa que eu não tinha noção que existia e me foi apresentada pelo meu namorado na época. Então isso foi uma coisa muito marcante para mim: como ele fazia [pesquisa], aprendi, comecei a entender, e tal. E acho também que a perspectiva social. Acho que foram dois elementos importantes da formação, não só minha, acho que isso era uma coisa presente na formação [daquela geração]. Então, quando eu saí, estava determinada a continuar pesquisando e queria obviamente que fosse uma pesquisa que tivesse alguma relevância social. Como eu não tinha muita clareza sobre como continuar, mantive contato com o meu orientador da iniciação científica, que foi o professor Paulo Bruna, e falei que gostaria de continuar, fazer um mestrado... E aí, enquanto não abria o edital do mestrado, colaborei em uma disciplina sobre a América Latina. Foi uma disciplina na pós-graduação, na qual eu fui uma espécie de uma monitora, ministrada pelo Hugo Segawa, Paulo Bruna e Josep Maria Montaner, que tinha vindo para o Brasil nessa época. Naquele momento, tomei contato com toda uma produção latino-americana que a gente também não estudava na graduação. Eu conhecia pouquíssimos autores colombianos, argentinos, chilenos. Então, aquilo começou a abrir minha cabeça para uma realidade, digamos, de arquitetura latino-americana que era totalmente estranha para mim até aquele momento. Quase totalmente estranha.

Em 1994, se não me engano, fui conversar com o Paulo dizendo que queria estudar no mestrado arquitetos latino-americanos, e citei alguns nomes, não me lembro agora quem eram esses arquitetos... Naquela época o Paulo - lembro como se fosse hoje, eu já contei essa

história, mas é uma história que vale a pena ser contada - o Paulo olhou para mim, meio desanimado, e falou: "ah, mas esses arquitetos todo mundo já estudou, já tem trabalhos sobre eles. Tem uma arquiteta chamada Montserrat Palmer, não sei se você conhece, por que você não a estuda?". Quando ele falou "uma arquiteta", eu comecei a ficar tonta: "Nossa, como assim? Uma arquiteta!" [risos]. E aí, fiquei doidinha com aquilo. Saí de lá siderada, "eu preciso estudar essa arquiteta! Como assim?". Então, fui pensando: eu vou pesquisar essa arquiteta, e repente pesquiso duas ou três arquitetas, vou descobrir isso e tal... E o Paulo achou uma boa ideia. Quando eu comecei a estudar mais, falei: "não, espera aí, tem muita mulher" [risos]. E foi aí que eu comecei a ficar um pouco chocada. Quer dizer, existia um mundo ali, um volume de [arquitetas] mulheres que eu nunca tinha ouvido falar e que estavam produzindo... Então, foi esse o meu percurso.

Na verdade, não é que eu pretendia estudar gênero desde o princípio, não estava claro para mim. Mas, eu fiquei com essa ideia de estudar as arquitetas. Se você for observar, fazendo uma análise crítica da minha trajetória, no meu mestrado não existe a menção à palavra feminismo. Eu não estava, naquele momento, consciente da crítica feminista, dos estudos feministas, acho que eu não tinha muita clareza sobre toda essa perspectiva teórica. Por isso, o que eu fiz no meu mestrado foi um levantamento, usando critérios muito ligados a história da arquitetura. Estudo a questão da habitação - mulheres historiadoras, teóricas e críticas, mulheres que foram para outros programas coletivos e maiores - mas, eu não tinha, naquele momento, um instrumental feminista. E isso acho que é uma coisa importante de dizer, porque o instrumental feminista, ele é sofisticado. Ele não é um instrumental simples. Para você se apropriar dele e lidar de uma maneira, digamos, rigorosa, que eu acho que é uma coisa importante, é necessário aprofundamento. Não quero dizer que você precise dominar tudo antes de fazer pesquisa, acho que existem muitas pesquisas que podem ser feitas, como esse meu mestrado, e várias outras eu conheci - fiz banca e tudo - que são levantamentos muito importantes, muito interessantes,

que são feitos sem você lançar uma interpretação feminista necessariamente. Acho isso uma coisa importante... Não sei se eu estou subvertendo um pouco sua trajetória de perguntas, mas acho que é uma ponderação importante. Porque as interpretações feministas, como eu disse, ao serem profundas, fazem você ter que analisar as coisas com uma clareza, com um rigor, com um objetivo, muito bem delineado.

E o que eu vejo hoje, dou as boas vindas, mas fico também preocupada, [é] um tom de raiva, de vingança, de destruição e de ódio que eu comprehendo muitas vezes de onde vem, acho que muitas pessoas têm razões pessoais bem profundas para sentir tudo isso, mas a pesquisa acadêmica não é o lugar da revanche. Não é o lugar da vingança. A pesquisa acadêmica é o lugar da descoberta e da descrição de processos, descrição de mecanismos, de um modo, digamos, já distanciado. E às vezes eu sinto que a gente tem um caminho a percorrer sobre isso. Mas, de qualquer maneira, é melhor começar de algum jeito do que não começar nunca. Por outro lado, isso me deixa um pouco preocupada. Mas depois a gente pode voltar nisso. Só para contar que no meu mestrado eu ainda não estava de posse de um referencial feminista. Foi só no doutorado que eu fui mobilizar esse referencial.

Você vê, na sua atividade docente hoje, contrastes entre o seu período de estudante e o momento que os estudantes vivem hoje?

Eu vejo... nossa, é um mundo de diferença. Hoje eu dou risada, porque quando eu terminei o meu mestrado, a quantidade de piadinha que eu ouvia, a quantidade de comentários que eu ouvia, diminuindo a importância... foi assim, fenomenal. Fenomenal mesmo. E hoje em dia, não tem quem se arrisque a falar uma coisa dessas [risos]. Então, é uma virada e tanto de 1999 para cá. Hoje não tem alguém que tenha coragem de fazer isso. Inclusive, as mesmas pessoas que fizeram as piadinhas, parecem que esqueceram. Que bom, fico muito feliz, mas, enfim... Muita gente usava isso de uma ma-

neira pejorativa para minha carreira e hoje em dia isso acabou sendo [valorizado] [...] É curiosa essa mudança. É claro que ainda tem gente que fala: "ai, lá vem ela falar das mulheres de novo", mas eu respondo: "olha, meu bem, desculpa, somos a maioria na profissão, não tenho como não falar..." [risos]. Em um congresso que eu estive ano passado, falando sobre arquitetas latino-americanas - era um recorte sobre o Chile, especificamente - um dos senhores na plateia levanta a mão para fazer um comentário e pergunta para mim se o meu trabalho - era uma colaboração com a Ruth Verde Zein- não deveria ter sido submetido a um congresso de mulheres. Eu falei: "olha, não sei, você submete os seus trabalhos a congressos de homens?" [risos]. "Inclusive, há congresso de homens para falar deles? Porque esse é um trabalho de arquitetura".

Então, acho que existem permanências da incompreensão, da indisposição com o tema, e acho que essas permanências têm muito a ver com isso o que a gente falou [no intervalo], quer dizer, se a gente não toma muito cuidado com o rigor do nosso trabalho, sem querer a gente pode estar dando um passo para trás. É muito importante a gente ter consciência de que, no mundo acadêmico, o rigor é a nossa salvaguarda. Existem ainda muitos obstáculos a serem superados e na medida que a gente é rigorosa, faz um trabalho muito bem cuidado em todos os sentidos, estamos pavimentando o caminho para que outras continuem. Mas uma afirmação desculpada, ressentida, mal colocada, coloca todo nosso trabalho no plano das emoções, dos sentimentos, e isso é muito problemático. Não é disso que se trata quando estamos no mundo acadêmico.

Por outro lado, tenho visto que, nos congressos sérios, entre pesquisadoras e pesquisadores sérios, esse é um assunto sempre bem vindo. Então, todo mundo quer alguém que entenda do assunto, que dê uma assessoria, faça uma consultoria, traga uma bibliografia, recomende e tal, que ajude a construir um olhar... E isso é uma mudança radical em relação a minha época.

Ou situações que eu ainda acho que são radicais, quando alguém faz um comentário inconveniente em sala de aula, e todo mundo se coloca como quem diz "isso é inconveniente, nós não vamos dei-

xar passar". Então, acho que hoje em dia, não só as mulheres, mas também pessoas pertencentes a outras categorias discriminadas - o pessoal LGBTQIA, pessoas de condições periféricas, que vêm de outras regiões da cidade, que têm hábitos, aparências, costumes, que não são os costumes das classes médias e altas, essas pessoas têm encontrado cada vez mais voz e suporte, para ser quem elas são, manifestar-se de acordo com a cultura a qual elas pertencem, sem serem publicamente diminuídas ou intimidadas. Nesse sentido, tudo aquilo que as mulheres reivindicaram em termos de respeito, abriu caminho para várias outras comunidades.

Posso te dar exemplos da sala de aula, de ter visto acontecer nas minhas aulas: pessoas de uma origem muito mais simples, juntando às vezes várias coisas que são discriminadas. Então, você é visivelmente mais pobre, você tem um vocabulário que não é o vocabulário das elites, você é gay, você é gago. Você junta uma série de coisas... Como é que essa pessoa, num dado momento - e foi o que eu assisti e eu fiquei muito contente de ver isso - entra numa sala de aula intimidada, desconfiada, com medo do que vai acontecer, e termina [o curso] sendo a porta voz do trabalho. Apresentando o trabalho na frente dos colegas, as outras pessoas dando voz, respeitando, e inclusive promovendo. Quer dizer, eu vejo coisas desse tipo acontecendo e fico muito otimista, porque o que percebo é que na sala de aula as pessoas não estão preocupadas em estabelecer linhas hierárquicas a priori. Porque você tem essa cor, porque você parece ter essa origem, porque você tem esse vocabulário, porque você parece ter essa orientação sexual, ou o que quer que seja... E acho que essa é uma mudança muito grande em relação a minha época. Quando todo mundo que não era norma, precisava fazer um esforço muito maior. Agora, claro, vejo isso em sala de aula. Quando essas pessoas saem da sala de aula, o mundo já não é tão receptivo assim. Então, que bom que a sala de aula promove isso, mas a gente sabe que ainda estão por se fazer essas transformações [nos demais espaços].

E cabe até uma autocrítica, talvez, de se conseguir avançar nas discussões, mas apenas para um circuito muito pequeno de pessoas, não é?

Sim, eu acho que é uma coisa que a gente tem que se preocupar. Quer dizer, algumas dessas pessoas, quando saírem de lá, terão o caminho pavimentado, outras, vão voltar para uma situação [difícil]... E como é que vai ser isso? A gente precisa trabalhar, no sentido de que essas pessoas tenham o futuro que elas desejam, tenham o destino que elas querem. E não aquele que é imposto a elas.

Queria que você comentasse um pouco sobre a questão do apagamento das mulheres na história da arquitetura. Te pergunto: quais seriam os meios e modos que este apagamento opera? E quais seriam os meios para combatê-lo? Você vê o ensino como uma ferramenta de desconstrução desse apagamento?

Eu acho que esse apagamento foi construído. Aí eu precisaria nos remeter a Hannah Arendt, quando ela trata da sociedade clássica grega, mostrando e discutindo como aquela sociedade se organizava em três categorias. A categoria mais alta era a das pessoas que tinham voz política, tinham representação, se congregavam, representavam-se politicamente e, principalmente, tinham direito a palavra. Elas tinham direito que os atos grandiosos delas fossem recordados por grandes palavras, o grande texto. Esse era, obviamente, o topo da pirâmide.

Uma classe intermediária, era aquela que a Hannah Arendt chamou de homofaber. O homofaber é aquele que vive do seu ofício. Então, o sujeito que faz sapatos, o sujeito que faz celas, o sujeito que faz armas, ele tem um ofício, e esse ofício permite que ele troque o que ele faz por dinheiro ou por alguma coisa. E, principalmente, se você faz 25 sapatos em um dia e 25 sapatos no outro, você acumulou os 50 sapatos. Então, teoricamente você pode ficar com dois e vender os 48 sapatos. Você pode de segunda a sexta fazer 1000 sapatos e de sábado e domingo descansar, porque você fez 1000 sapatos,

não é verdade? Então, o homofaber é aquele que vive do seu ofício e também acumula os frutos do seu fazer, inclusive podendo aperfeiçoar indefinidamente esse fazer.

Abaixo dessas pessoas, estavam aquelas que a Hannah Arendt chama de labor. O que é o labor? São todos os trabalhos ligados à sobrevivência: comer, limpar, plantar, cozinhar. Hoje, se você comeu agora de manhã, você não consegue acumular a refeição até dois dias. Você tem que comer na hora do almoço e no jantar. Se você não fizer isso, você vai ficar fraca. Se você tomou banho hoje, amanhã você vai ter que tomar banho de novo. Se você alimentou um bebê de manhã, duas horas depois, tem que alimentar a criança de novo. E sucessivamente ao longo dos meses. E você não acumula esse trabalho, você não pode alimentar o bebê de segunda a sexta, sábado e domingo você descansa, e a criança não come. É um trabalho de 24 horas por dia, 7 dias por semana. Essa categoria era a reservada às pessoas escravizadas e às mulheres. Então, veja que é de longe que se estabelece na sociedade ocidental uma atribuição, uma associação, destes trabalhos que não se acumulam e que precisam ser constantemente refeito. Isso é atribuído às mulheres. Claro, as mulheres parem, e toda criação posterior do bebê parido é também atribuído às mulheres.

Então, voltando a sua questão, como esse apagamento se produz? Em primeiro lugar, se produz em um sentido político. Essas mulheres não têm direito a voz, elas não têm direito a representação, portanto elas não existem. Isso é o importante de se entender nessas categorias da Hannah Arendt, até para a gente entender como nós vemos os homens nessa representação toda. Não são todos os homens que têm direito a representação política. É um pequeno grupo, ali no topo. A maior parte está escravizada, ou está sendo explorada.

E eu acho que hoje a gente, digamos assim, nos estudos feministas, está trabalhando sobre isso, mas precisa avançar um pouco mais em entender que a categoria homem não é monolítica. Do mesmo jeito que a categoria mulher também não é. Você não pode dizer que um homem negro, operário da construção, analfabeto, é a mes-

ma coisa que, sei lá, o Bill Gates, ou o amigo lá do facebook que eu esqueci o nome do rapaz [Marc Zuckerberg]. Não é a mesma coisa. Ou seja, não são categorias monolíticas.

Uma coisa importante de entender é que o patriarcado foi feito para beneficiar pouquíssimos patriarcas. Outros, ficam em uma situação complicada. Homens e mulheres. Assim a gente começa a ver mais graduações no sistema patriarcal. E o apagamento das mulheres - se a gente puder sintetizar - é principalmente produzido por não poder pôr o próprio nome no próprio trabalho. Por exemplo, eu e você vamos levar adiante o nome do nosso pai, não o da nossa mãe. O nome da nossa mãe está destinado ao esquecimento. O nome do pai vai continuar. E se você tiver filho, o nome que vai permanecer, a não ser que você tenha uma produção independente e o pai dessa criança jamais se saiba quem é, é o nome do pai do sujeito que tem um filho com você. Então, as mulheres não têm o direito de ter o seu nome no seu trabalho e nem no seu próprio bebê, que dirá na sua obra arquitetônica, que dirá na sua obra literária ou o que quer que seja. Então, se estabelece aí uma relação entre as mulheres e os trabalhos que não dura. Os trabalhos que não têm nenhuma dignidade. Elas fazem esse trabalho, mas automaticamente ele pertence ao homem que a representa. Por quê? Porque está implícito nessa estrutura que as mulheres não têm direito ao nome e nem a voz. Então a partir daí, você vai ver que ao longo de toda a história grega.... A gente tem por exemplo uma grande pensadora, que é a Hipácia. Uma filósofa espetacular, excepcional com qualquer medida que você vá avaliar. A Hipácia foi assassinada, seu corpo foi desmembrado, queimado, reduzido a cinzas, jogado no mar. Assim, todos os vestígios da existência dela foram eliminados e eu acho que isso é tão significativo. Do modo como se constrói essa visão, esse significado do que são as mulheres.

Claro, a partir daí você vai ver toda a história da humanidade, passando pelo Renascimento, quando muitas mulheres foram pintoras, cientistas, etc. E os seus trabalhos são sempre atribuídos ao homem mais perto delas, ou então esse trabalho não tem valor. E isso vai chegar até o século XX. Em uma entrevista - essa entrevista está

no livro que a Mônica Junqueira escreveu sobre o Joaquim Guedes, ela pergunta sobre a Liliana Guedes e o Joaquim Guedes diz: “ah, a Liliana era uma mulher muito elegante, jamais na vida ela iria querer reivindicar a autoria de uma obra”. Então, quer dizer, uma mulher fina, jamais na vida ia cometer a deselegância, a descompostura, de reivindicar a autoria de uma obra. Mas a verdade é que - tem até um artigo que eu escrevi sobre isso - se você for ver, nas casas produzidas nessa época, o Guedes não estava muito tempo em seu escritório, quem estava era a Liliana. Então, pelo menos a co-autoria dessas obras é razoável de se supor.

Não sei se dei uma volta muito longa e expliquei menos do que você imaginava. Mas acho que o mecanismo de apagamento é antigo e ele foi sendo renovado de várias maneiras. Nas leis, por exemplo, as mulheres só puderam viajar sozinhas, sem autorização do pai ou do irmão, senão me engano, em 1977. Antes disso não se podia viajar para onde você bem quisesse, tinha que ter alguém te autorizando. Isso foi construído e perpetuado durante muito tempo. E continua atuando. Acho que é uma coisa importante de dizer. Em várias partes do mundo, nos territórios vulneráveis - porque acho que nós, como mulheres, precisamos olhar para aquelas que estão nesta situação -, as mulheres não têm direito à terra. Então, se o marido morre, elas são destituídas da terra e portanto, destituídas dos meios de sobrevivência. A terra, às vezes vai para o irmão, volta para a comunidade, e essa mulher fica totalmente a mercê de ajuda ou da exploração dos outros. Esse é um mecanismo hoje em dia muito discutido mundialmente, porque é trágico. Enfim, eu iria longe com essa história, mas acho que dei a ideia geral da coisa [risos]...

Agora, houve avanço nas últimas épocas? Houve. Vou dar um excelente exemplo: hoje em dia, nos financiamentos de habitação social, a escritura sai no nome da mulher. Isso é um maravilhoso avanço. Como eu comentei, hoje pega mal, pelo menos nos círculos mais instruídos, e os homens não se sentem tão à vontade para assumir a autoria ou reivindicar certas posições, como se sentiam há dez, quinze anos atrás. Eu acho que a posição e o reconhecimento

da autoria e contribuição das mulheres, tem dado passos sólidos. Mesmo com o governo [atual], a gente vê que não houve um retrocesso proporcional ao que se diz por aí. É um retrocesso, sem dúvida, mas muita coisa conquistada não foi perdida. Outras foram, mas a gente vê que houve um avanço.

E os meios possíveis para combater esse apagamento, como pesquisadora, reitero, é fazer pesquisas rigorosas. Construir discursos rigorosos. A gente está em um momento que precisamos ser firmes. Precisamos ter um distanciamento quando a gente vai falar em público. As pessoas se sensibilizam com ações eficazes e, digamos assim, que tenham poder. E isso exige de nós um certo distanciamento, um posicionamento rigoroso, informado, baseado em dados, e que seja efetivo.

Posso dar um exemplo: li ontem um artigo da revista Forbes. É interessante ver o que os porta-vozes do grande capitalismo estão dizendo. Eles estão dizendo que as mulheres são mais efetivas. E porque que elas são mais efetivas? Porque os dados dos países que são liderados por mulheres, em relação ao combate do coronavírus, são dados muito melhores. As ações estão muito mais eficazes. “So sorry”. E o que essas mulheres estão fazendo? Estão tomando atitudes e fazendo coisas sólidas, rigorosas, baseadas em fatos extremamente consistentes. E isso tem resultados. Sempre tem resultados. E eu acho que isso que a gente tem que fazer para combater esse apagamento. Considerando o que eu devo fazer, parafraseando Charlotte Whitton, uma pensadora americana impagável, que diz que ‘para uma mulher ser reconhecida, em qualquer área, ela precisa ser pelo menos duas vezes melhor do que os homens, felizmente isso não é difícil’ [risos]. Mas é um ônus. E acho que a gente tem que reconhecer que é um ônus. A estrutura em geral não nos beneficia.

Mas o que me motiva - e acho que deveria motivar as mulheres a arcar com esse ônus - é que as próximas gerações não vão precisar [mais] arcar com ele. A gente tem visto exemplos no mundo todo, comunidades lideradas por mulheres, países liderados por mulheres, que tem um desempenho muito melhor em todos os níveis. O

melhor que a gente pode fazer pela humanidade é continuar trabalhando rigorosamente, dedicadamente, consistentemente, porque é o que vai mudar o mundo. Eu acredito firmemente nisso [risos].

Além da visibilidade autoral, desse trabalho individual de qualidade, você acha que existe uma possibilidade de que essa “visão feminista” da disciplina ecoe metodologicamente?

Com certeza. É importante a gente recuperar na história tradicional da arquitetura os nomes de mulheres que já estavam fazendo coisas que, em qualquer medida tradicional, eram excelentes. Isso é um trabalho a ser feito. É nisso que todo referencial teórico feminista tem muito a contribuir. Como várias feministas vão apontar, as perguntas que nós fazemos induzem as respostas que nós vamos obter. Nunca esqueço a conversa que eu tive no corredor com um colega falando assim: “Ah, Gabi, o que as mulheres fizeram de relevante comparável aos homens?”. Mas eu não sei se o que os homens fizeram é relevante. “Olha o estado do mundo, você tem que reconhecer que vocês foram mal sucedidos” [risos]. O mundo vai acabar. Em qualquer medida, nós estamos caminhando para extinção. O trabalho que vocês fizeram, me desculpe, é mal sucedido. [risos] Que bom que nós não fizemos isso.

Claro, eu estou brincando, é um exagero. Comparado aos homens, a gente de fato não vai ver a mesma produção. Óbvio que não. A questão é que, comparada à das mulheres, a produção dos homens também precisa ser relativizada.

Vou dar exemplos: o que Julia King escolhe fazer quando vai para Índia fazer seu TFG. Escolhe perguntar para as mulheres, numa comunidade vulnerável indiana, o que essas mulheres querem. E as mulheres querem esgoto. E a Julia King é uma arquiteta que usa todo seu talento para fazer o que? Esgoto. Honestamente, acho que isso é uma grande obra. (...) Quantas mulheres, quantas crianças, quantas pessoas, em gerações, vão se beneficiar de uma comunidade que tem infraestrutura sanitária? Imagina hoje, com a crise do Coronavírus, como está essa comunidade que recebeu o esgo-

to? Outras grandes obras vamos ver a Anna Heringuer fazendo em comunidades vulneráveis. Ou várias outras mulheres trabalhando em processos participativos em comunidades vulneráveis... Ou seja, vamos ver as grandes obras sendo feitas em situações em que as pessoas precisam muito. Essa é a minha noção de grande obra. Outro exemplo, em termos de governo, é o que a Luiza Erundina fez nos processos participativos que ela promoveu. Na minha opinião, isso [também] é uma grande obra. Ela foi uma grande governante. E a pergunta que a gente tem que fazer é: o que os homens fizeram em comparação? . Talvez a gente possa ir caminhando com mais segurança para levantar o que as mulheres têm contribuído, na história da humanidade, porque - bem ou mal - mantivemos a humanidade viva e vivendo, nessas condições precárias em que nós vivemos, até aqui. Porque senão a humanidade já tinha acabado. Então, a gente tem que mudar as perguntas, tem que mudar o nosso conceito de grande obra, e a ideia de prestígio precisa ser acomodada num canto remoto da história da arquitetura. Prestígio não é um critério de qualidade, prestígio é futilidade. A gente não precisaria pensar nisso em momento algum. A questão é: quantas pessoas foram beneficiadas, quantas crianças saíram de uma condição de lixo, de precariedade? Quantas mulheres puderam ter uma vida digna dentro de uma residência? Essas são as perguntas que a humanidade tem que responder. A gente não está precisando tanto de grandes museus, de grandes obras icônicas. É muito legal, você e eu adoramos, adoro tomar café no IMS Paulista, incrível, super legal. Mas as perguntas que a humanidade está colocando para profissão de arquitetura e urbanismo não são essas. Vamos pensar no star-system, no Pritzker Prize, em todo o vexame que tem sido a sua história em relação ao reconhecimento dos trabalhos das arquitetas. É injustificável. Não tem uma explicação objetiva, digna para isso. Veja o prêmio Aga Khan. Essa premiação tem algumas características curiosas. Ela é uma premiação de arquitetura no mundo árabe, e a gente sabe qual é a relação do mundo árabe com as mulheres. Entretanto, existem mais mulheres premiadas pelo prêmio Aga Khan do que pelo prêmio Pritzker, que é ocidental. Não é curioso?

Vamos parar, pensar e investigar: por que isso acontece? E a gente se depara com um dado interessante, o prêmio Aga Khan é dado sem se conhecer o nome da autora ou do autor. Ninguém sabe. E aí, mais mulheres são premiadas. Não é incrível?

Tudo isso vai dando evidências de que temos que estudar como mulheres, mobilizando a perspectiva feminista e todo seu referencial teórico. O que realmente interessa, as perguntas que interessam, são as perguntas provindas daquilo que a arquitetura e o urbanismo são destinados a fazer. As perguntas que a humanidade tem a fazer. O que o meio ambiente pergunta? O que milhões de pessoas, bilhões, em situação precária nos perguntam? Eu acho que essa que é a questão.

Agora, se essas mulheres têm construído prédios chiques e tal, acho super legal, incrível, realmente bacana, mas não acho que isso tem a ver com relevância e importância. Você, eu, podemos até projetar um dia um negócio desses, mas não estaremos respondendo a uma das grandes questões da humanidade. E agora, pode ser que a humanidade acabe sem a gente ter respondido, vai ser uma pena [risos]. Espero que a gente sobreviva e que mude de rumo [risos].

Aproveitando o gancho, pensando a nossa relação com o meio ambiente: no seu doutorado, para explorar a dicotomia entre arquitetura e natureza, identificada tradicionalmente com o feminino, você cita um trecho de Diana Agrest:

“Nature, identified with the female sex, was to be enslaved, inquisitioned, dissected, and exploited, an identification that justifies the search for power over nature and, over woman”
(Agrest, apud Hughes, 1996, p. 206)

Uma arquitetura emancipada da herança patriarcal seria uma arquitetura que componha com a natureza, ao invés de afirmar o seu poder e controle sobre ela?

Olha, acho que assim, vou voltar à análise da Hannah Arendt, uma das pensadoras nas quais eu mais me socorro, porque a lucidez dessa mulher foi uma coisa ... e ela vai discutir isso no livro A con-

dição humana, e em outras obras, esse fenômeno, ou esse processo da humanidade tentar se destacar da natureza como se fosse uma entidade à parte. Como eu leio isso? Acho que todos os processos mentais, todos os constructos intelectuais, que geraram depois as máquinas, a industrialização, etc, deram a uma pequena porção da humanidade, a pequenos grupos humanos, uma sensação de poder desmesurada. Essas pessoas podem desviar os cursos dos rios, podem explorar minérios, podem produzir, multiplicar o tear mecânico, coisas permitem que a produção seja quase “inumana”. Tanto a ciência quanto a industrialização, todos esses processos que começam no Renascimento e vão dar na Revolução Industrial, nas suas fases, geram, principalmente no mundo ocidental (depois isso se estende pelo globo) uma noção de poder do homem sobre a natureza. Isso gera algumas consequências que a Hannah Arendt já aponta logo depois da Segunda Guerra. O que que a industrialização permite a humanidade fazer? Permite por exemplo que um Estado como a Alemanha se equipe para criar um sistema de dizimação em massa da sua própria população na Segunda Guerra, um sistema industrial. O que se fez com a população judaica foi um esquema de destruição em massa de pessoas. Então, a humanidade, assim que põe as mãos na tecnologia, consegue entre outras coisas, criar um sistema de transporte e de destruição de pessoas em uma escala jamais imaginada. Em seguida, os Estados Unidos se superam, e conseguem jogar duas bombas atômicas em cidades diferentes. Ou seja, é impressionante o que a humanidade é capaz de fazer. Esse tipo de, digamos, “conquista”, faz com que a humanidade se sinta com o poder de destruir a própria Terra. E de fato, há esse poder. Essa visão é muito inebriante e a gente devia levá-la a sério.

Walter Gropius vai falar, em um dos discursos na Bauhaus, que o homem é artisticamente superior a mulher, principalmente por ter conhecido a morte e a destruição na guerra (as mulheres seriam inferiores por não terem conhecido isso). Claro que o Gropius nunca viu um parto normal que durou 12, 16 horas, para ver o que significa [a dor]... [risos]. Ou não viu vários, como mulheres que pariram 15,

16 vezes. Escapava à sua mente masculina coisas dessa natureza. Ou seja, existe uma construção cultural associando homem, máquina, ciência, à algo destacado e superior à natureza. Evidentemente que os processos naturais são um pouco mais complexos, mais duradouros e maiores do que isso que a gente tem visto hoje. Possivelmente nós estamos caminhando para a extinção. Notícias dão conta de que existe uma ilha de plástico e lixo flutuando no oceano maior do que as Américas. Maior do que um continente! O tipo de conquista, de resultado obtido por essas produções - com a ciência e a produção industrial - é um resultado que a gente pode considerar muito problemático em vários sentidos.

Muitas revisões que o próprio feminismo vem fazendo, e se sofisticando a luz do que está acontecendo, dão conta de que a associação que se fez da mulher com a natureza, de maneira diminutiva - como se mulheres e natureza fossem coisas selvagens, primitivas a serem superadas, dominadas, ou domesticadas - é muito problemática e, obviamente, social e politicamente tem um objetivo: manter um contingente enorme de pessoas trabalhando de graça. Um livro fantástico, o Lado invisível da economia, da Katrine Marçal, vai dizer isso: não tem romantismo, enquanto você mantém as mulheres nesse estado, você tem a economia girando, principalmente com base no trabalho gratuito. Mulheres lavando, cozinhando, passando, enfim, cuidando de tudo e não mudando nada... Associar as mulheres à natureza tem esse sentido de manter as mulheres fazendo esses trabalhos ligados à sobrevivência. No contexto contemporâneo, existe o ecofeminismo. Vandana Shiva é uma pensadora interessante, entre várias outras teóricas, que mostra como vários trabalhos que foram confiados às mulheres como se fossem algo menor, são na verdade coisas que vão salvar a humanidade. Quer dizer, saber plantar, cuidar, cultivar, cozinar, são, entre várias outras, as atividades nobres. São atividades relevantes. A filha de um amigo meu mora na Inglaterra, recentemente escreveu para o pai que estava faltando fermento na Inglaterra. Ninguém mais achava fermento mais para comprar. O que aconteceu? O fermento ajuda no Coronavírus? Não. A questão é que está todo

mundo em casa, e está todo mundo cozinhando. Melhor saber cozinhar. E quem sabe plantar dentro de casa? Em um quintal, em um vaso? Quem sabiam eram nossas avós. Quem sabe fazer o chazinho e tal? As mulheres que sempre souberam. Os remédios naturais, as comidas naturais, os tratamentos naturais, de repente, tudo isso é a salvação da humanidade. Quando os remédios sintéticos intoxican as pessoas, as pessoas estão morrendo por causa da do remédio, não por causa da doença.

Acho que tem muita coisa para se discutir, mas uma boa referência para essa discussão é o livro do Pablo Solón: *Alternativas sistêmicas*. E uma das alternativas sistêmicas é o ecofeminismo, como um caminho para sobrevivência da humanidade. Hoje a gente tem uma outra visão da natureza, da relação com a natureza. Ainda que de modo traumático, estamos nos conduzindo para um entendimento mais razoável, mais sensato do que é a natureza. Lembrando que o nosso corpo é um produto natural e funciona de acordo com as leis naturais. Isso é uma coisa inevitável.

Gostaria que você retomasse os mecanismos de ‘dominação simbólica’ que constroem a narrativa da história da arquitetura de maneira a excluir a figura da mulher.

Posso dar alguns exemplos de mecanismos... Talvez um dos mecanismos mais fortes seja a linguagem. Pierre Bourdieu em *A dominação masculina*, vai comparar e discutir muito isso. Quando você por exemplo fala: ‘a costureira’, você lembra da dona Helena, que te atende aqui na Major Sertório e faz a barra da tua calça. Se você fala ‘o costureiro’, você vai lembrar, sei lá, do Reinaldo Lourenço, ou do Jean-Paul Gaultier, enfim... [A mesma coisa] quando você fala de uma cozinheira. Você está falando de uma diarista que vem na sua casa, passar o dia inteiro cozinhando, para você congelar os pratos. Se você fala cozinheiro, você está falando de um chef. Um “homem vivido” é diferente de uma “mulher vivida”... Então, vemos que os mecanismos de linguagem estão estruturados de maneira a diminuir o significado quando o sujeito mulher. Esse é o primeiro ele-

mento que precisa ser identificado, trazido à tona e desconstruído. Depois disso, tem os constructos sociais. Por exemplo, outra coisa problemática é uma visão moral das atribuições femininas, que é bastante injusta. Uma mulher, mãe, que não gosta de brincar de bonecas com a criança, é uma mãe má. Aliás, as chances da mãe ser uma pessoa má são praticamente 100%. Se ela não gosta de cozinhar, ela é má. Se ela gosta de cozinhar, mas não cozinha todos os dias, ela é um pouco má. Ela também é uma pessoa horrível se detesta acordar cedo. Ou seja, se você observar a quantidade de elementos que tornam a mãe uma pessoa horrível, não é possível que uma mãe não seja uma pessoa horrível. É importante observar que esses mecanismos se renovam. Hoje, se essa mãe não faz comida orgânica, não é vegetariana, não brinca com boneca de pano, ela também é má. Por acaso, sou vegetariana e faço comida orgânica, mas defendo a liberdade das pessoas de não serem isso se elas não quiserem. [risos] Quer dizer, a imposição de novas disciplinas sobre as mulheres se renova de uma maneira chocante. Então, essas disciplinas que se impõem, essas morais que se renovam, são o principal mecanismo de dominação simbólica.

Um dos exemplos mais divertidos e contundente é a folga feminista que se estabeleceu na Espanha (não sei se tem em outros lugares). O que é a folga feminista? É o dia que as mulheres não cuidam de ninguém, não fazem compras, não fazem coisa nenhuma: 'amigo, se vira, hoje eu não vou cuidar de ninguém'. Essas mulheres são horríveis? Não. Essas mulheres querem - um dia no ano - não cuidar de ninguém. Uma vida que muitos colegas têm a vida inteira. A moral do cuidado é muito insidiosa e se renova de várias maneiras. Todas essas morais que são imposta de diversas formas sobre as mulheres são um instrumento de dominação simbólica que se renova de uma maneira chocante. A boa mãe, hoje, tenho até pena. Por que a quantidade de coisas que ela tem que ser, saber, fazer etc. As novas morais, que se sobrepõe às velhas morais, são impossíveis! A inserção da mulher no mundo social como esposa, companheira, mãe, profissional ainda é carregada de uma série de valores morais muito mais pesados do que os dos homens. Cabe a gente

trazer isso à tona e deixar claro que cada um desses elementos é um ônus, e que tantos ônus assim atrapalham a vida de qualquer pessoa. E os julgamentos extremamente duros são voltados principalmente às mulheres ainda hoje.

E o outro mecanismo de dominação é um mecanismo estrutural: o acesso às oportunidades econômicas, de trabalho etc. Que pode ser sintetizado no acesso às posições de representação. Se você quer saber se uma instituição é democrática - qualquer uma, do grêmio da escola à qualquer comissão- veja quantas mulheres a estão representando. A não ser se for uma comissão sobre o estado do vestiário masculino, que eu entendo que talvez os homens sejam mais adequados para tratar desse assunto, qualquer outro assunto, é muito estranho se houver poucas mulheres. Por que que é simbólico? Por que qualquer representação tem um papel simbólico. E se não existem mulheres representadas ali, o que se simboliza é que não há relevância na representação delas.

Pensando no seu artigo “A questão do gênero no processo de projeto em arquitetura e design” e na conclusão do seu livro “Arquitetas e Arquiteturas na América Latina no Século XX”, nos quais você se pergunta se “a arquitetura das mulheres é diferente da dos homens”, eu te pergunto: é possível explorar essa questão sem reforçar estigmas e estereótipos ligados ao gênero?

O discurso de que a mulher teria maior sensibilidade natural a temas ligados à família, por exemplo, é válido diante do nosso contexto cultural ou pode corroborar a manutenção das responsabilidades reprodutivas sobre a mulher?

Esse artigo que você menciona foi muito interessante escrevê-lo no ponto que eu estava da pesquisa. Eu tinha acabado de concluir um projeto chamado 'Feminino e Plural - Processos de projeto de arquitetas e designers', no qual entrevistei 6 arquitetas e designers. Avaliando as obras e os discursos delas com minha equipe, vimos que não era possível dizer que havia uma questão que fosse “de

mulher". Se eu mostrasse a transcrição da entrevista e a obra, não se pode dizer se é um homem ou uma mulher. Quando a pessoa está falando: "o tipo de solo, a questão aqui era a topografia, a gente teve que fazer movimentação de terra...". São apenas questões. Ou seja, no discurso sobre a obra não se conseguia ver de fato uma diferença. Mas isso me deixou intrigada, porque se as trajetórias são diferentes, como não ver uma diferença no produto (no projeto, na obra)? Por outro lado (até comentar isso no artigo), antes de ligar a câmera e depois que a gente desligava, elas contavam da vida, como elas eram sobre carregadas, família, trabalho, assédio sexual... Situações problemáticas e complicadas que viviam e tinham que dar um jeito... Mas o fato é que no discurso sobre a obra, não transparecia nenhum elemento [que marcasse o gênero].

Vou dar o exemplo clássico da Franziska Ullman, naquele conjunto residencial em Viena, que foi um concurso da prefeitura voltado só para mulheres. O enunciado já era para mulheres, e isso faz diferença, certo? E ali você vê o que é diferente das mulheres em cada parte do processo. Quem ganhou em primeiro lugar foi a Franziska Ullman, mas o que ela faz? Chama o 2º e 3º lugar para trabalhar junto com ela. Você vê isso comumente nos concursos quando os colegas ganham? [risos] E elas passam a desenvolver juntas o projeto, que começa observando-se que o trajeto das mulheres nas idas e vindas na cidade é um trajeto (como a gente já percebeu) muito mais cheio de coisas do que o trajeto dos homens. Elas vão na farmácia, compram um presente da festinha da criança, vão no mercado uma vez, aí alguém liga, elas vão no mercado outra vez, aí vai na padaria, aí vai na quitanda. É aquela loucura! Com isso, elas decidiram incorporar no térreo do prédio uma série de comércios e serviços. E quando a prefeitura diz: 'desculpe, não é possível, isso é contra a lei', elas dizem: 'simples, vocês mudam a lei. [risos] Nós somos o 1º, o 2º e o 3º lugar... Se não mudar a lei, a gente não vai fazer o projeto....' Aí, o que aconteceu? Mudou a lei. Então veja que interessante todo o processo: elas incorporaram comércios e serviços, fazem a creche num ponto equidistante para ninguém ter que caminhar muito, vão colocar fachadas ativas em todas as fachadas,

por que a gente sabe que isso é uma questão de segurança, tudo isso porque são mulheres. Então, é claro que muda.

Aí volto a sua questão: mas será que isso não nos tornaria estigmatizadas com essa ideia da sensibilidade? Eu não colocaria no plano da sensibilidade. Isso é muito importante. Entrevelei várias mulheres, coordenei a parte brasileira de um projeto internacional (um questionário para mulheres) e o que se percebe é que essa sensibilidade feminina é uma mítica. Você e eu sabemos, a gente é mulher, e tem horas que gostaríamos de ter um pouco mais de sensibilidade... As arquitetas, no geral, não foram fazer arquitetura por que são sensíveis. Ao contrário das enfermeiras, ou de outras profissões ligadas ao cuidado (enfermeiras e enfermeiros, aliás) - as mulheres na arquitetura gostam de coisas muitas vezes mais ligadas à obra. Se você der uma marreta na mão de uma delas, ela vai ficar feliz de derrubar uma parede, e talvez fique nervosa de ter que lidar com o cliente, por que não é da natureza dela ser sensível. Entretanto - eu acho que essa é uma questão importante - algumas mulheres arquitetas obviamente, são sensíveis, assim como alguns homens arquitetos são, por acaso, sensíveis, e outros não. O meu ponto aqui é que sensibilidade não é a questão. A questão é civilidade, e civilidade se aprende. Quando você coloca a creche num ponto equidistante a todos os moradores, você está sendo uma pessoa civilizada. Você não está sendo uma pessoa sensível. É o mínimo de civilidade que você pode adotar, considerar que as pessoas vão fazer esse roteiro. Se você é sensível ou não, isso não está em questão. Por que você vai fazer as fachadas ativas? Por uma questão de civilidade: é perigoso, problemático, desagradável. Ou seja, talvez a gente devesse substituir sensibilidade por civilidade, e todo mundo pode aprender a ser civilizado, isso é uma característica da humanidade, para isso elas passam por um processo civilizatório. O que acontece é que as mulheres são mais civilizadas por que as pessoas impõem a elas critérios de civilização mais duros, e o resultado é que elas são mais civilizadas. Nos banheiros, nos bares, no linguajar, etc. No todo, e em comparação, as mulheres são mais civilizadas, mas só por que elas passaram por uma educação mais

dura. As meninas pequenas tem que aprender - hoje está mudando - a cuidar do bebê, do irmãozinho mais novo, trocar fralda... lógico que quando chegar aos 20 anos, ela sabe fazer isso, ela é civilizada. Se um sujeito chega aos 20 anos e não sabe fazer, isso não é um problema de sensibilidade, é de civilidade. O que a gente precisa chegar a conclusão com nossos pares e pessoas de todos os níveis é: civilidade é uma obrigação das pessoas que vivem em comunidade. Cuidar de criança, cuidar de idoso, isso é um ato de civilidade. Se você é uma pessoa mais sensível, a conversa que você vai ter, os níveis de profundidade emocional que você vai chegar, isso é uma outra questão.

Agora, sensibilidade em arquitetura significa o que? Florzinha? Tapete? A maioria das arquitetas de obra que eu conheço falam: 'preciso pedir para alguém fazer decoração, eu não sei, não fui treinada para isso, não tenho gosto por isso', e outras pessoas tem. Mas será que isso chama sensibilidade? Educação estética, talvez. Sensibilidade é uma palavra bem pouco precisa, quando utilizada para descrever as mulheres. Não sei como você se sente com você mesma, mas eu consigo ser tão sem noção nessa área em tantos momentos... [risos]. E conheço tantas colegas que me dizem, depois que eu falo em público, 'Gabi, vou te dizer: me sinto redimida, por que nunca fui essa pessoa etc..'. Sensibilidade é uma palavra que precisa ser conduzida ao seu lugar - e eu não sei bem qual que é... [risos] Mas o que a gente está falando aqui é civilidade.

ENTREVISTA REALIZADA ATRAVÉS DA PLATAFORMA GOOGLE MEET EM 23 DE ABRIL DE 2020.





PAULA SANTORO

150

GRADUAÇÃO

1992 - 1997 FAUUSP

PÓS GRADUAÇÃO

1999 - Aperfeiçoamento em planejamento urbano - orient. Regina Meyer FAUUSP

2007 - Lincoln institute of Land Policy (Panamá) Especialização Políticas de Suelo Urbano

2001 - 2004 - Mestrado FAUUSP. Título: "A relação da sala de cinema com o ambiente urbano em São Paulo: Do provinciano ao Cosmopolita". orient. Regina Meyer

2008-2012 - Doutorado FAUUSP/ETSAB-UPC "Planejar a Expansão Urbana: dilemas e perspectivas" orient. Nabil Bonduki e Zaida Muxí.

ATIVIDADE PROFISSIONAL

2001- 2011 Pesquisadora e coordenadora editorial do Instituto Polis
2011- 2013 Assistente técnica do Ministério Público do Estado de São Paulo nos temas Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente

2009 - 2013 Docente Escola da Cidade

Desde 2013 Docente disciplinas de planejamento urbano FAUUSP.

151

Em que ano e em qual instituição você se formou? Como era o contexto político naquele momento e quais eram os principais debates?

Eu me formei na FAUUSP em 1998. Na verdade, oficialmente em 1997, mas peguei aqueles 3 meses de recuperação que todo mundo pega, para tentar finalizar... Naquele momento, na FAU havia um debate muito forte, ou eu o percebia assim, em relação ao Projeto de edificações. A gente tinha alguns professores muito marcantes, que são tidos hoje como representantes importantes da arquitetura moderna paulistana (Paulo Mendes da Rocha, Abraão Sanovicz, Eduardo de Almeida, Antônio Carlos Sant'anna Junior), gente que atua até hoje. E eu era muito influenciada por Projeto, achava mesmo que seria arquiteta de Projeto de edificações. Ao mesmo tempo, também havia um importante debate sobre projetos urbanos, tanto que nossos projetos de formatura eram todos muito voltados a intervenções urbanas, a se superar a escala do edifício e pensar a sua relação com a cidade. E algumas pessoas que estavam pautando os projetos urbanos, influenciavam muito nosso pensamento (por exemplo, a Regina Meyer e a Marta Dora [Grostein]). Fiz até uma especialização nesse tema na FAU, na qual veio Nuno Portas e uns estrangeiros... Então, havia também uma presença internacional e uma vontade de transformar a cidade a partir de intervenções urbanas, vendo a Arquitetura como limitada, em relação a transformação da cidade.

Também é interessante contar que, com nossos professores de História, a gente tinha uma formação - e ainda tem, eu acho - muito sólida em relação ao Urbanismo e ao Planejamento, ligados ao [Movimento] Moderno, mas também um pensamento marxista muito forte, que lê a cidade a partir da perspectiva da classe, principalmente. Então, havia importantes professoras de história e de planejamento que iam olhar para a periferia, para a formação da periferia. É dos anos 1990 aquela publicação da Ermínia Maricato A Metrópole na Periferia do capitalismo, do momento que eu estava na faculdade e que também estava influenciando muito a forma

de ler os territórios urbanos. Muita gente também ia fazer trabalho de graduação nesses lugares, tentando se aproximar um pouco dessa periferia.

Acho que o cenário era esse: uma descoberta e aprofundamento da noção de periferia, que aparece nos anos 1990, numa leitura um pouco diferente da dos anos 1970, que era a fase da industrialização. A gente estava começando a falar em termos como globalização - no final dos anos 1990 - e como essa globalização afetaria a cidade, a idéia estarmos na periferia do capitalismo é bem dos anos 1990.

Também é dos anos 1990 uma ideia de que a cidade, o centro da cidade, precisava se transformar, que as classes médias tinham saído do centro, e que ele estava ficando abandonado - no debate daquele momento: "degradado" - por haver muito imóveis vazios... Tudo isso vai sendo construído nesses anos.

E nesse contexto, como era a percepção da presença de mulheres, tanto na proporção das alunas, em relação aos alunos homens, bem como de professoras e professores e também nas referências bibliográficas e de projetos?

Acho que as mulheres estavam presentes na FAU em todos os momentos. Na área de Planejamento, acho que peguei exatamente a transição. A gente tinha muitos homens como professores, inclusive eram - eu acredito - um pouco mais conservadores em relação ao Planejamento, encarando-o como técnica, como manejo de dados, como mapeamento e poder. As mulheres foram entrando, especialmente algumas mulheres fortes que entraram depois que eu me formei, [e foram] mudando muito o planejamento; Ermínia [que já estava, tinha voltado depois da gestão Erundina], Raquel Rolnik, Malu Refinetti... E, agora, mais jovens: Luciana Royer, Beatriz Rufino, Karina Leitão, e eu mesma. Uma geração de mulheres jovens que entrou no Planejamento, e que deu uma boa mudada no que era esse planejamento técnico, e que foi para o mundo: o que é pensar planejamento participativo? O que hoje em dia pensar é o

planejamento a partir de uma perspectiva que tente ser contra-hegemônica? Em relação às alunas, acho que sempre teve um equilíbrio, entre alunas e alunos. O que eu acho que tem de diferente hoje, não é nem uma questão de gênero homem ou mulher binária dessa forma. Acho que agora tem uma coisa boa de performance de gênero, que não sei dizer se o aluno é homem ou mulher e nem tem mais sentido fazer essa pergunta - o que acho maravilhoso. Tem uma liberdade de performar dentro da FAU. E aí, a gente tem uma ideia de como a FAU é um lugar democrático, em termos de poder performar o gênero que você quiser. Agora, tudo bem, a FAU pode ser democrática em questões de gênero, mas acho que há novas coisas acontecendo e o perfil de alunos que têm entrado traz novas questões. Por exemplo: a entrada de alunas evangélicas, que nunca tinha tido, ou eu nunca tinha visto na FAU, e que foi uma surpresa para mim ver as performances desses corpos andando naquele ambiente. Eu achei que foi bom, porque quebrou para mim essa idéia de aceitação plena... Acho que a nossa aceitação tem um recorte de renda, de elite, e que a gente estranha, no melhor sentido da coisa, essa mudança de perfil. Que foi muito boa, uma mudança, para mim, transformadora. A história das cotas [provocou] uma mudança considerável de perfil, que está dando uma sacudida na gente - tanto professores quanto alunos - em relação a nossa própria leitura da cidade. A gente vinha há muito tempo com alguns discursos construídos, a partir do ponto de vista das elites brancas paulistanas. Vou dar um exemplo: a gente sempre fala 'Ah! São Paulo tem o quadrante sudoeste expandido, que é o lugar que concentra os empregos e a infra-estrutura'. Aí, quando fomos ler o texto do Vilaça, uma aluna [disse]: 'Olha, não é só no sudoeste, não. Eu moro na Zona Leste e Tatuapé, Anália Franco, é um lugar super de ricos, de classe alta', algo que a gente não estava lendo... Eu posso até considerar que o sudoeste é, claro, uma região mais forte e historicamente concentradora as elites, mas a gente tem coisas novas aí.

Outra coisa nova que aparece nesse debate é a questão de [se fornecer material escolar], por exemplo. Quando fiz FAU, a gente não

achava fundamental que a faculdade nos desse material, internet - nem tinha internet, aliás. Quando me formei eu era uma das únicas que tinha computador, por que meu pai é politécnico, então fui uma das primeiras a fazer o trabalho de formatura no computador... essa chegada da internet, a possibilidade de ter dados acessíveis, foi transformando a nossa relação com os métodos da arquitetura mas também nossa relação com o mundo, com a produção de conteúdo.

Então hoje em dia há muito conteúdo produzido a partir da periferia, com autonomia, com conhecimento sobre aquele território, que a gente não tem [considerado]. A gente foi, eu acho, se isolando no castelo do conhecimento. E agora tem que ir atrás, conhecer o que são esses territórios e, nesse sentido, ter pessoas, ter corpos que habitam esses territórios, é uma posição privilegiadíssima para a gente pensar a cidade. Então acho que foi revolucionário a aplicação das cotas e a entrada desses alunos de escola pública, que não tinham acesso pelo vestibular tradicional. Eles trouxeram a vivência desses lugares e estão sacudindo a forma da gente pensar a cidade. Por que eles têm o privilégio de viverem a cidade. Então, a gente está vendo uma alteração dos alunos, mas que não é uma alteração de gênero.

Em relação a bibliografia, no Planejamento, como eu disse, ela sempre foi muito feminina. Na hora de pensar quem são representantes ou pessoas muito conhecidas do Urbanismo, você pensa mulheres, mulheres muito fortes. Agora, na hora que você pensa quem foram os secretários de Planejamento, você vai ver que houve pouquíssimas mulheres... Quando você vê quem é que está fazendo projetos urbanos, planos diretores, aprovando leis de zoneamento, também, ainda tem muito mais homens. O que eu quero dizer com isso é que tem um lugar das mulheres, [mas] pelo fato do planejamento estar muito ligado ao Estado, as mulheres ainda têm dificuldade de assumir lugares de poder, de liderança. Então, por exemplo se você for olhar as fotos dos ex-diretores da FAU, na sala da Congregação - vai lá olhar! - você vai ver que tem poucas mulheres ali. Então a gente vê hoje mudanças em curso nas posições dentro

da FAU, dentro da hierarquia universitária. Isso é super importante, mas acho que é uma mudança lenta. Porque, assim como outras posições de poder na sociedade, a gente sofre muito para ocupar esses lugares. A gente sofre e a gente reproduz, muitas vezes, posturas masculinas para poder ocupar esses lugares. Dois exemplos dessa tensão. Primeiro: sou representante de conselho numa Operação urbana, e o representante do governo era um homem jovem, bonito, que falava polidamente, muito calmamente, e eu era tida como uma mulher histérica, comparando o modo como ele falava e como eu falava. E eu perdi muitos dos votos - na verdade eu entrei nesse conselho para perder. Em uma votação que a gente perdeu, havia uma senhora do movimento de moradia que falou 'Eu votei nele por que ele fala tão bonito, ele é tão calmo'... E aí percebi que meu tom contestatório foi associado a uma figura de uma mulher histérica. Eu estava ali gritando: 'Cadê as moradias? Por que tem dinheiro e tem o projeto e não faz as moradias?!" e ele falava calmamente dos problemas de aprovação etc. Eu perdi a votação, a gente teve uma redução no número de moradias a serem produzidas, inclusive com o voto dessas lideranças, por uma questão de perfil. Eu comecei a perceber que isso acontece em várias instâncias de poder. Quando a mulher se coloca, ela é tida como uma mulher histérica, se você pensar, muitas lideranças femininas na FAU são tidas como mulheres loucas, essa coisa da bruxa da Silvia Federici [risos]. E na verdade, muitas vezes elas estão se colocando nos espaços de poder, elas precisam se colocar nesses espaços. É muito difícil você ser mulher e exercer [cargos de poder] e não ser associada a essa figura ou autoritária, ou louca, ou bruxa. Não sei como construir autoridade sem ter essas posturas, por que essas posturas são valorizadas, na medida que a gente valoriza heróis, e não as mulheres como corpo social como um todo. A gente valoriza lideranças. Tem aí uma opção por essas figuras individuais. E muito menos se pensa as mulheres comuns como um corpo social, transformando a cidade. Isso também se reflete na gente não ser uma classe unida na FAU. A gente está muito mais nos jogos de poder organizadas por departamentos, ou pelas siglas de disci-

plinas, do que como mulheres organizadas transversalmente. Mas acho que agora tem um movimento - e vejo isso de forma muito positiva. Tentei fazer isso numa disciplina: colocar os departamentos para conversar sobre a leitura da cidade a partir da abordagem de gênero. A gente vai criando outras formas, interdepartamentais, interdisciplinares de estar juntos e eu vejo um fortalecimento nosso como grupo dentro da FAU.

Voltando um pouco ao momento da sua graduação: Em relação ao corpo docente, havia uma concentração de professoras em alguma área ou departamento, além do Urbanismo? E como era a relação professor aluno, você acha que ela se transformou?

O Departamento de Projeto, quando me formei, era essencialmente masculino. E a disciplina de Projeto... até hoje a maioria dos professores são homens e é uma disciplina bem masculina, eu diria, na forma como ela é ensinada, nas relações que os professores têm com os alunos e alunas. Acho que a [disciplina] de Planejamento também era mais masculina, mas como falei, muitos professores foram saindo, aposentando, morrendo, enfim, e com isso teve uma transformação, e acho que hoje no Planejamento a maior parte [do corpo docentes] é mulher. O Departamento de História sempre foi um lugar que tinha mulheres fortes, interessantes e importantes, muito mais do que nos outros departamentos. Ainda que eu não saiba a proporção, quando penso na minha formação, penso em mulheres que deram aula de História para mim e foram muito importantes. Vera Pallamin, Ermínia Maricato, Regina Meyer, Ana Lanna...

E acho que também, no campo dos professores, na hora que a gente pensa em performance de gênero, acho que tem alguns professores ali que dão essa liberdade de uma forma muito boa. Acho que a FAU cria essa liberdade de performance de sexualidade também através dos professores, algo que até hoje tem, mas acho que a gente deu uma "encaretada" em alguns aspectos. Vamos ver se a gente se transforma, a partir dos alunos, que estão mais livres nas perfor-

mances de gênero.

A gente tinha uma relação de amizade com os professores. Por exemplo, o José Lira (que estava ingressando na docência, ainda como pós-graduando), ele virou nosso amigo, a gente foi para Recife, ele deu várias dicas... recebeu a gente para um café. Uma liberdade bem gostosa que até hoje acho que ele tem com os alunos. Porque hoje em dia, por outro lado, tem uma tensão. Noto essa tensão ao se tentar manter uma seriedade na relação professor e aluno, que por vezes formaliza essa relação, um pouco com medo das questões do assédio; do aluno confundir e achar que você o está assediando. Isso é real, eu entrei na FAU um pouco com medo, fazendo atendimentos em lugares sempre públicos. Um pouco diferente do que eu como professora achava que poderia acontecer. O que é bom, acho, é que a gente está tratando de forma mais profissional a nossa relação com os alunos, a partir dos ambientes e da forma como se dão os atendimentos. Vou dar um exemplo pessoal: meu orientador de doutorado era o Nabil [Bonduki]. Ele tinha uma vida muito atribulada e eu só conseguia encontrar com ele à noite, então a gente saía para jantar. E ficava o jantar inteiro falando do doutorado. Mas, realmente, não era uma relação pautada por horários e espaços profissionais. Talvez alguma pessoa poderia achar que aquilo passava do limite do profissionalismo entre professor e aluno.

Eu tentei, desde que entrei na FAU, não misturar isso. Quando fiquei doente - tive câncer de mama -, não conseguia ir para a FAU mas precisava atender os alunos. Comecei a chamá-los para conversas aqui em casa. Vi que eu ficava mais calma, tinha mais paciência, estava mais tranquila. Não tinha várias pessoas entrando, saindo, me demandando. E vi que não tinha esse lugar na FAU. Então, fico sempre [dividida] entre o quanto a gente pode e deve ser profissional, estritamente técnico, atender os alunos onde é para ser, nos ambientes da FAU, e o quanto não. E percebi algumas coisas, por exemplo, a FAU Maranhão pode ser esse espaço do conforto, calmo, equivalente a minha casa. E como ela está em reforma para mim é uma crise. Não sei porque, mas aquele ambiente me dá

um conforto, uma calma... a proximidade dos livros, da biblioteca, o jardim, a escala da casa, não sei o que é... Com a questão do assédio, a gente deve ter um profissionalismo maior na nossa relação aluno professor, embora eu não gostaria de perder essa relação que se forma entre pessoas quando a gente tem orientandos, interage mais de perto, sabendo e cuidando dessas pessoas.

E a sua trajetória profissional, você pode contar um pouco?

Quando me formei queria muito ser uma arquiteta de projeto. Gosto muito de projeto de arquitetura. Estagiei num escritório de arquitetura quando estava na FAU. Quando falo, acho engraçado... Quando me formei, o arquiteto com quem eu trabalhava, o Abrahão Sanovicz, tinha acabado de falecer. E eu achava que não tinha espaço no escritório para seguir ali sem ele. Fiquei muito triste, um pouco decepcionada da vida. Justamente quando eu me formei - ele estava na minha banca de TFG e foi uma influência muito grande na minha vida - ele morreu.

Então, aceitei um trabalho em um escritório chamado Tangram. Comecei a fazer projeto de lojas, joalherias. Comecei a estudar muito sobre iluminação, para a vitrine ficar bonita... Fiquei um ano nisso, mas achei que não tinha sentido nenhum para a minha vida continuar ali. Foi legal, aprendi um monte de coisas, mas eu achava 'uó' aquilo que eu estava fazendo, porque era muito pautado pelo interesse dos clientes... e fui ficando um pouco em crise com essa relação arquiteto-cliente. E, com isso, comecei a pensar que devia ir para o urbano, por que meu TFG olhava para o urbano. Fui pedir à Regina Meyer e à Marta Dora para trabalhar no LUME [Laboratório de Urbanismo da Metrópole], que era um laboratório da FAU. Fiquei uns 2 anos trabalhando lá, e ao mesmo tempo trabalhei em alguns eventos do artecidade. Um pouco como produtora de conteúdo, eu nem sei dizer que cargo que eu tinha, mas ficava estudando relações urbanas e artistas que traziam questões urbanas para suas obras.

O urbano foi assim ganhando campo na minha vida, tanto na for-

ma de pesquisa quanto no plano das intervenções. Aí Renato Cymbalista me chamou para fazer um freela no [Instituto] Polis, onde acabei ficando por dez anos e onde me formei como urbanista. No princípio, eu era da equipe de urbanismo junto com pessoas como Raquel Rolnik, Renato Cymbalista, Kazuo Nakano. Era uma equipe incrível. O Polis tinha várias áreas que foram abrindo meus olhos para as políticas públicas. Conheci o movimento dos catadores, os movimentos de lutas por segurança alimentar, as lutas no orçamento participativo, os movimentos sociais por moradia. Era um lugar de efervescência, de pensar políticas através das lideranças. E, principalmente, tinha um projeto que se chamava Escola da Cidadania, no qual, junto com os movimentos, a gente pensava cursos através do método Paulo Freire. Eu aprendi demais a dar aula, a preparar atividades, a fazer dinâmicas de participação lá. E também o conteúdo de políticas públicas. Tem uma gama de pessoas que participaram disso e que me deram uma formação sólida.

Saí do Polis em um momento importante na minha vida, quando tinha que acabar o doutorado. Logo que entrei em 2000, 2001, a Raquel saiu. Muita gente me associa a ela, mas na verdade a gente só trabalhou juntas dois anos no Polis. Ela saiu em 2003 para o governo Lula. E naquele momento a gente, especialmente eu e o Renato Cymbalista, fizemos um pacto, de ficar e de construir a área de Urbanismo no Polis, sem a Raquel. A gente fez um monte de coisas, planos diretores, planos de habitação, muitas pesquisas. Sempre gostei muito de pesquisa, conseguimos o financiamento para uma pesquisa sobre políticas públicas pela FAPESP, com a FAU, com o Nabil, e isso foi levando minha vida para o rumo da pesquisa e do doutorado.

No doutorado, qualifiquei e precisava de fôlego para terminar a pesquisa. Se eu ficasse no Polis trabalhando em uma pesquisa em municípios do Brasil inteiro, demandaria viajar muito... Então pedi para me afastar para conseguir terminar o doutorado, e consegui uma bolsa para passar um tempo em Barcelona, para terminar a qualificação. Um pouco antes de eu ir para lá, a Raquel havia indicado algumas pessoas para o Ministério Público, e fui lá, ser en-

trevestida. E achei muito legal [a ideia de] trabalhar no Ministério Público, nunca tinha pensado... Quando estou indo passar o período sanduíche do doutorado em Barcelona, me ligam do Ministério Público para fazer entrevista. De repente, isso me pareceu uma alternativa possível ao Polis, que neste momento estava querendo se reinventar, por que a cooperação internacional estava saindo do país, achando que o governo Lula ia resolver todos os nossos problemas - depois de muito tempo investindo no processo de democratização do país - e as ONGs eram um espaço de luta importante e precisavam desse recurso internacional para se posicionar no processo de democratização. Com isso, as ONGs ficaram muito sem dinheiro, e começaram a ter que fazer consultoria... Nesse momento de questionamento do lugar das ONGs, dos recursos, e ao mesmo tempo da minha vida pessoal, eu tive que sair do doutorado. E vi nesse lugar a oportunidade de trabalhar no poder público, sem estar no poder público. Por que o papel do Ministério é monitorar os governos, monitorar os direitos, ver se a garantia dos direitos da cidade e moradia estava sendo implementada a partir dos governos.

Fui lá, fiz a entrevista, mas falei: 'vou para Barcelona e já volto' - e achei que nunca ia ser chamada [risos]. O promotor anotou que dia eu voltava, era um pouco antes do Natal. Quando cheguei, tocou o telefone e era ele, me chamando para uma outra entrevista. Fui lá. Eu não tinha bolsa, precisava acabar o doutorado, pensei: 'ah, vou trabalhar no Ministério Público, vou ganhar um dinheirinho, não preciso viajar tanto...' E fiquei alguns anos no Ministério Público, até que abriu o concurso para a FAU - e eu sempre fui pesquisadora, desde o Polis até a atuação no Ministério, era um trabalho muito de pesquisa, de entender os casos, entender as cidades, e eu gostava muito do que eu fazia no Ministério e acho que até hoje faço um pouco com convênios na FAU.

Quando eu entrei na FAU, em 2014, foi um momento importante do curso de Planejamento Urbano, os alunos falam muito que a gente mudou o 'planurb'... Entramos quatro professoras novas, jovens e a fim de transformar. É muito bom sangue novo. Acho que a gente

chegou com uma energia muito importante e essa energia boa segue. E éramos quatro mulheres jovens entrando. Tem uma questão de gênero, acho, e tem uma questão da juventude. Outras intersecionalidades, vamos dizer. A gente introduziu o QGIS, e deu uma atualizada na tecnologia do Planejamento. A gente foi construindo um espaço importante dentro do Planejamento. Nessa agenda, fui introduzindo algumas questões de gênero nas disciplinas. Muito pautadas pelas alunas, algumas alunas me provocaram, resgatando um pouco o meu passado.

Porque quando eu estava no Polis, a cooperação internacional fazia uma pressão muito grande para a ONG ter uma agenda de gênero. A gente tinha uma série de atividades de formação; oficinas de gênero com os movimentos de moradia e sociais, mas dentro do Polis não era uma agenda bem quista, sofria o mesmo preconceito que essa abordagem sofre na hora que bate com um aspecto universalista das nossas concepções de mundo, leitura da cidade e planejamento. A gente incorporava a agenda de gênero muito por pressão da cooperação. Foi muito legal, por que essa pressão foi ganhando adeptas.

Houve uma série de oficinas feitas com o movimento de moradia no Brasil pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana - que era muito ativo nos anos 2000 - juntando lideranças do movimento de moradia, movimento da saúde, do orçamento participativo... Vinham mulheres de todos esses lugares e a gente fazia oficinas de gênero que, posso dizer, marcaram a minha vida. Tinha uma mediadora, a Taciana Gouveia, que fazia essas oficinas onde a gente debatia a questão de gênero. E ela fazia perguntas maravilhosas. Um dia, quando estávamos discutindo gênero dentro da nossa instituição, ela perguntou: "Por que você nunca se candidatou a ser a coordenadora do seu grupo?" - aí você parava para pensar... e ela falava: "O que você tem a perder?". Eu nunca vou esquecer esse debate. E até hoje faço essa pergunta: o que tenho a perder quando ocupo alguns lugares de poder? Muitas vezes ganho inimigos. Isso para mim é uma questão que pega. Enfim, mudam as relações sociais, mudam as relações entre as pessoas. E a gente entendia também

a mulher no movimento, por que elas estavam nas bases, mas não como líderes. Depois a gente discutia os resultados disso no espaço: então, por que as cidades são assim?

A partir daí esses temas de gênero foram entrando muito na minha vida... A Taciana propôs da gente organizar um livro no final dessas oficinas, que virou o livro *Ser, Fazer, Acontecer* e a gente [no Polis] tinha que escrever um texto. Eu sentei, tão animada, que escrevi um texto inteiro: "Gênero e planejamento territorial", de 2007. Eu levei para o Renato e para a Pati [Patrícia De M. Cardoso] para a gente discutir, mas, como foi um texto escrito só por mim, sem um processo de escrita conjunta, escrevemos outro - que foi o publicado. Mas eu achava que meu texto estava bom e que deveria ser publicado em algum lugar... A Maria Coleta [Ferreira Albino de Oliveira], demógrafa, abriu, num encontro de demografia, uma mesa que ela aceitava artigos pensando a questão de gênero. Eu mandei esse artigo, fui aceita e apresentei. Debatí com os demógrafos, saí da minha área 'mãe' e fui debater com os demógrafos, que já tinham essa agenda. Esse texto foi publicado nos Anais em 2007 e ficou lá esquecido. Em 2014, entrei na FAU, e várias pessoas que começaram a estudar as abordagens de gênero - que ganhou muita força nos movimentos de 2013, na hora que as mulheres aparecem mundialmente como uma organização - ele começou a andar sozinho.... Na hora que a marcha das mulheres e das mulheres negras do Brasil começa a mostrar as mulheres como um grupo que pode influenciar decisões políticas se colocando como ator político, que elas sempre foram, mas que ganha outra conotação nos anos 2010, na hora que elas vão para a rua, com o Fora Trump, elenão, uma série de campanhas que vão dando um outro lugar político, não apenas nas lutas por direitos relativos a gênero, mas na luta por questões políticas mais abrangentes - começaram a me chamar para bancas, e começaram a usar muito aquele texto daquele encontro de Demografia. Por que? Justamente porque faltava muito - e ainda falta - bibliografia, referências que leiam a cidade a partir do gênero. A gente já caminhou um pouquinho em termos de leituras sobre a domesticidade, mas na leitura sobre o Planejamento

Urbano não. Enquanto no mundo internacional, essas leituras já estavam presentes desde os anos 1990 (nomes como Leonie Sandercok ou Susan Fainstein) - mas quase não tinha textos em português (havia a tese da Terezinha Gonzaga, que falava muito sobre plano diretor) (...) Para fazer aquele texto eu havia lido algumas autoras que contam a história da cidade a partir da abordagem de gênero, nomes como a Maria Odila [Leite da Silva Dias], a Margaret Rago, que foram importantes, mas estavam muito no campo da História, menos no propositivo. E eu estava querendo pensar gênero na minha atividade de Planejamento. Nesse momento, eu estava fazendo planos diretores, numa agenda de planejamento urbano nacional muito pautada por esses planos. A gente achava, nos anos 2000, que o planejamento poderia ajudar a transformar as cidades. A gente acreditava nessa agenda, que veio da redemocratização e que na Constituição [de 1988] ganhou força. No momento em que eu me formo, o Estatuto das Cidades é aprovado. A gente estava animada, acreditando mesmo que teria uma mudança no campo democrático do planejamento em contraposição ao planejamento autoritário, centralizador e tecnicista que vinha dos períodos anteriores.

Posso dizer que a perspectiva de gênero apareceu para mim na atividade de Planejamento. Enquanto fazia essas oficinas com o fórum de reforma urbana, eu estava fazendo também planos diretores. Eu estava em uma reunião uma vez, em Ribeirão Pires, tinha uma platéia lotada de mulheres e dois ou três homens engravatados com o microfone na frente. Eu via aquele público de mulheres assistindo, sem fazer perguntas. Fui levando a reunião até cansar. Pensei: 'alguma hora eles vão cansar e vão para casa'. Dito e feito. Eles saíram e nessa hora umas mulheres sentaram na frente, pegaram o microfone e começaram a pautar realmente agendas femininas. Eu saquei, na vida real, a opressão de gênero. Elas estavam ali quietinhas, mas sacaram que teriam comigo, uma mulher a frente do processo, uma entrada de diálogo. Aí comecei a pensar nos espaços, como eles reforçam as hierarquias. Coisas que eu sempre pensava no Pólis, mas que estava pensando pouco nas atividades

com a Prefeitura. Aí comecei a pensar na escolha do lugar, em como as cadeiras iam estar organizadas, como organizar os tempos de fala. Comecei a preparar mais as reuniões, para que a questão da hierarquia ficasse um pouco mais diluída. E comecei a fazer reuniões menores. Então, acho que a questão de gênero veio a partir da atividade de Planejamento - de pensar a instituição onde eu trabalhava, as relações de poder, como elas se davam nessas instituições, no Estado e no território - mas tudo isso não estava claro na minha cabeça, agora contando é que a coisa está mais trabalhada. Leo meu texto [hoje] e acho ele super ultrapassado, quase tenho vergonha dele [risos]. Porque é um pouco instrumental, eu tinha uma visão instrumental naquele momento. Eu estava falando sobre Planejamento, pensando quais eram as demandas da mulher. O que é bom do meu texto? É que acabei entrando em temas que até hoje são importantes. Por exemplo, a questão da propriedade da terra. Como as mulheres acessam a propriedade? Em geral elas herdam, porque não conseguem comprar, porque não estavam no mercado de trabalho, e não têm renda. Elas não são proprietárias. Mas pensei: 'Será que a luta é por propriedade? Será que a luta da mulher não deveria ser uma luta, ao contrário, pela diluição da ideia de propriedade, pela idéia de posse coletiva, de bens comuns - que é o que a Silvia Federici fala hoje? Para mim, esse texto foi super importante, mas hoje merece ser revisto. Fui olhando várias questões: como gênero aparecia na luta por moradia, por creches. Fui conhecendo uma literatura que já tinha olhando para essas mulheres, isso foi super importante... O limite do texto é que tem uma crença de Planejamento antiquada, hegemônica, baseada na transformação pelo Estado ou na sua relação com os movimentos sociais de forma muito tradicional, muito pouco transformadora, ainda na chave da propriedade. Eu dou uma função para essa propriedade, mas, e se não houvesse propriedade, se tivéssemos formas comunitárias de organização?'. Algumas coisas um pouco mais radicais, que eu não enxergava naquele momento, hoje começo a pensar nesses temas, balançando minhas utopias, o que acho que é bom.

Tem outra coisa desse texto que me incomoda é que, assim como muitos dos textos que eu li naquele momento, ele é baseado em uma literatura muito branca, de mulheres brancas universitárias. Que é onde estou, então é difícil para mim tirar essa voz. Agora estou muito sacudida, pressionada por uma série de compreensões que colocam outras questões, que são as chaves da interseccionalidade, que pego emprestado das negras norte-americanas, mas também da Lélia Gonzalez, brasileiras que também já estavam falando sobre a questão gênero-raça-classe (pois a gente costuma dar o título para as americanas). É uma literatura que eu descobri agora, que eu estou descobrindo junto com as alunas, intergeracionalmente. Porque não tenho mais uma relação hierárquica com minhas alunas, de que eu tenho conhecimento e mostro para elas, elas que me trazem. É um processo de aprendizado novo que coloca a gente em outros patamares, muito diferentes da relação professor-aluno [tradicional].

Ministrei agora uma disciplina, ‘Cidade, Gênero e Interseccionalidades’, e no final do curso, um aluno falou: ‘Interessante essa disciplina, Paula, em que você mesma só deu uma aula.’ Eu parei para pensar: eu bolei todas as aulas, todos os convidados, os textos, junto com um grupo de pessoas, e me dilui nessas pessoas, e achei isso maravilhoso, transformador. Achei que o que ele falou era um pouco crítico, como se fosse por preguiça, quando na verdade é exatamente o contrário, dá um super trabalho você fazer em conjunto, ouvir as vozes, incorporar coisas novas.

Agora, por exemplo, estamos em quarentena, os alunos esperam que eu prepare uma aula. Eu sei preparar uma aula, preparam aula e fico falando sozinha por horas, como estou fazendo agora [nessa entrevista por vídeo]. Agora, qual o sentido? Não vejo sentido nisso, já que aprendizado é troca. Tenho muito o que aprender e, na verdade, acho que estamos construindo juntos essa concepção de gênero, cidade e interseccionalidade. Acho sinceramente que é meu dever como professora mostrar na leitura da cidade essas diversas formas de opressão estruturais, históricas, patriarcais, de raça, de classe... Eu tenho que colocar essas chaves gerais de leitura

da cidade que promoveram essa opressão, essa desigualdade, essa vulnerabilidade. Então, eu preciso trazer essas [outras] vozes. É difícil trazer por que a academia é muito branca e muito de elite. Mas ela está se transformando.

Como o recorte de gênero pode contribuir para o Planejamento urbano? Pensando também na relação do gênero com a função social da propriedade...

Hoje não acho que o Planejamento de gênero tenha uma questão de escala. Acho que é um erro do meu texto. Acho, primeiro, que o Planejamento é multi-escalar e que as mulheres devem estar atuando e transformando em diversas escalas. Não vejo mais como o lugar de debate, onde as mulheres tem que mostrar sua posição, sendo [apenas] o do desenvolvimento local, nas oficinas locais. Acho que a gente apostou, por conta do processo de democratização, em duas agendas: uma, de democratização e instrumentos para participação para a gente fazer a democracia no campo do urbano, e dois, uma escala municipal, que vinha das experiências de desenvolvimento local. A gente foi achando que a transformação tinha que ser pensada nessa escala e a melhor forma e o método para chegar perto das questões das mulheres é ir na base, ir no local. Isso segue sendo muito importante, mas acho que a mulher está ganhando uma voz em outras escalas. Na hora que a gente faz uma campanha como foi a do “elenão”, aquilo não é uma organização de bairro, ou de chegada de equipamento, ou instrumental. É uma mudança de esfera de poder onde as mulheres estão pautando o debate, e colocando sua posição. Tem um alto poder de transformação, acho. Diferentemente do que eu pensava, não acho que a gente deva ficar restrita a escala local para transformar o urbano. Temos que pensar e atuar em todas as escalas, lógico que a local é uma delas, mas ela não tem a preponderância que eu via antes. O que o olhar de gênero pode construir para o Planejamento urbano, primeiro, é a noção de que a cidade não é igual para todos: a ideia de equidade, de trabalhar diferentemente os desiguais, para

mim, é muito importante. A mulher tem uma vivência da cidade muito diferente [da do homem]. Vou traduzir para uma pessoa que não entende essa abordagem como isso afeta o cotidiano dela (é horrível porque parece que a gente acaba se restringindo a isso, e parece que virou instrumental). Vou dar um exemplo: as mulheres, na metrópole paulistana, andam mais, usam mais transporte coletivo do que os homens, que usam mais carro, transporte individual, que tem um efeito de poluição muito maior e tem uma escala de circulação maior. E quem são esses homens? São os homens que vão fazer as políticas rodoviaristas, fazer a quinta, sexta e sétima pista na Marginal. Enquanto para as mulheres a reforma que mais afetaria o seu cotidiano na mobilidade seria a dos espaços públicos, das calçadas, o caminho da casa até escola, ou seja, [intervenções] mais locais e menos metropolitanas. E que permita que ela faça mais paradas. A abordagem do transporte, ao invés de ser essa que historicamente pensa o transporte casa-trabalho, teria que trabalhar todas as etapas, os pequenos trajetos que a mulher faz. Para a mulher, importam mais as políticas de mobilidade ativa, para o espaço público, do que as rodoviaristas. Difícil esse discurso. Ele é importante para fazer emergir o fato que a cidade é diferente para mulheres e homens, mas não ajuda na hora de encaminhar [as políticas], por que cria um antagonismo. Então vem as pessoas e falam: 'Paula, mas você está querendo separar as calçadas?' Aí penso: 'Nossa.. não adiantou nada...' Estou tentando explicar, mas não tangenciou um público que eu preciso atingir. Por que a grande dificuldade de você ter uma abordagem de gênero, é que o planejamento tem como objetivo ser bom para todos, se preocupar com a totalidade, com o universal. E a abordagem de gênero fala: na hora que você pensa esse universal, ele tem poder, ele está sendo pautado por relações de poder, então ele é branco, masculino, de elite, e não está preocupado com as diversas formas de opressão que o território faz emergir, como são o racismo estrutural, como as relações patriarcais históricas. Então a gente toca nas feridas da sociedade. E como que transforma o Planejamento? Fica menos óbvio, não é uma questão só de onde colocar os equipamentos, é uma ques-

tão de inversão mais global, de como a gente pensa as políticas. É lógico que é uma inversão que vai pensar políticas que vão ser boas para todos, mas vão ser pensadas também privilegiando uma mudança, para que a cidade seja mais acolhedora para as mulheres. Por exemplo, a cidade é vista por algumas autoras como um lugar inseguro - e várias pesquisas mostram que essa insegurança não necessariamente tem uma relação com vitimização (ou seja, não tenho medo de ser estuprada por que fui, mas por que posso ser). Essa insegurança bate diferente nos diferentes corpos: uma pesquisa que a gente fez como movimento LGBTQ+, em entrevistas com algumas travestis, elas disseram: 'A gente tem medo de ficar na rua e ser morta. Vir alguém numa ação homofóbica e me matar'. Entrevistando as mulheres, elas têm medo de serem estupradas. Entrevistando homens, eles têm medo de ser roubados, é uma questão de patrimônio. A insegurança é sentida de diferente maneiras e esses corpos vão para a cidade, e se protegem em relação a essa insegurança, de diferentes formas. Eu li um depoimento de um aluno que dizia 'Eu saio menino de onde eu moro, vou me transformando no ônibus. Quando chego na FAU, mudo de roupa, faço umas coisas e aí eu faço uma outra performance de gênero'. As mulheres vestem roupas específicas, saem em horários específicos ou pegam um transporte específico... escolhem como elas vão sair, muito [baseado na insegurança] e também, por vezes, não vão, veem a cidade como uma ameaça cotidiana, o que vai moldando suas relações com o espaço público.

E por fim, afirmar que a mulher é um ator relevante para reforçar a função social da propriedade é porque ela quer uma cidade vivida, com pessoas. Para ela, lugares abandonados, à espera de um uso, são lugares inseguros. Muito mais do que para os homens e com ameaças diferentes em relação a eles. Essa função social, então, estou traduzindo como rua com vida, o que a gente durante muito tempo traduziu como rua iluminada. Mas uma rua super iluminada e vazia, a mulher não vai. Então, a gente não precisa só de infraestrutura que dê condições a esse circular com segurança, mas também que faça uma cidade vivida. O que é bom para todos,

mas especialmente para as mulheres. Elas escolhem esses lugares em geral para passar, para ter maior segurança. Lógico, não é todo lugar, outro dia me vi atravessando a rua porque tinha um boteco cheio de caras olhando todos para mim. Eu atravessei e fui para a outra calçada. Às vezes a cidade vivida inibe a mulher [risos], mas é neste caso [específico]. Quando você está entrando em um território sem diversidade, o que te ameaça é aquele grupo social concentrado.

ENTREVISTA REALIZADA NA CASA DA ENTREVISTADA EM 18 DE FEVEREIRO 2020.





BEATRIZ TONE

174

GRADUAÇÃO

1996 - 2002 FAUUSP

PÓS GRADUAÇÃO

2007- 2010 Mestrado FAUUSP. Título: Notas sobre a valorização imobiliária em São Paulo na era do capital fictício. Orient. Paulo César Xavier Pereira

2011 - 2015 Doutorado FAUUSP. Título: São Paulo XXI: valorização imobiliária e dissolução urbana. Orient. Paulo César Xavier Pereira

ATIVIDADE PROFISSIONAL

Docente Departamento de Construção Civil do Instituto Federal de São Paulo (2017- 2019) e no curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade São Judas Tadeu (desde 2013)

Integrante da Usina CTAH (2001 - 2012)

175

Vamos começar pela sua formação: em que ano e em qual instituição você se formou, e como você relacionaria esse período com o contexto da época?

Bom, eu ingressei na FAUUSP em 1996. Naquele período... deixa eu fazer as contas: a gestão Erundina tinha acabado de terminar, estávamos na transição Maluf-Pitta. Eu me lembro que na FAU se buscava fazer um balanço de tudo que havia sido feito na gestão Erundina e debater o porquê do fracasso em não reelegê-la e, ainda por cima, ter eleito o Maluf e, em seguida, ele fazer seu sucessor. Lembro muito bem que um dos primeiros debates que eu vi lá na FAU era uma mesa com Nabil [Bonduki] e Ermínia [Maricato], e eles comentavam sobre essa derrocada horrorosa, depois de tantas experiências riquíssimas na gestão Erundina. Por outro lado, [falam] de algumas coisas complicadas também... contavam dos processos que estavam respondendo pela atuação nas instituições do município. Naquele momento, eles estavam fazendo um mutirão para responder àqueles processos que criminalizavam ações que eles promoveram na primeira gestão petista aqui em São Paulo. E lembro que fiquei bem [impressionada]... Eu não sou daqui, não sou de São Paulo, vinha de Ribeirão [Preto], estava chegando, não conhecia a metrópole, caipirona lá de Ribeirão [risos]. Esse foi meu primeiro contato com a problemática urbana aqui em São Paulo e com as questões relacionadas à política pública aqui.

Naquele ano houve também uma greve, que paralisou as atividades não sei por quanto tempo [provocando] uma grande mobilização. Naquele período as greves eram sempre um momento de muita formação política e mobilização. Não tínhamos aula, evidentemente, mas várias atividades de formação eram feitas nesse tempo, para discutir os problemas da universidade pública, da atividade docente, as condições de trabalho dos funcionários, o próprio ensino público, enfim.. Também foi um primeiro contato com a política universitária. Eu nunca fiz parte do grêmio da FAU nem do movimento estudantil, mas sempre tive amigos que faziam e eu acompanhava junto.

Nessa época, logo depois, acabei me engajando na equipe editorial da revista Caramelo, que estava editando o número 10. Isso já em 1997. Era um grupo muito legal, porque mesclava estudantes de vários anos e nós tínhamos liberdade para debater, escolher o que publicar e o que abordar na revista. Então, de certa forma, o Grêmio, a Caramelo e depois o Labhab dos alunos, eram três coletivos que formavam uma frente de discussão política e atuação muito interessante, de certa forma complementar [à formação institucional], com muitos de nós participando dos três, ou de dois, ou de um [deles].

Acho que é isso... você perguntou do contexto político, era a era FHC, então a gente achava que estava no fundo do poço [risos]... Agora, neste contexto [atual], dá para dizer que o fundo do poço mudou bastante... [risos] Estou fazendo piada, mas é claro que a gente sabe que várias questões que nos trouxeram para esse contexto atual vêm atravessando todos os governos. Esse mesmo centrão que impede a votação do impeachment, impede a impugnação da chapa, que blindou o governo Bolsonaro, esse mesmo centrão foi comprado pelo FHC. Ele negociou com o Lula com o mensalão, ele negociou sempre. Então, no fundo, são questões que estão atravessando todos os governos e que não foram nunca resolvidas ou superadas, não é?

A questão de gênero, no momento da sua graduação, aparecia de alguma forma?

Ela aparecia, mas de uma maneira muito periférica e pouco nomeada. No âmbito da FAUUSP, por exemplo, olhando para trás, fui perceber situações de assédio claro - entre professor e aluna sobre tudo -, várias situações de desrespeito e tudo mais. Mas na época isso gerava um desconforto, perplexidade, a gente comentava entre amigas o que tinha acontecido, mas não dava nome. 'Foi assédio, desrespeito, machismo, a gente tem que ir para cima para mudar isso porque assim está ruim' Não tinha esse segundo passo.

Ontem mesmo eu estava fazendo uma banca de TFG e eu comen-

tava que isso mudou muito, fico muito feliz quando eu vejo a articulação das alunas. Na FAUUSP, no Mackenzie, na São Judas, que é onde dou aula, e por tudo quanto é canto.

No Instituto Federal, onde eu também dei aula, é outro nível. Lá vivi uma situação muito interessante. Lá o curso de arquitetura é novo, formou a primeira turma acho que no ano retrasado, e veio do curso técnico em Edificações, que era um curso primordialmente estruturado e desenvolvido por homens brancos, bem conservadores e bem machistas. E esses professores estão tendo problemas seríssimos hoje no curso de arquitetura. Tenho amigas que tiveram aulas com alguns deles e contam vivências horrorosas em sala de aula, pesadíssimas. E eles continuam com as mesmas práticas - não perceberam que o mundo mudou - agem do mesmo jeito e, vira e mexe, dá a maior confusão...

Se tem uma coisa que mudou da minha época pra cá, é isso. A mobilização feminina contra isso tudo e também a questão do movimento de resistência negra. A afirmação da identidade negra também é outra frente que mudou muito, e também a LGBTQ+. Mudou muito, muito. Espero que continue assim porque ainda tem muito chão para a gente superar esses problemas.

Quanto à presença de mulheres no momento de sua formação, como era a proporção em relação aos homens?

A nossa turma era meio a meio, eu acho. Ainda não tinha virado - quer dizer, não sei como está hoje na FAU, por que na São Judas há bem mais mulheres, e no Instituto Federal também. Então, rolou uma... "feminilização" do corpo discente...

As professoras eram minoria. Elas se concentravam no Departamento de História. No Departamento de Projeto elas se concentravam em Planejamento, Paisagismo e quase nada em Projeto. E algumas no Desenho Industrial e em Programação Visual. A grade era diferente, a estrutura curricular era bem diferente. Meu ano foi o último com uma série de professores que se aposentaram [em seguida] e [com] a grade antiga. No [Departamento] de Tecnolo-

gia havia bem pouca mulher. E de referência bibliográfica... muito pouco. A gente teve sorte que por volta de 1997, 1998, lançaram o livro da Lina [Bo Bardi]. O livro cinza, que foi o primeiro, lembro que foi um alvoroço... Mas [a reação] não era "olha que incrível uma arquiteta, uma mulher". Agora eu lembrei de uma coisa muito engraçada. Na época eu estava de rolo com um colega e aí saiu o livro da Lina, do Artigas, veio vindo uma sequência de livros - aqueles quadradões, grandões. A gente teve uma discussão horrível por que eu afirmava que o trabalho da Lina era muito mais incrível, importante, significativo, olhando para frente... E ele firmava o pé, dizendo que era um absurdo, porque o Artigas tinha feito a FAU, e a quantidade de obras era incomparável... quase falando que o trabalho da Lina era insignificante. Aí fiquei furiosa, falei 'que absurdo!'. Mas eu não conseguia ver o problema, sabe? Era como se nós estivéssemos discutindo a obra de dois arquitetos e ponto. Não tinha essa questão da invisibilidade.

E como foi, após a sua formação, o início da trajetória profissional? Nessa experiência, como era a presença de mulheres?

Durante os anos da graduação começou a ganhar força a discussão sobre o neoliberalismo. Isso pautava todas as agendas, cada vez mais. Então, algumas questões que estavam anunciadas naquele debate que nós assistimos (a turma que entrou comigo) do Nabil e da Erminia, foram ganhando (para mim pelo menos) mais clareza sobre do que se tratava. [O debate era entre] um modelo que estabelece políticas públicas universais a partir de um Estado forte, ou políticas altamente neoliberais de desmonte, de parcerias público privadas. Nesse embate, o neoliberalismo foi ganhando cada vez mais força.

Eu me formei em 2002 mas tinha ingressado na Usina em 2001, um ano antes, como estagiária. Entrei na Usina a partir de um convite. Na época os movimentos faziam várias ocupações em prédios vazios, aqui em São Paulo, denunciando a valorização imobiliária avassaladora e a enorme existência de prédios vazios, equivalentes

em número do déficit habitacional. O Nabil era vereador naquela época e formou uma comissão de estudos para Habitação de Interesse Social no centro. Essa comissão se reuniu por um tempo na Câmara dos Vereadores, trazendo muita gente para debater: desde militantes dos movimentos que atuavam ali no centro até profissionais da área da arquitetura e urbanismo, gestores públicos.. Enfim, um monte de gente super interessante, e ali eu conheci o Pedro [Fiori Arantes].

Aliás, olha como são as coisas: [risos] eu fazia parte da Caramelo e a gente estava querendo escrever um texto sobre a Câmara dos Vereadores, quais eram os âmbitos de discussão das políticas urbanas em São Paulo. Aí, duas outras colegas da FAU e eu fomos na Câmara e descobrimos essa comissão. Quem nos recebeu lá foi a Luciana Royer, que atualmente é professora da FAU. Nós começamos a frequentar essas reuniões, e lá eu conheci o Pedro, que me falou que estavam precisando de gente na Usina., Assim, fui trabalhar lá.

A Marta [Suplicy] tinha ganhado a eleição e tinha como proposta “residual” o resgate da política de mutirões. “Residual” porque eles investiram mais nos formatos tradicionais de construção e projeto. Entre na Usina como estagiária [nesse momento] para retomar a discussão do projeto do mutirão Paulo Freire. Eles já tinham feito uma rodada, mas o projeto tinha ficado engavetado por total inabilidade. Então, nesse momento, com a perspectiva de retomar para valer, de começar a obra, resolveram rediscutir o projeto do zero. Entre na Usina junto com a Jade Percassi, que é educadora e cientista social, e mais um bocado de gente... uma leva nova de estudantes e profissionais recém-formados. E a Usina, nessa época, acaba tendo vários trabalhos novos.

A Usina participou ativamente da formulação do plano de governo, junto com os movimentos. Então, havia algumas frentes de trabalhos que vinham dessa discussão anterior. Vou citar três, que eu lembro agora. Primeiro, a retomada dos mutirões: naquele momento a Usina estava desenvolvendo o projeto junto com o movimento Leste Um - que era o [mutirão] Paulo Freire e uma comunidade organizada chamada Vila Simone . Houve também o Bairro

Legal Cidade Tiradentes, que era uma discussão para diretrizes urbanas do bairro de Cidade Tiradentes. E houve outra - agora não me lembro o nome do programa, havia um nome no Centro Vivo - que era um movimento que congregava estudantes, assessorias e movimentos - e a gente discutia muito do que foi implementado no plano, depois mudou o nome, acho que era Morar Perto. E era justamente um programa que estudava a viabilidade de HIS no centro expandido de São Paulo. Esses bairros foram divididos, setorizados, e cada setor foi desenvolvido por uma assessoria técnica diferente, em parceria. A Usina fez a Mooca e o Glicério, se não me engano - (eu não fiz parte desses dois projetos).

Então, a Usina começa o primeiro ano da gestão Marta com vários trabalhos novos. Fora outros, que já estavam em andamento. Mas eu entrei de cabeça no projeto do mutirão Paulo Freire, participando desde o começo. E ao longo dos 10 anos que eu fiz parte da Usina, trabalhei do começo ao fim em dois mutirões. O Paulo Freire, obra que começou em 2002 e foi até 2010. E a Comuna da Terra Dom Tomás Balduíno, um assentamento do MST que fica pertinho de Franco da Rocha. E é interessante perceber a diferença entre as duas formações. O mutirão Paulo Freire foi feito junto com o movimento MST Leste 1, que faz parte da UMM (União dos Movimentos de Moradia), e é um movimento com o qual historicamente a Usina mais fez projetos, mais militou. É a nossa maior parceira, digamos assim.

Era bem interessante, porque quando a gente começou, a velha guarda da Usina - o João [Marcos de A. Lopes], o Mário [Luis Attab Braga] e o Wagner [Romão], que são os fundadores - estavam se afastando e tentando passar a bola para a nova geração. O Wagner estava nesse período trabalhando na gestão pública, o Mário estava concentrado nas atividades docentes (lá na Unimep em Piracicaba), e o João estava fazendo a transição para virar professor em tempo integral lá em São Carlos [IAU USP]. Eles vinham para São Paulo para passar a bola para gente, e quando a gente começou a fazer o cadastro das famílias, para saber a composição (idade, gênero, renda), o João ficou espantado... A Jade Percassi que havia

formulado as perguntas para fazer o cadastro, junto com a coordenação do mutirão e com a nossa coordenação meio periférica. Quando agente foi tabular os dados, a primeira coisa que vimos era que a maioria dos representantes eram mulheres. Esmagadora, não tenho os números, mas algo tipo 70% ou 80%. Porque você tem uma família, por exemplo, um núcleo familiar de 5 pessoas, você indica uma pessoa para ser representante no mutirão, pode ter um suplente e essas pessoas podem se alternar tranquilamente. O que acontecia era que o 1º representante era quase sempre mulher e essa alternância não era frequente. Então, nos fins de semana a maioria das trabalhadoras mutirantes eram mulheres. Como consequência, quase não tínhamos trabalhadores da área da construção civil dentre os mutirantes. O que era um quadro totalmente novo. Quando a gente foi começar a distribuir as frentes de trabalho, ver o que poderia ser feito em mutirão e o que deveria ser feito com trabalho contratado, João e Mário falavam 'nossa, que diferente que é daquela primeira geração de mutirões...'. Então isso teve repercussão na forma como a gente organizava os trabalhos. E gerou, inclusive, alguns momentos tensos.

A gente planejava como distribuir o trabalho com o mestre, o Ataíde (um mestre incrível. Um professorzão nosso. Imagina, eu, Pedro, Heloisa Diniz, éramos recém formados, inexperientes em obra; o João estava formando a gente e o Ataíde era o grande professor na obra. Mas era machista... [risos]). E daí ele falava 'Ah, Bia! Essa frente aí tem que por fulano e cicrano, e as mulher a gente põe na limpeza!' [risos] Chegou uma hora que eu falei 'Não, Ataíde, que tal mesclar? Aí as mulheres vão aprendendo também, a gente vai ter mais possibilidades de configuração das frentes de trabalho etc'. Mas isso exigia certa perseverança nossa na conversa com ele. Porque ele que era nosso professor no canteiro de obras, mas por outro lado, a gente precisava fazer ele rever algumas decisões que para ele estavam certas. Com o tempo, ele foi dizendo: 'Ó, é verdade...' . Lembro direitinho quando a gente começou a parte de dobrar armaduras, depois de um tempo, ele percebeu que as mulheres aprendiam e faziam até mais bem feito, digamos assim (é um clás-

sico não é?). Aí, ele dizia 'Ah, é verdade...' [risos] É engraçado isso. Mas mesmo em termos de coordenação, naquele tempo, quando eu comecei, os coordenadores eram quase todos homens. E no final, eram quase todas mulheres. Como o processo foi muito difícil, cheio de embates, prolongou-se por 10 anos - mais de 10 anos na verdade, se considerar que começou no último ou penúltimo ano da gestão Pitta - nesse processo os homens foram abandonando o barco... Ou sendo empurrados para fora do barco, alguns... [risos] E as mulheres foram assumindo a coordenação. De uma forma muito interessante, sabe? Quando eu entrei, tinha uma figura, que era o coordenador geral há muito tempo, que tinha umas condutas muito estranhas - típicas de homem -, de autoritarismo, de querer centralizar as decisões, de decidir para depois impor e arrebanhar... E a conduta da Rose [Roseane Pinheiro] e da Cris [Cristiane Lima], que de certa forma foram tomando cada vez mais a frente (hoje a Cris é coordenadora geral da Leste 1 ou pelo menos até ano passado), foram muito impressionantes, e sempre um trabalho conjunto nosso com elas.

No canteiro, [houve] um monte de episódios.... Lembro da primeira concretagem que fui acompanhar sozinha de fim de semana. Morrendo de medo, imagina, recém formada. Eram cinco caminhões de concreto, para concretar a fundação de vários prédios, e eu que ia estar lá [como responsável]. 'Bia, você está com celular, qualquer coisa me liga...'. Aí era batata: as pessoas chegavam 'Eu quero falar com o responsável da obra' e ficavam procurando. Me viam com o capacete branco, 'Não é possível, uma menina...' [risos]. E o pessoal falava: 'Não, é ela, ela mesmo' [risos]. Nessa primeira concretagem - juro para você - a gente fez o teste *slump* e o concreto estava zoadão. Eu falei: 'Moço, desculpa esse concreto, não vou usar, pode ir embora.' O segundo caminhão chegou. E deu o mesmo problema. [risos] Aí liguei paro o Wagner, ele que estava na retaguarda: 'A gente fez o *slump* e deu tanto, tá parecendo uma sopa esse concreto!' ele: 'Nossa, Bia, isso nunca me aconteceu. Foi azar de principiante, mas é isso, manda embora.' Sei que fiquei sendo a "japonezinha chata" que era responsável pela obra da Paulo Freire.

[risos] Na concretagem seguinte, os motoristas já chegavam: 'Ah, é você de novo'. [risos]. Eu falava: 'Mas gente, vocês que fazem coisa errada e eu que sou a japonezinha chata?'. [risos]

Uma outra vez, outra concretagem, estávamos eu, Heloisa e Ataíde, nosso anjo da guarda e professor. Aí tinha que usar o vibrador, claro, para adensar o concreto, tem que usar. E a gente sempre teve dois. Se um desse pau, você teria um reserva. Chegou, o pessoal despejou o concreto, e foi ligar o vibrador: não funcionava. Olhamos pro Ataíde, que disse: 'Tem que pegar o reserva!'. Pegou o reserva: não funcionava. Aí a gente se olhou.... 'Fudeu e agora?'. Uma das meninas, acho que a Cris ou a Rose, deu a ideia de pegar emprestado do Unidos Venceremos, o mutirão de baixo, e aí deu tudo certo. Mas, gente... tem a sorte de principiante e tem o azar de principiante... [risos]

E nisso, era um festival de vendedor, fiscal da COHAB, tudo quanto é gente chegava: "Eu quero conversar com o responsável da obra", e eu ou Heloísa na frente da pessoa: "Sim, pode falar!" [risos]. Ou chegava e dizia: "Eu quero falar com o responsável do financeiro", e a mesma coisa, estava lá a Rose, na frente da pessoa. [risos]

O canteiro da Dom Tomás já era muito diferente. Era quase só homem. Na obra, tinha só homem e uma única mulher que participava. Uma. Por que ela era mãe solo e não tinha quem fosse no lugar dela. E o machismo era bem mais pesado do que na Paulo Freire. E bem pouco conversado. Porque na Paulo Freire, entrava em pauta em assembleias e em conversas cotidianas nossas. No Dom Tomás, não. E a gente até brincava na Usina, nas nossas conversas e reuniões gerais: 'É... o MST (naquela época, hoje já mudou muito eu acho) é super revolucionário nas grandes pautas, mas no trabalho miúdo cotidiano, é complicado'... E o mutirão Paulo Freire, naquela época, tinha uma posição, digamos assim, reformista. Com trabalho no cotidiano, de formação política miúda, que eu acho fundamental, porque é isso que muda as pessoas e a sociedade de uma forma consistente, muito mais significativa, muito mais às claras. Então, havia esse descompasso. E a gente conversava sobre esse descompasso na Usina.

O quanto você acha que essas experiências podem ter contribuído para a autonomia dessas mulheres?

Ah... isso é um fato. Ontem mesmo eu estava conversando com a Diana, que é uma das mutirantes lá da Paulo Freire. Ela tinha um contexto de vida super complicado e foi soltando as amarras lentamente durante o mutirão. Mas os casos mais emblemáticos são os da Rose e da Cris, claro. A Cris começou o mutirão como "a esposa do Chico", que era o coordenador financeiro na época. O Chico abandonou a frente e a Cris assumiu. Foi até o fim e agora é liderança da Leste 1. A Rose era dona de casa quando começou o mutirão. Totalmente submissa ao marido - ela quem fala, não eu. Do meio para o final do mutirão, ela foi assumindo mais e mais as responsabilidades, e virou a coordenadora geral do mutirão. No fim, ela se separou do marido e, quando a obra ficou pronta, ela foi morar sozinha. Depois disso, a Diana, que também era casada, super-submissa, separou quando terminou o mutirão e ficou com os filhos lá. As três fizeram faculdade depois disso, estudaram, e hoje em dia têm um papel super importante na Leste 1, na militância, e também como profissionais. Vou ficar nesses três exemplos, mas muitas mulheres passaram por um processo de mudança.

O mutirão de fim-de-semana tem muitas questões importantes, que o Chico de Oliveira aponta de uma maneira enviesada e às vezes equivocada, mas tem. A questão do sobretrabalho é uma questão complicadíssima e inclusive a Usina sempre, nos mutirões mais recentes, tentou diminuir esse sobretrabalho. [Mas] no fim, não é só sobretrabalho. Porque era durante os fins-de-semana, nas horas de almoço, nas horas livres de socialização, que essas mulheres conversavam e percebiam que o problema era o mesmo; que a violência doméstica era a mesma, que a submissão ao marido era a mesma. Muitas delas trabalhavam como domésticas e diaristas durante a semana, durante o fins-de-semana iam para os mutirões. E levavam os filhos. Por que os maridos, nem ficar com os filhos enquanto elas estavam no mutirão, ficavam. Então era nessa hora de almoço, no final do dia, essas conversas aconteciam: [viam] que

uma começou a mudar, a outra viu e também falou 'vou reagir'. E foi isso, acho, que foi desencadeando, sabe? Uma vai encorajando a outra. E, é claro, com suporte nosso, de certa forma. Por que a Jade [Percassi], depois o Tiarajú [Pablo D'Andrea] e outros cientistas sociais e educadores da Usina, de certa forma contribuíram para que essas discussões acontecessem. Por que no levantamento cadastral, foram levantados também alguns temas importantes para trabalhar em atividades durante a obra, temas geradores para fazer algumas atividades. A questão de gênero era um deles. Então sem dúvida nenhuma, durante esse trabalho de fim-de-semana é que essas conversas aconteciam. E sem o trabalho de mutirão isso não ia acontecer com a mesma potência. Então, acho bem complicado falar: 'é sobre trabalho, somos contra', por que você não vê que também tem a possibilidade de rolar uma formação política no cotidiano, que é, acho, mais transformadora do que participar de uma assembleia uma vez por mês, duas ou três. Não cria lastro para grandes mudanças...

Existia um debate da possibilidade desse sobretrabalho ser remunerado?

Claro, claro que sim. Na realidade, sempre que o movimento vai negociar 'Ah, então tá, os custos da obra foram esses etc... mas teve não sei quanto de trabalho mutirante'. Não é pago diretamente, mas entra na conta. A gente já fez outras tentativas também, mas sempre de uma forma improvisada.

Por exemplo, mesmo no mutirão Paulo Freire, tinha uma época que o desemprego estava muito alto e alguns mutirantes que eram trabalhadores da construção civil tiveram interesse em assumir algumas frentes de trabalho durante a semana, que é quando a obra funciona como um canteiro convencional. Eles organizaram o que a gente chamava de proto-cooperativa. Em vários mutirões da Usina, com maior ou menor sofisticação, essas cooperativas existiram. Talvez o caso mais emblemático seja o do COPROMO, em que uma cooperativa realmente foi estruturada, chegou a produzir painéis,

caixas de escada metálica e tal. Era uma terceira via possível, sabe? Mas o trabalho em cooperativa, exige condições concretas que são complexas, e isso sempre era motivo de debate na Usina. Na minha opinião, se você não tem 10 ou 20 trabalhadores convictos de que organização cooperativa é a organização e que, portanto, o pagamento não vai ser de acordo com a produtividade, cabeça por cabeça, não rola. Se você tem um que acha que tem que ser cooperativa, e 10 que precisam de trabalho e vão encampar o trabalho, mas não acham que cooperativismo é a forma de fazer acontecer, não rola. Uma hora degringola. Casos de proto-cooperativas que descambaram, que acabaram sendo desmontadas, viraram trabalho cabeça por cabeça - e os ex-proto cooperados viravam gato - eram recorrentes. Mas aí é uma discussão muito ampla.

A Usina tem nela mesma um funcionamento que em certa medida contrapõe a lógica hegemônica de produção da arquitetura, através dessa defesa do cooperativismo, da autogestão e da horizontalidade, que você falava acima. De que forma - ou até que ponto - você acha que esse discurso se aplicava na prática do escritório, pensando também na relação entre homens e mulheres?

Eu considero que era um modelo - modelo não, porque modelo a gente nunca nem quis ser - mas que tinha práticas diferentes, mesmo que não isentas de problemas. Por que nós todos somos frutos da história. A gente é forjado no contexto histórico, então é difícil a gente romper com a situação.

No projeto da Paulo Freire, por exemplo, eu lembro que em determinado ponto a gente chegou numa implantação geral. Trabalhando, varando noite, a partir da discussão com os mutirantes... a gente chegou numa implantação geral. O desafio era que o terreno era muito pequeno. Era o terreno mais denso de todos os projetos da Usina até o momento. Era um desafio, porque inicialmente a COHAB tinha proposto um projeto padrão implantado no lote, que, simplesmente, tinha metade das unidades viradas para a face sul.

Então o desafio era esse: provar que naquele terreno cabiam unidades de, não 42, mas 56m², e todas elas com orientação adequada. A gente fechou o primeiro quebra-cabeça e foi apresentar o projeto na assembleia.

Eu me lembro que as famílias [falaram]: ‘Então, a unidade está boa e tal, mas não tem um espaço livre esse projeto. Tem duas linhas de prédio, tá parecendo dois muros, não tem uma pracinha, um lugar pra brincar...’ Essa parte não está boa’. E não estava mesmo. [risos] A gente olhava a maquete e pensava ‘já foi tão difícil chegar nesse desenho aqui...’ Esse desenho de implantação ficou em cima da mesa uns três dias. E o João [disse]: ‘A solução vai ser mesmo fazer estrutura metálica, por que a gente pode fazer vãos maiores com pórticos, suspender umas unidades e tal’. Eu cheguei, ele estava lá como desenho na mesa, fiquei com o desenho um tempo, fiz alguma coisinha que mostrava que ia dar samba, mas ainda não deu. Por fim, o Mário - que nem fazia parte da equipe... (foi isso? nem lembro mais...) falou: ‘Não! É só fazer assim!’. E aí chegamos na implantação final. [risos] Era isso, um desenho todo bagunçado, vários papéis manteiga, cada um chegava e ia conversando com o outro. [risos] Esse processo criativo inicial era assim, mesmo a maquete que a gente havia mostrado em assembleia... Isso era uma coisa muito interessante na Usina, porque sempre tinha a equipe de cada trabalho, cada projeto em andamento, mas na reunião geral, fazia-se uma discussão sobre as principais questões de todos os projetos. E portanto todos os integrantes podiam opinar e debater sobre as questões de todos os projetos. Era interessante. Em alguns momentos a gente fazia um mutirão interno para trabalhar alguma coisa; uma maquete, um projeto executivo, etc.

Agora, tinha uma divisão de trabalho, sim. Por exemplo, o mutirão Paulo Freire, quem desenvolveu o projeto executivo, como cadista, fui eu, Heloisa, Luciana Ferrara, com apoio da Renata Moreira e Guilherme Petrella em alguns momentos. João, Pedro, Mário fizeram até a parte da concepção com desenhos à mão. Essa transformação da concepção inicial num projeto executivo foi feita por nós. É um trabalho exaustivo no Autocad, com idas e vindas, resolvendo

também a sobreposição com os outros projetos (estrutural, infra-estrutura condominial etc).

Claro que tem esse fenômeno de que, quando chamam para debates, entrevistas, etc., vejo que os homens são mais chamados. Na Usina, a partir do momento que comecei a participar, eu e várias mulheres, quem sempre foi a pessoa mais publicada nossa geração, foi o Pedro [Arantes]. E por vários motivos. O principal, acho que pela capacidade de articulação política, oratória e potência criativa mesmo. E tem o fator ser homem. E antes era o João, acho. Eles vão ficar bravos comigo, mas era [risos] E teve uma linhagem de mulheres, que estava lá no dia a dia, carregando o piano [risos], mas nós nunca fomos muito midiáticas. Talvez a mais midiática seja a Isadora Guerreiro. Houve a Joana Barros, eu, que segurei bastante o piano, junto com a Heloisa e a Jade, depois veio a Isadora... E agora está lá a Kaya Lazarini.

Quanto à produção coletiva é isso... Mas tem muita gente [que fala:] ‘Ah, o projeto do Pedro’. E a gente fica ‘Como assim o projeto do Pedro? Vou te mostrar a planilha de horas de quem trabalhou nesse projeto!’ [risos] . A gente já brigou muito com o Pedro, apesar de ele não ter culpa... É muito do público, das pessoas. É algo nebuloso para mim isso, um mistério. Tenho indícios, mas não é possível fazer um balanço final. Nem acho que seria interessante também, exceto discutir, sim, esses assuntos, como a gente sempre discutiu. Teve um momento que uma cientista social foi fazer uma pesquisa na Usina. Feminista. E ela acompanhou as reuniões gerais durante um ano. Todas as reuniões. Todas. Fazia atas detalhadas. E depois escreveu um relatório (acho que era uma pesquisa de pós-doc) com nomes fantasia e deu a maior confusão... foi assunto de várias reuniões gerais depois. [risos] Mas [reuniões] produtivas...

Em que medida você considera que a linha de atuação da Usina representa uma forma potente de contraposição ao modelo comercial autoral, à segregação sócio-espacial e à produção fortemente baseada na exploração da mão de obra, e em que

medida é um modelo limitado a atuações pontuais ou excepcionais?

Eu talvez até ampliasse... Talvez não, eu ampliaria o número de trabalhadores que participam, ou poderiam participar, da elaboração de um projeto. Nesse período, a gente fez umas experiências de chamar o Ataíde e outras pessoas que trabalhavam conosco em obra para participarem do desenvolvimento de projeto. Óbvio que pontualmente. Mas acho que as práticas de projeto tem que mudar. Não só falando das relações de trabalho entre arquitetos, mas dos arquitetos com os demais trabalhadores que fazem parte desse processo, que vai da concepção a construção, bem como a conversa com que vai usar o espaço depois, que vai se apropriar, modificar esse espaço. Acho que apesar da crítica feita por algumas vertentes dos arquitetos contemporâneos partirem do 'todo poder aos usuários', (...) ela ainda é muito pouco efetiva em termos de práticas projetuais.

Esse diálogo com os demais trabalhadores, esse reconhecimento do arquiteto como um trabalhador em diálogo e o trabalho conjunto, ombro a ombro, com outros trabalhadores, nem entra em pauta. E acho um ponto fraco, porque da minha experiência na Usina, quantas vezes, em conversa com os mestres, com os encarregados, com os mutirantes, eu via a nossa fragilidade de formação, que traz um saber que é muito parcial e muito teórico? Eu lembro de um encarregado, que era responsável pela montagem da estrutura metálica lá na Paulo Freire, que era uma figura engraçadíssima, contador de causos. Seu Nilo falava assim 'É Bia, papel... Papel aceita tudo! Quero ver vir aqui fazer' [risos] E era um bordão dele durante a obra. E tem razão. Tem uns níveis de descolamento. Talvez as propostas dos engenheiros sejam as mais descoladas [risos], porque eles nem sequer, muitas vezes, tem o poder de abstração do desenho. Eles estão nos números, sabe? Em alguns episódios eu percebia isso. Por mais que fossem engenheiro diferentes... A gente tinha o Flávio [Ramos] e o Irani [Braga Ramos] trabalhando na Usina. Frequentemente eles estavam lá calculando. O Flávio tinha

a minha idade, começando a trabalhar ali naquela época, o Irani já tinha trabalhado em outros mutirões, estava na Usina há um certo tempo, tinha alguma fluência na leitura e concepção através do desenho - em transformar os números em desenho. O Flávio ainda não. Lembro que ele virava: 'Bia, socorro! Heloísa socorro! Me empresta sua visão além do alcance!' [risos] - ele usava esse termo - 'que eu não estou entendendo nada desse desenho.' Quando a gente estava construindo o canteiro de obras lá na Paulo Freire, havia um muro de arrimo e eles desenharam um sistema de drenagem para o muro. A gente detalhou tudo, fez o [projeto] executivo etc. Na hora de executar, era uó do borogodó executar aquele negócio. Aí pensei: 'Nossa, que louco, no desenho [funcionava]...' É isso que Seu Nilo falava: o papel aceita tudo. Mas na hora de fazer, foi um horror. E a gente mudou o sistema para os próximos muros.

Várias experiências de obra mostravam que a prática projetual tinha que mudar. E assim, simplificando as críticas do Sérgio Ferro, que pautam, de certa forma, a busca para uma... não divisão do trabalho, para um outro tipo de trabalho que a gente nem tem, que teria que inventar. E que dependeria do engajamento de todo mundo para fazer.

Por que quando a gente chamava o Ataíde para participar, ele estava acostumado a manusear ferramentas grandes - ferramentas que nós não conseguimos manusear - e na hora que você dá um lápis, ele não consegue desenhar. Se é essa a forma de projeto, se é essa a forma de discussão, inviabiliza a conversa. Ele ficava intimidado. A gente chamava para conversar, falava claramente: 'Ataíde, por isso e aquilo, a gente acha importante você compor a equipe para fazermos um projeto melhor, para o projeto poder ir mais redondo para a obra etc'. Mas ele ficava super sem jeito, não rolava um trabalho muito conjunto, a gente tinha que ficar o tempo todo pedindo: 'Fala Ataíde, dá uma ajuda aqui' [risos]. E ao mesmo tempo, tinha uma parte difícil - que eu sei, por que o João me conta - que esse saber que a gente aprende na universidade, que parte de uma padronização, de uma sistematização, que diz que o traço mais econômico para a argamassa é esse, e que a forma de fazer mais econômica

é essa, e tal, é uma sistematização importante, por que realmente traz economia de trabalho e material. Mas muitas vezes encontra resistência na hora de ser posta em prática no canteiro. Não estou falando que o Ataíde era nosso professor e a gente não ensinou nada para ele. Era uma troca. Mas essas práticas vão mudando no cotidiano mesmo, no diálogo. Acho que uma prática projetual nova para valer dependeria de um esforço muito grande e do engajamento de vários trabalhadores. O engajamento dos arquitetos é até “fácil” de acontecer, perto do engajamento desses outros.

E dependeria também de uma transformação grande no ensino, não? Quer dizer, existe - da mesma forma que você citou a crítica do ‘todo poder aos usuários’, que não ecoa praticamente - a crítica ao conhecimento estritamente teórico, mas na prática o ensino continua muito apartado do canteiro. Como você enxerga essa questão na sua atividade didática?

E agora, com a hegemonia desses softwares todos? Não sou contra, claro, mas não me altere o samba tanto assim, sabe? [risos] Fico militando contra o uso de softwares na concepção inicial do projeto com os estudantes. ‘Gente, eu não sou contra, mas...Primeiro, uma pessoa coordena o mouse e o teclado, os outros quatro ficam olhando a tela. Então isso prejudica muito a concepção coletiva de fato. Acaba que um lidera e os outros ficam a reboque.’ ‘Ah, mas nós temos formas de uso colaborativo de software, telas que interagem etc’. Mas ninguém usa isso, é caríssimo, ninguém tem acesso. Portanto, a prática projetual coletiva, usando esses softwares, é prejudicada. Ponto. Eu sou convicta quanto a isso.

Segundo, essa negligência com exigências dos materiais. Então eu sempre digo: ‘façam maquetes físicas, por favor, por que se eu quiser projetar uma laje flutuando no espaço, na maquete física não vai ser possível, sinto muito. Agora, se vocês usarem essa porcaria desse Sketchup, a laje flutua, com gente em cima...Então gente, vamos lá, maquete física pelo amor de deus.’ [risos] Essa concretude da maquete faz com que você perceba, consiga vislumbrar o espaço

de uma forma mais una, e assim por diante. Fico me lembrando de discussões que eu tinha com o João Marcos, quando entrei [na Usina] e era a entusiasta do Autocad, e ele ficava bravo comigo, dizendo que tinha que desenhar à mão.

Talvez no futuro esses instrumentos para projeto coletivo na tela se difundam e sejam acessíveis, mas por enquanto não são. Isso falando de prática projetual coletiva.

Falar de alienação em relação a como as coisas são construídas, daí é outra conversa, mais complicada ainda, porque isso dependeria realmente de práticas no canteiro, que a gente tem de forma muito periférica nas [faculdades] públicas e, nas particulares, quase não existe.

Isso tem tudo a ver com a cultura... com a forma como os professores mostram os projetos. Eu, por exemplo, sempre que posso, vou atrás de imagens que mostram o processo criativo, depois o processo de construção, para depois mostrar o produto acabado. Nas aulas que eu tive na FAU, era sempre a obra acabada, linda, maravilhosa, e sem gente usando. E na hora que você vai montar a aula para mostrar o processo criativo e de construção, você muitas vezes nem acha esse material. Lembro de um ENEA (Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura) que fui no Rio de Janeiro. Niemeyer deu uma palestra, fazendo aqueles croquis maravilhosos. Você sempre acha que são um toque de gênio... Nunca mostram aqueles croquis equivocados, do começo do projeto, sabe? [risos] Ou como as ideias foram evoluindo, como a gente usa desenho, maquete física, eletrônica, para ir desenvolvendo o projeto... É difícil achar isso para trabalhar com os estudantes.

Para além da questão tecnológica que de fato é radicalmente diferente, quais outros contrastes você enxerga entre o momento atual e o seu período de graduação, em termos de ensino? Você enxerga a presença de novos debates?

Eu não tenho panorama do que seja a educação nas públicas hoje, exceto no Instituto Federal, porque fui professora lá durante dois anos. Mas eu acho que existem questões que precisam ser encaradas e ainda não foram com a devida atenção. Não viraram pauta

ainda. Para mencionar algumas: a primeira, talvez seja essa que falei, mas que também depende de uma transformação social muito maior e, nesse aspecto, nossa prática como arquitetos fique muito limitada mesmo, a gente precisa se juntar com outros para mudar. Outra frente é que a gente sempre trabalha com projetos de edifícios novos! Sendo que déficit habitacional aqui em São Paulo é em torno de 600 mil e os números de imóveis vagos é 600 mil. E a gente não aprende a reformar! Não aprende! Agora estão começando a surgir disciplinas no currículo que exploram técnicas retrospectivas, intervenção em patrimônio existente, tal. Mas nas disciplinas de projeto, isso não apareceu ainda. Isso aparece nas disciplinas teóricas, pelo menos na São Judas, não sei na FAU e no resto, mas no Instituto Federal também, era só [matéria] teórica. A questão do patrimônio é vista ainda como patrimônio histórico, não como um patrimônio construído que tem que ser reformado... E assim... o colapso ambiental está anunciado. Parou, congelou. Vamos parar de construir! Não tem que mais que construir. Não tem que mais que desmontar pedreira, extraír minério... Vamos reformar. É uma questão que passa também pelo fim do mundo. Ou da humanidade, pelo menos... [risos] bem na linha do Ailton Krenak [risos]. Isso também não entrou em pauta com a devida atenção, e as questões estão conectadas.

Estão conectadas também com outra questão, do âmbito teórico, que é: a origem de boa parte desses problemas é a propriedade privada da terra. É graças a essa prática social estabelecida - que estabelece quem acessa a cidade, como e quando - que a gente tem esse trânsito pendular: de manhã todos indo para o centro, no fim da tarde todos indo do centro para a periferia. Por que as classes trabalhadoras moram na periferia e trabalham no centro. Se pudéssemos todos morar perto do trabalho, esse trânsito não aconteceria. E a poluição ambiental também diminuiria, portanto tudo está conectado com a propriedade privada da terra. E esse é - como diz o Paulo César [Xavier Pereira], que foi meu orientador na FAU - um ponto cego. Cego! Não é discutido. Estou indignada que os arquitetos e urbanistas que estão na mídia não apontam essa como uma

questão fundamental de ser encarada. Em plena pandemia! Quer dizer, todas as habitações precárias, com uma alta densidade de ocupação, com uma taxa de mortalidade muito mais alta, acontece graças a isso. Estou fazendo aqui uma discussão simplificada e totalmente sem mediação, mas é [isso]. Houve a abolição da escravatura e o [não] acesso a propriedade privada tornou os negros desterrados. Enfim, essa questão precisa entrar em pauta na faculdade de arquitetura e urbanismo. Precisa ser encarada, os arquitetos e urbanistas precisam discutir a propriedade privada. Não precisa ser revolucionário. [risos] Mas [isso] é tido como algo intocável. Se tem uma lei que foi efetivada, é essa [da propriedade privada].

Então é isso: a questão ambiental, a reforma de prédios existentes e a prática social da propriedade privada. São três coisas que deveriam ter centralidade nos cursos de Arquitetura e Urbanismo na minha opinião. E também a construção, é claro, o processo de produção do espaço - visto como concepção construção e apropriação - apropriação entra aí também - é uma coisa só. O Lefebvre discute isso, quando fala de produção do espaço, ele quer dizer que essas três partes, digamos assim, são um corpo só, no final das contas.

Tem uma parte do Capital, que é a minha preferida - eu não vou lembrar o texto original - está no livro 3 (acho), na qual Marx fala: "vai chegar um dia em que a propriedade privada da terra será tão absurda quanto o trabalho escravo". É isso. A gente trabalha com espaço, o espaço não existe sem a terra, e a gente não discute isso? Não dá... A gente não vai sair desse atoleiro, se não discutir isso. Ficam dando nome errado para a coisa... "Por que a desigualdade urbana...". Tudo bem falar em desigualdade - não estou falando que não é - mas qual é a base? "Especulação imobiliária" qual é o fundamento? Vamos dar nome aos bois, senão fica muito difícil enfrentar. Todo mundo tem medo de falar... não sei o que acontece, fico passada... [risos]

De fato, a propriedade privada é o direito mais respeitado e absoluto, não é? Se você pensar que em meio uma pandemia, a rede privada de saúde se mantém restrita aos que podem pagar....

O Brasil está nesse horror por conta disso. É o país que mais coloca essa lei como absoluta. Enquanto a maioria dos mortos está nas periferias e os leitos públicos estão com 100% de ocupação, os leitos privados estão sobrando e tem muita gente morrendo. É uma loucura, esse país é para deixar qualquer um louco [risos] Mas a gente precisa ter coragem para falar ‘olha, o problema é esse, foco!’. Claro que vai ser uma confusão...

Os movimentos falam isso desde sempre. O MST fala sobre segurança alimentar (uso de agrotóxico, as questões ambientais todas), sobre propriedade, desde sempre. Não estou dizendo que ninguém coloque isso em pauta, mas a universidade precisa urgentemente colocar isso com clareza e se juntar a quem tem que se juntar, para mudar a situação.

Lembro de uma situação dramática que a gente enfrentou na Usina. A gente tentou discutir com os mutirantes a propriedade coletiva, o bem comum, em algumas situações, mas essa lei é tão absoluta [que fica naturalizada]... É muito difícil de ser questionada. Porque todo mundo quer ter casa própria, todo mundo quer ser proprietário. Apesar de ser muito diferente ser proprietário da casa própria, onde uma família vai viver, do que ser proprietário de muitos alqueires. Apesar disso ser muito diferente, esse ‘querer ser proprietário da minha casa’ põe a roda para funcionar de um jeito que o outro vai ser um grande proprietário, não é? É muito complicada a discussão.

ENTREVISTA REALIZADA ATRAVÉS DA PLATAFORMA GOOGLE MEET EM 5 DE JUNHO DE 2020.





**CLARISSA
PAULILLO**

200

GRADUAÇÃO
1999-2006 FAUUSP

PÓS- GRADUAÇÃO

2008-2009 Especialização em Design e Humanidades Centro Maria Antônia USP

Título: Objetos de Consumo - Orientação: Minoru Naruto e Maria Argentina Bibas

2015-2017 Mestrado FAUUSP

Título: Corpo, casa e cidade: três escalas da higiene na consolidação do banheiro nas moradias paulistanas (1893-1929) - Orientação: Tatiana Sakurai

2018 Doutorado em andamento FAUUSP

Título: Conforto na construção do ideal moderno de domesticação na cidade de São Paulo (1940-1960) - Orientação: Joana Mello de Carvalho e Silva

ATIVIDADE PROFISSIONAL

Docente assistente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e superior tecnológico em Design de Interiores na Universidade Paulista desde 2013

201

Em que ano e em qual instituição você se formou?

Me formei na FAU [USP] em 2006, mas acho que essa coisa de identificação com a turma é muito mais pelo ano de ingresso, justamente por que as pessoas se formam em períodos diferentes... Acho que hoje [ainda] é assim, e na minha época isso era muito marcado, as pessoas se formavam em cinco, seis, sete ou até oito anos. Eu estendi um pouco a formatura, por isso me formei em 2006, mas eu me identifico muito mais pelo ano de ingresso, que é 1999. Bem na virada, ainda no século passado... [risos].

Quais diferenças você enxerga no ensino da AU do momento de sua formação a hoje?

Acho que está bem diferente, é um momento muito mais interessante, mais legal... Mas não sei o quanto é o meu ponto de vista hoje, lógico, [diverso] do ponto de vista que eu tinha. Sou uma pessoa diferente. Mas tenho impressão de que o curso, de forma geral, foi renovado nesses dez, quinze anos. Me parece muito mais dinâmico. Em várias questões, não só as que me interessavam, mas de forma geral, teve uma renovação. Acho que eu peguei muitos professores das “antigas”, que estavam em processo de se aposentar. [Hoje] Sinto a FAU muito mais revigorada, agora que eu voltei para o mestrado, em 2015. Sei que não é um período muito largo, de 2006 a 2015, mas senti bastante diferença.

Entre o momento que você se formou e o mestrado, o que você fez?

Fui trabalhar profissionalmente, como arquiteta. Trabalhei com cenografia, arquitetura de projetos, interiores, paisagismo. Então, nesses 10 anos, tive essa atuação profissional. Essa volta à FAU tem relação com o fato de eu começar a dar aulas. Comecei primeiro a dar aulas, depois eu vim fazer mestrado, um processo contrário do que costuma ser. Porque eu tinha feito uma especialização nes-

se meio tempo, o que permitiu que eu pudesse dar aula. Era uma vontade que eu tinha, mas quando você começa a trabalhar, vai fazendo coisas, não pensa.... Aí um dia uma amiga me chamou para dar aulas, e pensei: ‘nossa, por que não?’ Comecei, me interessei, achei que tinha tudo a ver, e aí sim, fui fazer um mestrado. Era uma coisa que eu sempre quis fazer, mas, como não tem uma aplicação... Se você vai trabalhar como arquiteta, acho que ter um mestrado ou doutorado é algo muito mais de realização pessoal, do que uma aplicação, não sei... Eu via dessa forma, pelo menos. Eu pensava: ‘Ah, acho que não vai fazer diferença, então, não sei se é o momento de investir nisso’... [E depois da docência] falei ‘Oba, estou dando aula, quero voltar’, e aí foi maior satisfação.

No momento que você se formou, quais eram suas perspectivas profissionais?

Acho que isso é bem comum na FAU, escapar, fugir um pouco da arquitetura. Ao longo do curso fui me interessando por outras coisas. E fui trabalhar na área da cenografia. Que é uma área que não é muito trabalhada na arquitetura, tanto que a gente não tem uma disciplina de cenografia. Meio que fui da arquitetura de projeto, porque era uma temática que eu gostava. Tanto é que eu trabalhei por quase dez anos com cenografia.. Comecei a fazer estágio na TV Cultura, fui contratada e permaneci. Não fui muito pensando, na verdade [em] carreira, [em] perspectivas... Comecei a trabalhar e, aquela coisa, a vida vai te levando... Não foram muitos momentos de reflexão de para onde eu ia naquele momento.

Eu sempre pensei que um filho nunca caberia na minha vida. Ainda mais quando eu trabalhava nessa área de cenografia, que era uma área meio louca de conciliar e administrar o tempo. Mas mesmo depois, trabalhando com projeto de arquitetura, a gente trabalha para caramba. Eu falava: ‘nossa, não vai caber filho aqui’, então nunca foi uma preocupação minha. Quando já estava dando aula, o tempo foi flexibilizando mais, e aí eu pensei: ‘ah, acho que agora é mais possível...’. Quando terminei o mestrado, eu já estava grávida,

então, veio em um momento que eu estava bem tranquila. Mas eu não consigo imaginar como as pessoas conseguem fazer... Por que eu estou em um momento no qual consigo ter flexibilidade de tempo, de horário, mas quem trabalha o dia inteiro no escritório, não sei como consegue fazer.

Então, em um certo sentido, a carreira acadêmica possibilitou a maternidade?

É, foi possível por que você tem essa autonomia do seu tempo (em teoria...[risos]). Depois você descobre que não é bem assim, que quando se trabalha em casa não se tem horários padrões, você trabalha em qualquer momento, e isso também é um pouco louco. Mas foi possível justamente por ter mais autonomia. Mas acho uma loucura o modo como o mercado de trabalho é estruturado, e você ter um filho. Aí são soluções que as pessoas conseguem: terceirizam, põem na escola, tem que ter babá...

Mas de certa forma prejudica a carreira. Eu poderia ter feito mil outras coisas que não fiz, foi um ano que eu fiquei “parada”, em relação à profissão. Só agora estou tentando conciliar tudo. É diferente [quando se tem filho]. No momento que eu tiver que entregar a tese, já vai ser melhor... E depende muito de como é a sua rede de apoio (companheiro, família, etc). No meu caso, acho que tenho uma boa rede de apoio. Com o pai do meu filho, dividimos as coisas; não existe papel da mãe e [papel do] pai, a gente faz as mesmas coisas... A única [coisa] que ele não fez foi amamentar. Todas as tarefas, atribuições, são feitas de modo igual. Tenho minha família também, meus pais ficam bastante com o Martim, e isso ajuda muito.

No momento da sua graduação, apareciam de alguma forma debates de gênero?

Vou responder comparando com hoje. Fiquei feliz quando voltei para a FAU e vi que essas questões de gênero são muito presentes

hoje nas discussões. Por que eu não me lembro disso ser presente durante minha graduação. Para mim, [falando] de forma crua, elas praticamente inexistiam. E não faz muito tempo, não é? Mas acho que não era uma questão. Se falava muito pouco sobre isso. É verdade que eu não estava tão atenta quanto estou hoje, mas não me lembro dessas questões estarem presentes (na minha percepção, claro).

E como era a presença e proporção de mulheres discentes e docentes em relação aos homens?

Isso me lembro de perceber, mas era meio uma curiosidade... Eu pensava: ‘Nossa... Tem muito mais ingressantes mulheres do que homens’... Ainda que na minha turma fosse algo próximo a metade. E chamava a atenção que nas particulares esse número [de mulheres] era muito maior. Também percebia que o corpo docente da área de Projeto era predominantemente masculino. Na História era meio a meio, e até Tecnologia tinha algumas professoras (talvez fossem minoria mas eram muito expressivas). Mas chamava muita atenção o corpo docente de Projeto, praticamente apenas professores [homens]. Eu percebia isso principalmente quando aparecia uma professora. Mas acabava por aí, sabe? Isso era meio naturalizado. Eu tinha curiosidade: ‘Para onde vão todas essas mulheres que estão estudando?’ Porque, na verdade, [a pergunta] era ‘O que vai acontecer comigo?’ de certa forma. Diferente de hoje, quando já existe uma coisa mais consolidada nesse ponto. Mas naquele momento eu não percebia como algo compartilhado.

E quanto referências bibliográficas e projetuais?

Era naturalizado [haver mais homens]. Claro que se percebia, mas parava por aí. Chamava atenção quando a gente tinha uma arquiteta... Era uma exceção, sempre uma exceção. Hoje isso incomoda, mas na época era natural. De professoras de Projeto havia a Heleninha [Ayoub], a Maria Luiza [Corrêa], posso estar me esquecendo de

alguém, fazendo uma injustiça, mas estou me lembrando apenas das duas. Planejamento já tinha mais, Maria Cristina [Leme], Erminia [Maricato]... Mas tradicionalmente é uma área que tem mais, não é? Programação visual, projeto de produto, também eram predominantemente masculinas.

Você enxerga relação desse cenário com as suas escolhas profissionais de alguma forma?

Pois é, isso é interessante, porque na época a gente não pensava, mas parando para pensar agora, acho que sim, pode ter relação. Por exemplo, da área de Projeto de arquitetura, tanto eu, como muitas colegas, a gente meio que fugia. De alguma forma a gente não se sentia bem-vinda. Em relação aos atendimentos, com os professores, a gente não gostava de Projeto. Mais no final [do curso], quando começou a haver uma renovação de professores, professores mais jovens entrando na FAU, lembro que comecei a gostar mais de Projeto. Mas nos primeiros anos, lembro que eu e outras amigas - e são amigas que realmente também não foram para a área de projeto - a gente não gostava. E aí, um dos motivos, pode ter a ver com relações de gênero. Professores que de alguma forma achavam que você não era capaz de fazer, a gente não se sentir bem-vinda, não se sentir à vontade. Quando você coloca essa questão, começo a lembrar... no final do segundo ano, comecei a namorar com um colega da FAU do mesmo ano, e a gente fazia os trabalhos juntos. Lembro que ele tinha uma relação mais fluida com o projeto, e, de certa forma, ele era mais reconhecido nos projetos - tudo bem, pode ser que ele fosse realmente melhor - mas lembro que parecia que ele obtinha uma resposta mais positiva.

E existia algum tipo de articulação entre as alunas quando algo discriminatório ocorria?

O que lembro é no nível dos amigos, de desabafo, indignação, mas nunca coletivo, de levar adiante, como acontece hoje. Quando vejo

isso acontecendo hoje, fico muito orgulhosa. Não só na faculdade, mas depois, trabalhando, comecei a contabilizar os assédios que eu já sofri, assédio moral. E na época a gente tendia a achar que o problema era a gente. Lembro de uma vez que um professor escutou uma amiga minha e ela pensou em levar para a justiça. Mas ficava sempre no nível individual, dos amigos.... Por que? Porque no fundo a gente achava que isso era normal, natural, era uma relação de hierarquia, uma tradição... A gente ficava puta da vida, mas não a ponto de se organizar. Por isso que hoje acho muito legal ver que as pessoas não estão aceitando esse tipo de comportamento.

Você acha que essa mudança parte dos alunos ou é algo que parte também do corpo docente?

As duas coisas. Acho que teve uma renovação do corpo docente que vem com novas ideias, que também passou por isso, enxerga o ensino de arquitetura de forma diferente. E os diversos debates que vão acontecendo, de certa forma, vão sendo incorporados nas disciplinas. É tudo junto, uma coisa incentiva a outra, mas vir dos alunos é [algo] fundamental. Tenho impressão que os alunos têm mais espaço para falar hoje, mas não sou mais aluna, estou do outro lado agora então é difícil dizer. Mas sinto que os alunos se colocam mais.

Você sente essa diferença de postura também nos alunos das escolas e faculdades onde você dá aulas?

Sim, sinto os alunos se colocando mais. E dou aulas em uma instituição que é muito diferente da FAU. Particular, com outro perfil de ensino, [e na qual] os alunos têm outro perfil: a maioria veio de escola pública, muitas vezes são a primeira geração da família que ingressa na faculdade, trabalham para pagar a mensalidade, então, eles têm uma outra relação com o curso. São em geral mais humildes e respeitam muito os professores. Eles se colocam, mas mais em relação à faculdade, e no sentido de cobrar "estrutura". O pro-

fessor é visto de uma forma muito respeitosa, com certo distanciamento. Na FAU, sinto menos essa hierarquia. Sinto que diminuiu essa hierarquia tão rígida e tenho impressão que os alunos tem um pouco mais de voz. E vejo que esses movimentos têm repercussão nas falas dos docentes, nas preocupações. Tem tudo a ver com transformações do contexto geral. Acho que [hoje] muito mais gente tem voz do que 20 anos atrás. Isso pode levar a consequências das quais se perde o controle. Dando aula hoje, a gente fica “cheio de dedos” com certas coisas. Como tratar determinados temas, ou como lidar com certos alunos. Não sei se estou sendo respeitosa ou não, mas tenho essa preocupação. O que para aquela geração é aceito ou não? Tenho colegas que não têm preocupação nenhuma. Mas acho que perto de pessoas da minha idade, tenho uma cabeça mais aberta para entender o que são essas novas discussões. Mesmo assim, penso duas vezes antes de falar algumas coisas. É um momento de muita transformação.

Houve agora uma disciplina optativa de domesticidade, na qual questões de gênero entraram na discussão. E falei com a Joana [Mello], que a ministrava, porque sentia que os alunos não falavam muito. Então, a gente incentivava, mas era difícil eles se colocarem - na sala de aula, por que a gente sabe que fora dela eles se colocam. O público era [quase] completamente feminino, tinha só um aluno homem. E conversamos sobre isso. É um tema que está em discussão, mas quem se interessa é basicamente o público feminino. A discussão de gênero parece que está ainda ligada só ao universo feminino, quando na verdade, gênero discute todos os gêneros.

Tendo estudado a transformação do ambiente doméstico, de que maneira você vê essa relação entre o estudo deste tema e as questões de gênero?

É um pouco difícil responder, mas não tem como fugir: se você quer estudar o ambiente doméstico, dificilmente você vai escapar desse tema, porque, querendo ou não, a gente tem essa divisão que até hoje é vigente, dele ser um universo predominantemente feminino,

dos cuidados da casa. É do âmbito feminino, por mais que hoje muitas famílias tenham uma divisão equitativa, ainda não é maioria, isso ainda é muito presente. É um universo que é ligado ao universo feminino até hoje. É engraçado. Outro dia fui fazer compras de coisa para a casa e na loja de utilidades domésticas, e só tinha mulheres... Isso nos faz ver o quanto ainda é forte [essa ligação].

Você acha que abordar essa associação pode de alguma forma reafirmar estereótipos? Como se precaver desse risco?

Depende de como você trata. A gente não pode negar que existe. Tem que pegar os manuais de economia doméstica e ler com os olhos de hoje, mas sem críticas anacrônicas. Precisa entender como se pensava. Quem for estudar o espaço doméstico, vai tocar nessas questões de gênero. O espaço doméstico moderno (de meados do século XIX até aqui) foi afirmado como o lugar feminino. E ainda hoje isso é muito vigente. Embora já existam outros tipos de questionamento e relações, [este] é o papel feminino social. Ainda mais quando a gente estuda pela perspectiva histórica, isso é muito claro. Acho muito difícil descolar uma coisa da outra. O papel feminino foi afirmado dentro desse ambiente doméstico. E me choca o quanto isso se mantém. Claro, vejo exceções, mas é uma bolha. Um número maior de pessoas está mais atento a isso, mas ainda é pouco, isso não mudou na estrutura maior.

Como conciliar a necessidade de desnaturalizar esses papéis afirmados historicamente sem correr o risco de um anacronismo?

Quando a gente estuda história é complicado cobrar que as pessoas se comportassem de outra forma, a partir daí que enxergamos com os olhos de hoje. Até porque, eu mesma, quinze ou vinte anos atrás, aqui na FAU, não me incomodava com essas questões, eram naturais. Percebo que hoje esse debate está mais amplo. Percebo mais pessoas tomando consciência. Mas vejo, hoje ainda, pessoas

da minha idade reproduzindo esses padrões: mulheres responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos e homens, pelos assuntos de fora. Reafirmar [papéis de gênero] nas pesquisas históricas acho que não, o que eu vejo é a tendência de justamente chamar atenção para esses questionamentos. Então, olhares anacrônicos ou reafirmações, existe o risco, mas a tendência não é essa.

Pensando na abordagem que você usou para analisar a transformação dos hábitos de higiene e sua espacialização em diferentes escalas, em que se considera o espaço como “produto e vetor de relações sociais” (Meneses, 1996): como você considera que as mudanças nos papéis tradicionais de gênero se relacionam com o espaço (da cidade e da casa). Isto é, de que forma estas mudanças impactam (produzem) o espaço e/ou de que maneiras o espaço pode contribuir (ser o vetor) para uma manutenção ou mudança desses papéis?

Quando eu afirmei isso estava olhando para o viés da higiene, do sanitarismo, mas pode ser estendido para outros campos. O gênero, acho um pouco mais difícil, ele se relaciona com outras relações. Quando a gente abre uma cozinha integrada com a sala, hierarquiza menos as áreas de serviços, traz essas áreas de trabalho ou mesmo rompe [com] essa divisão rígida de setor social e de serviço. Claro que isso fala sobre a relação de trabalho, mas tem a ver com a relação de gênero. [Quando] a gente deixa mais permeável um espaço em relação a outro - menos marcado - isso também é consequência de uma [transformação]. O que eu faço na cozinha não precisa estar confinado naquele espaço, pode estar integrado com o espaço da sala, os homens entram na cozinha e nas áreas de serviço.

Nesse sentido, acho que o espaço pode propiciar a mudança dessa relação quando [ele] é mais fluido. É um espaço voltado muito mais para a funcionalidade. É mais democrático no sentido de que ele convida a mais integração do que fragmentação. Quando a gente fragmenta o espaço, está fragmentando também as atividades, os usuários. Lógico que o espaço, por si só, ele não é suficiente para

mudar uma relação, ele está em combinação com uma mudança das relações. É uma combinação das duas coisas.

Mas então, em que medida uma mudança no desenho é geradora de mudança nas relações ou a mudança das relações é geradora de uma mudança no desenho?

São as duas coisas. O espaço ajuda a conformar isso, consolidar, mas tem uma mudança no que é seu papel dentro da casa. Que me parece ser o principal. Mas o espaço é fundamental para viabilizar essa mudança. Tem muito a ver com os papéis, os atributos de responsabilidades em relação a casa.

Na sua pesquisa de mestrado você notou diferenças de gênero na construção da noção moderna de higiene?

Com certeza, tem muitas pesquisas que mostram isso. Mas comecei a pensar que era algo muito naturalizado, comecei a ver no exemplo prático do dia-a-dia quanto tempo eu demoro a mais do que meu companheiro para sair de casa. Tudo bem, isso está introyectado, eu preciso fazer essas coisas. (...) Nunca entendi por que só mulher passa protetor solar... [risos]. Tudo isso eu percebo, quanto tempo eu gasto no meu dia para cuidar de saúde, higiene, beleza... por que entra tudo junto. É um dado comum. Mas isso não é natural, é uma construção. E isso me chamou muita atenção na pesquisa. Embora naquele momento também havia produtos voltados para o masculino, aqueles voltados para o público feminino foram se sofisticando muito. A pergunta do meu mestrado veio da curiosidade de saber: como as pessoas viviam sem essas facilidades, sem esses itens? Nesse sentido, o banheiro foi um recorte muito feliz, por que ele explica muita coisa por esse viés da higiene. (...) As necessidades, cobranças, imposições eram outras. É louco como é introyectado; a gente não se sente confortável fazendo diferente, de tão naturalizado que é. A gente até tenta quebrar padrões... Mas é um processo, uma construção.

Quando você focaliza esse viés de higiene e beleza, a marcação de gênero é muito forte. Afirmava-se [nas propagandas] o banho de banheira para descansar, relaxar, como algo feminino, parte dos rituais de beleza; enquanto o banho masculino [era] o banho de chuveiro para o vigor, para o trabalho. (...) A languidez em contraposição à virilidade; essa coisa do “corpo para trabalhar” e o “corpo que é para ser bonito, formoso”, embora trabalhe muito. Essas questões não é que estavam subentendidas, elas foram claramente colocadas. Quando você pesquisa na história os manuais domésticos, as publicidades, isso aparece muito claramente colocado.

Não só pelo viés da higiene, acho que é um campo que abre possibilidades de estudos por vários campos de análise. Por exemplo, os eletrodomésticos. O design dos eletrodomésticos é reformulado, trabalhado de uma forma que evidencie menos o trabalho doméstico, o trabalho sujo. As engrenagens são escondidas, você não vê como funciona. Você tem sempre um envoltório arredondado, para suavizar a ideia de trabalho. Esteticamente aprazível, bonita, com cores, para tornar uma coisa mais bela, mais prazerosa. O trabalho feminino dentro de casa é “um prazer”, você faz “por amor” à família, aos cuidados. Então, o ambiente e o design estão conversando em relação a isso, não é?

De que maneira você acha que a entrada da mulher na vida pública, no mercado de trabalho e também na profissão da arquitetura, pode ter impacto na transformação do ambiente doméstico?

Teoricamente, quando a gente pensa que esses papéis estão mudando, tornando-se mais fluidos, as transformações do design também vão acontecer, mas elas são muito lentas. Eu ainda acho que não está muito compatível. O que eu vejo é que tinha um foco muito voltado para a mulher [a publicidade de artigos domésticos]. [E que] Hoje parece um pouco menos. Não que o design e o espaço tenham se transformado por isso. [Mas os] espaços serem mais fluidos, tem a ver com essa flexibilização.

Aquele exemplo: Quando o homem vai pra cozinha o que acontece:

gourmetiza a cozinha. O homem quando é cozinheiro é chef. Começam a se fazer aquelas cozinhas super equipadas, super bonitas, meio “epicentro” da casa. Isso tem um pouco a ver com o homem assumir essa função de cozinhar. Mas cozinhar para os amigos, de forma mais showman. Isso ainda está presente. Quando o homem começa a fazer essas atividades, elas são colocadas de modo diferente. Não quero ser generalista, mas é uma tendência. Se o homem está fazendo uma coisa, ela tem que ser glorificada. Porque? Porque [o trabalho doméstico] ainda é um trabalho desmerecido e associado a um papel feminino - as duas coisas juntas. É uma coisa recente, de dez ou vinte anos para cá, essas figuras masculinas que dominam a cozinha.

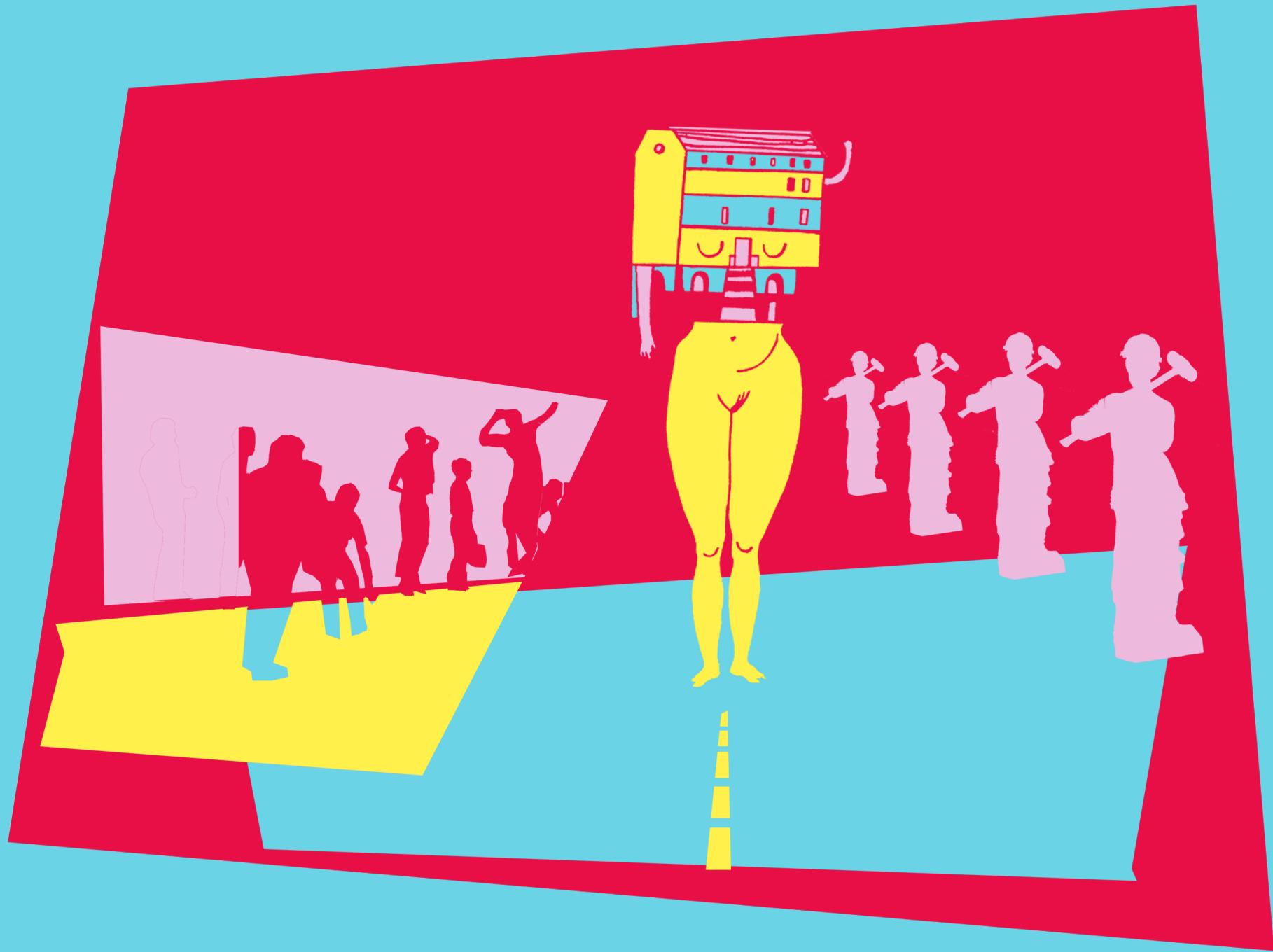
No ambiente profissional, você notava alguma forma de discriminação de gênero?

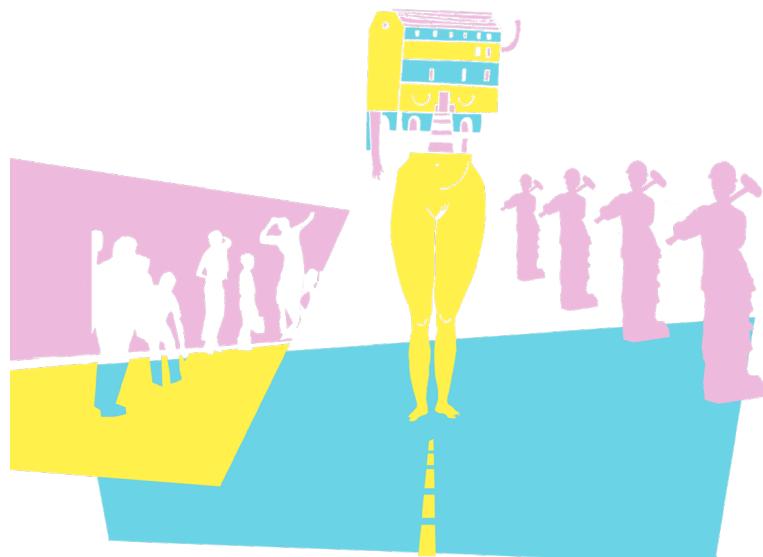
Eu percebia muito. Hoje não sei dizer mais, por que estou na área acadêmica, mas tenho aquela sensação de que quando um homem fala, [o argumento] é mais válido tem sempre maior recepção. Mas trabalhando como arquiteta, principalmente quando trabalhava com cenografia, eu percebia muito isso. No sentido de ter que provar mais - que ia dar certo, que era uma boa ideia, principalmente quando lidava com a mão-de-obra. Tinha que ficar reafirmando, por ser mulher, isso era muito claro. Não é algo que penso agora, na época eu já percebia.

A questão do corpo feminino também, ouvia muitos comentários que classificavam as mulheres em relação aos dotes do corpo. E isso me incomodava muito. Tinha uma coisa desse tipo, uma erotização. Um atributo que era muito comentado; ser magra, bonita, educada. Tinha essa diferenciação. Era muito mais forte do que na graduação. Percebi isso quando entrei no mercado de trabalho. Mas percebi que tinha saído da bolha que eu vivia na faculdade, ainda mais numa época que a FAU era mais elitizada que hoje. Independentemente do cargo, tinham formas mais veladas ou mais explícitas, mas era muito comum. Depois, na área de projeto de arquitetura também senti muito, de forma muito velada, mas você percebe que precisa afirmar mais vezes as coisas.

.....

ENTREVISTA REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2020 NA BIBLIOTECA DA FAUUSP.





4. INTERSECÇÕES ENTRE AS FALAS

As entrevistas apresentadas no capítulo anterior são entendidas não como um meio de acesso direto ao passado, mas releituras provocadas pelo contexto específico do roteiro proposto. Assim, o conteúdo reunido não será tratado como um dossiê para endossar asserções sobre a situação da mulher e dos estudos de gênero na arquitetura, sendo antes, acredita-se, úteis no sentido de sinalizar alguns debates.

A intenção inicial de produção de um documentário a partir dos depoimentos foi, como dito anteriormente, inviabilizada por questões técnicas decorrentes da pandemia de coronavírus. No entanto, o desejo de tratar a temática a partir das vozes entrevistadas se manteve. Este capítulo foi elaborado com o intuito de propor algumas relações e intersecções que, no formato documentário, estariam dadas pela própria montagem. O que propõe, então, não se trata do esgotamento daquele conteúdo, mas do mapeamento de alguns cruzamentos entre as falas.

A partir da identificação de tópicos recorrentes, foram organizados blocos de trechos que apresentassem uma aproximação temática, ainda que não necessariamente convergentes nas suas conclusões. Esta organização parte de uma interpretação particular, dentre tantas possíveis, e implica critérios mais ou menos conscientes. Isto é, parte-se do princípio de que a escuta é também em alguma medida um trabalho de reconstrução assim como a memória (BOSI, 1979).

CIVILIDADE

Seria uma tarefa complexa definir o termo civilidade, e de todo modo, isso escaparia do escopo deste trabalho. Mas na medida em que esse termo apareceu em alguns dos relatos, cabe uma breve consideração. A primeira questão é que esta qualidade, ao medir o grau de civilização, implica necessariamente em valores culturais e sua acepção como um referencial universal é perigosa e historicamente serviu de instrumento para justificar colonização

e dominação entre povos, classes e gêneros¹. Por outro lado, civilidade é também de um meio de qualificar a ação individual dentro da sociedade, estabelecendo critérios para designar deveres básicos de contribuição ao coletivo, e portanto é um conceito essencial para entender e questionar o funcionamento da sociedade e os papéis sociais. Os papéis de gênero tradicionais, por exemplo, estabelecem critérios de civilidade diversos para homens e mulheres, e desconstruí-los implica necessariamente reestabelecer tais critérios. Embora estes papéis venham sendo desconstruídos, em alguma medida eles permanecem e reverberam na diferença de comportamentos e na atuação profissional.

A mulher no canteiro [de obras] é canteiro limpo, organizado, sistematizado. Tem começo, meio e fim. A gente não para o canteiro na hora que acaba o objeto, vai lá e arruma. Quer dizer, isso [é mais raro] para os meninos, que foram mimados, digamos assim, pela sociedade que é basicamente feita para poupar o homem - para ele sair para o trabalho fora de casa, mas dentro de casa ele não sabe nem arrumar a cama - isso no canteiro é muito visível. **Terminar o canteiro e colocar todos os instrumentos no lugar, todos os equipamentos no lugar, etc é uma conquista humana civilizatória.** Que todos tem que aprender. (...) **Mas de qualquer maneira, é uma característica que se aprende né? É uma questão de educação.** (Anália Amorim)

Algumas mulheres arquitetas obviamente, são sensíveis, assim como alguns homens arquitetos são, por acaso, sensíveis, e outros não. O meu ponto aqui é que **sensibilidade não é a questão. A questão é civilidade, e civilidade se aprende.** Quando você coloca a creche num ponto equidi-

¹ Como mostra Silvia Federici, a dominação das mulheres se dá também através da construção da ideia de que são seres mais selvagens e menos civilizados, de maneira similar ao discurso de legitimação do extermínio dos povos originários da América. (FEDERICI, 2017, p.199 - 214)

tante a todos os moradores, você está sendo uma pessoa civilizada. (...) Por que você vai fazer as fachadas ativas? Por uma questão de civilidade: é perigoso, problemático, desagradável. Ou seja, talvez a gente devesse substituir sensibilidade por civilidade, e todo mundo pode aprender a ser civilizado. (...) **O que a gente precisa chegar a conclusão com nossos pares e pessoas de todos os níveis é: civilidade é uma obrigação das pessoas que vivem em comunidade.** Cuidar de criança, cuidar de idoso, isso é um ato de civilidade. (Ana Gabriela Godinho Lima)

No campo da Arquitetura e Urbanismo, a atuação feminina é comumente associada com a ideia de sensibilidade por apresentar, muitas vezes, uma preocupação e atenção maior a algumas características do espaço que possam permitir um uso cotidiano conveniente e seguro por parte dos usuários. Essa sensibilidade, ainda que usada muitas vezes como um elogio a produção feminina, carrega um teor estigmatizante, pois foi afirmada como a antítese da racionalidade, que seria um atributo masculino. Às mulheres foram tradicionalmente atribuídos deveres ligados à reprodução e ao ambiente doméstico, como a manutenção, limpeza e organização do espaço, o cuidado de crianças e idosos. Ainda que os papéis tradicionais de gênero já tenham se flexibilizado, persiste em grande parte essa atribuição do cuidado às mulheres. Se por um lado essa condição pode contribuir para um comportamento mais responsável, é urgente que estes deveres de cuidado sejam colocados como deveres de todos e, no campo da Arquitetura e Urbanismo, que se entenda que levar em consideração os usuários (e a diversidade de suas demandas) deve ser uma premissa básica para qualquer projeto.

FAZER COLETIVO

Predomina no campo da Arquitetura um modelo de profissional autor individual, que no ensino é reforçado pela relação mestre-pupilo que permeia a relação professor-aluno e reflete em alguma medida uma hierarquia herdada dos modelos de aprendizagem da profissão (*Bottega, École des Beaux-Arts*). Ainda que o movimento moderno tenha centrado esforços no debate sobre o ensino da arquitetura e tenha feito rupturas relevantes em termos pedagógicos, aprofundando a interdisciplinaridade e combatendo a normatividade historicista/acadêmica, o culto a personalidade, a necessidade de gurus e a figura do gênio individual parecem persistir como características marcantes no campo (BROWN, 1989; CARSALADE, 1987). Este modelo mascara o caráter essencialmente coletivo da arquitetura e não dá conta de reconhecer as relações complexas que permeiam a sua produção, além de corroborar a sistemática exclusão das mulheres do campo através da desconsideração de suas colaborações, tanto como profissionais como enquanto clientes (FRIEDMAN, 1996).

Dentro do campo da Arquitetura e Urbanismo, a área de projeto de arquitetura parece constituir o núcleo de maior resistência à entrada de mulheres e a menos emancipada do modelo de arquiteto “gênio criador”. Quando questionadas sobre a presença e distribuição das mulheres na docência, muitas das entrevistadas apontaram que as disciplinas de projeto de arquitetura, seriam os ambientes mais masculinizados, não só durante o momento de suas formações como atualmente, ainda que em menor medida.

Até hoje é fundamentalmente masculino. Masculino e machista. (...) E isso não é só na FAUUSP, é [o mesmo] em todas as escolas, às vezes acho isso assustador. E isso não reflete a profissão. Porque mais de 66% dos arquitetos, são arquitetas, que trabalham e produzem. Mas isso não se reflete na docência, na área de projeto, [ainda que] grande parte dessas arquitetas trabalhem com projeto. Mas também acho

que é um **reflexo de um arquiteto que eu não sei se existe mais, sabe?** No sentido do arquiteto autor, artista, dono do saber. Mais indivíduo e menos coletivo. Não sei, cada vez mais acredito que (...) **a postura feminina é muito menos individualista, é muito mais para o trabalho coletivo** (...) a gente devia fazer uma profunda reflexão de quem a gente quer formar, e como. (...) Enquanto a gente ficar reafirmando que essa merda é um trabalho individual do geniozinho criativo, isso só vai realimentar o coitado do aluno que vai desejar ser um gênio. E não vai ter mais lugar, não tem mais lugar na sociedade para isso. (Helena Ayoub)

Desconstruir este modelo individual significaria, então, não só potencializar, explicitar (e desierarquizar) a colaboração entre arquitetos e outros profissionais, como incluir os usuários ao máximo possível no processo projetual. A participação não é só uma premissa básica para um projeto contextualizado e adaptado às necessidades do lugar e seus habitantes, mas também uma ferramenta de empoderamento

Era durante os fins-de-semana, nas horas de almoço, nas horas livres de socialização, que essas mulheres conversavam e percebiam que o problema era o mesmo; que a violência doméstica era a mesma, que a submissão ao marido era a mesma. (...) No final do dia, essas conversas aconteciam: [viam] que uma começou a mudar, a outra viu e também falou ‘vou reagir’. E foi isso, acho, que foi desencadeando, sabe? **Uma vai encorajando a outra.** (...) **E sem o trabalho de mutirão isso não ia acontecer com a mesma potência.** (Beatriz Tone)

A valorização do caráter coletivo vem muitas vezes acompanhada de uma reformulação radical da estrutura profissional através da proposição de estruturas horizontais e cooperativas. Na medida que o processo projetual se afirma como coletivo, diminui-

-se a alienação de cada setor envolvido, rompendo, ou ao menos flexibilizando, a hierarquia entre arquitetos, construtores e clientes. Nesse sentido, algumas iniciativas colocaram em pauta também as relações de poder relacionadas ao gênero, propondo cooperativas de mulheres, como por exemplo o coletivo de designers e arquitetas *Matrix*, que funcionou na Inglaterra na década de 1980, e organizou o livro *Making Space*, que reúne ensaios de suas integrantes para pensar o espaço a partir de uma perspectiva feminista, e o *Collectiu Punt 6*, fundado em 2004 em Barcelona, que reúne um grupo de arquitetas, urbanistas e sociólogas que trabalham o urbanismo a partir da perspectiva de gênero. Ainda que o produto em questão seja outro, o relato de Paula Santoro sobre a construção coletiva de uma disciplina parece também pertinente à discussão:

Ministrei agora uma disciplina, 'Cidade, Gênero e Interseccionalidades', e no final do curso, um aluno falou: 'Interessante essa disciplina, Paula, em que você mesma só deu uma aula.' Eu parei para pensar: eu bolei todas as aulas, todos os convidadas, os textos, junto com um grupo de pessoas, e **me dilui nessas pessoas, e achei isso maravilhoso, transformador**. Achei que o que ele falou era um pouco crítico, como se fosse por preguiça, quando na verdade é exatamente o contrário, **dá um super trabalho você fazer em conjunto, ouvir as vozes, incorporar coisas novas.** (Paula Santoro)

Pensar e trabalhar coletivamente exige não só romper com modelos internalizados de realização profissional mas também uma capacidade de articulação e de escuta que demanda maior empenho e mais predisposição à colaboração.

As mulheres são muito afeitas a apoiar. Agora, eu mesma estou fazendo um texto e me recuso a colocar meu nome só se todo o conhecimento foi feito pelo coletivo! Acho que a gente tem essa pluralidade por que a gente vê que a vida é plural. (Anália Amorim)

A tendência à cooperação identificada como característica feminina não deve ser encarada como um dado apriorístico relacionado ao sexo, mas indício de que através da construção social do gênero, por serem menos incentivadas à autoria própria, ou por estarem afastadas do modelo do gênio criador no qual se baseia o *starsystem*, as mulheres estariam mais propensas a valorizar a colaboração. É importante essa ressalva por que uma atribuição essencialista ou naturalizada de uma tendência feminina à colaboração poderia reafirmar discursos que serviram para o ocultamento das autorias femininas na arquitetura, como pontuou Ana Godinho:

[Em] toda a história da humanidade, passando pelo Renascimento, quando muitas mulheres foram pintoras, cientistas, etc, **seus trabalhos são sempre atribuídos ao homem mais perto delas, ou então esse trabalho não tem valor.** E isso vai chegar até o século XX. Em uma entrevista (...) [com] Joaquim Guedes, [Monica Junqueira] pergunta sobre a Liliana Guedes (...): "ah, a Liliana era uma mulher muito elegante, jamais na vida ela iria querer reivindicar a autoria de uma obra". Então, quer dizer, uma mulher fina, jamais na vida ia cometer a **deselegância, a descompostura, de reivindicar a autoria** de uma obra. (Ana Gabriela Godinho Lima)

Como o exemplo citado existem inúmeros outros casos de mulheres ocultadas pela atribuição equivocada da autoria (LIMA e SOUZA, 2004). Entender a arquitetura enquanto fazer coletivo parece ser imprescindível para um exercício profissional mais equitativo do ponto de vista do gênero, porque significa ao mesmo tempo rever a história da arquitetura e das cidades com uma atenção especial às colaborações coletivas, iluminando contribuições femininas sistematicamente ocultadas, e desconstruir o modelo hierárquico, propondo um exercício profissional menos estratificado, mais horizontal, e, portanto, mais permeável.

AUTORIDADE E REPRESENTAÇÃO

Apesar da presença majoritária de mulheres profissionais na Arquitetura e Urbanismo, também os cargos de representação acadêmica, órgãos representativos profissionais e cargos estatais relacionados à área ainda são predominantemente exercidos por homens. A autoridade das mulheres aparece, em algumas das falas, como algo que enfrenta obstáculos de diversas natureza. De maneira análoga ao relato de Beatriz sobre a estranheza gerada quando prestadores de serviços ou fiscais de obra viam que o canteiro de obras do Mutirão Paulo Freire era coordenado por mulheres, Helena e Clarissa apontam uma resistência maior por parte dos colegas de profissão em escutar e aceitar propostas trazidas por mulheres.

Coisas que eu falo na reunião do Departamento, e que colega meu vai perguntar para o outro se ele acha [que confere], por exemplo... falo: 'Vamos fazer um teatro de 300 lugares'. E o colega pergunta para o outro se é bom [um teatro] com 300 lugares. **Mas eu já fiz**, eu estou fazendo um SESC, **eu sei que é bom. Não precisa perguntar para o outro se é bom....** (...) Ele faz sem querer? Mas ele não pode fazer sem querer, por que ele é culto, deveria pensar. (Helena Ayoub)

Quando um homem fala, [o argumento] é mais válido, tem sempre maior recepção. (...) principalmente quando trabalhava com cenografia, eu percebia muito isso. No sentido de ter que provar mais - que ia dar certo, que era uma boa ideia (...) **Tinha que ficar reafirmando, por ser mulher, isso era muito claro.** Não é algo que penso agora, na época eu já percebia. (Clarissa Paulillo)

Sarah comenta essa dificuldade em obter reconhecimento, sinalizando uma resistência à ascensão profissional feminina de caráter mais abstrato

[São Carlos] **Era também o mundo dos homens.** Apesar de terem entrado muitas mulheres, era bem dominado pelos homens. E, claro, **para se legitimar lá, ou em qualquer outro lugar, você tem que demonstrar muito mais para conseguir ser reconhecida.** (...) e na área acadêmica tem **uma coisa hierárquica muito forte.** (...) Agora, do ponto de vista intelectual, sempre me relacionei de igual pra igual com os meus colegas lá. **Mas na condição de poder da estrutura [universitária] é complicado.**" (Sarah Feldman)

Paula relaciona a dificuldade em acessar a hierarquia universitária com uma noção mais geral de dificuldade em ocupar cargos de poder e liderança, também enquanto representação política estatal:

Na hora de pensar **quem são representantes ou pessoas muito conhecidas do Urbanismo**, você pensa **mulheres**, mulheres muito fortes. Agora, **na hora que você pensa quem foram os secretários de Planejamento**, você vai ver que houve pouquíssimas mulheres... Quando você vê **quem é que está fazendo projetos urbanos, planos diretores, aprovando leis de zoneamento, também, ainda tem muito mais homens.** O que eu quero dizer com isso é que tem um lugar das mulheres, [mas] pelo fato do planejamento estar muito ligado ao Estado, **as mulheres ainda têm dificuldade de assumir lugares de poder, de liderança.** (...) **A gente sofre e a gente reproduz, muitas vezes, posturas masculinas para poder ocupar esses lugares.** (...) Eu comecei a perceber que isso acontece em várias instâncias de poder. **Quando a mulher se coloca, ela é tida como uma mulher histérica**, se você pensar, muitas lideranças femininas na FAU são tidas como mulheres loucas, essa coisa da bruxa da Silvia Federici [risos]. E na verdade, muitas vezes elas estão **se colocando nos espaços de poder**, elas precisam se colocar nesses espaços. É muito difícil você **ser mu-**

lher e exercer [cargos de poder] e não ser associada a essa figura ou autoritária, ou louca, ou bruxa. (Paula Santoro)

Ou seja, ainda existe uma recepção muito diversa a posturas assertivas quando partem de uma mulher - pois permanece em algum grau a associação da figura feminina como necessariamente passiva e dócil - e, quando seu comportamento não condiz com esse modelo, é rapidamente associado como irracional, histérico e ameaçador. Esta disparidade nos postos de representação não consiste só em um produto, mas também como um importante meio pelo qual se dá e se mantém a opressão estrutural, destacando o papel essencialmente simbólico do direito à representação historicamente negado às mulheres.

Como esse apagamento se produz? Em primeiro lugar, se produz em um **sentido político**. **Essas mulheres não têm direito a voz, elas não têm direito a representação, portanto elas não existem.** (...) Outro mecanismo de dominação é um mecanismo estrutural: o acesso às oportunidades econômicas, de trabalho etc. **Que pode ser sintetizado no acesso às posições de representação.** (...). Por que que é simbólico? Por que qualquer representação tem um papel simbólico. **E se não existem mulheres representadas ali, o que se simboliza é que não há relevância na representação delas.** (Ana Gabriela Godinho Lima)

PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA

A gente trabalha com espaço, o espaço não existe sem a terra, e a gente não discute isso? (...) Ficam dando nome errado para a coisa... 'Por que a desigualdade urbana...'. Tudo bem falar em desigualdade - não estou falando que não é - mas qual é a base? **'Especulação imobiliária'. Qual é o fundamento?** Vamos dar nome aos bois, senão fica muito difícil enfrentar. (Beatriz Tone)

Se, como coloca Beatriz, a propriedade privada da terra é uma questão que está na base de muitos problemas enfrentados pela Arquitetura e Urbanismo em torno da segregação sócio-espacial, é também um ponto chave da intersecção entre o estudo do espaço e a desigualdade de gênero, porque a partir dela se revelam alguns indícios importantes de que a sujeição das mulheres se constitui espacialmente, ou, na direção inversa, que a segregação espacial opera de maneira generificada. Como aponta Silvia Federici em *O Calibã e a Bruxa* (2017), a construção do papel social moderno ocidental da mulher é indissociável da contínua privatização da terra e da eliminação de territórios comuns, que foram a base para submeter grande parte da população à exploração do trabalho, pois anularam qualquer alternativa de sobrevivência autônoma. Ao mesmo tempo que este processo opera de maneira geral sobre a população mais pobre, as mulheres são marginalizadas dos ofícios, a partir da afirmação do seu papel social de reproduutoras (colocando seu trabalho fora da esfera mercadológica e como um dever naturalizado), agravando sua subordinação aos homens e colocando-as como recurso substituto aos bens comuns perdidos.

Em várias partes do mundo, nos territórios vulneráveis (...) as mulheres não têm direito à terra. Então, se o marido morre, elas são destituídas da terra e portanto, destituídas dos meios de sobrevivência. (...) Agora, houve avanço nas últimas épocas? Houve. Vou dar um excelente exemplo: hoje em dia nos **financiamentos de habitação social**, a escritura sai no nome da mulher, então, isso é um maravilhoso avanço. (Ana Gabriela Godinho)

Ainda hoje, o acesso à propriedade se dá de maneira muito desigual entre homens e mulheres. Essa disparidade é decorrente de uma série de fatores de naturezas diversas - sociais, jurídicos, culturais. O acesso restrito a terra e moradia, para as mulheres, representa um ônus ainda maior na medida que se sobrepõe à sua

marginalidade no mercado de trabalho formal e ao fardo da responsabilidade reprodutiva, além de poder ser um potencializador da violência doméstica. A luta pela terra é uma bandeira da luta por equidade central em mobilizações de grupos de mulheres em diversas partes do mundo, já que para muitas mulheres não ter terra significa não ter meios de subsistência. Além disso movimentos de luta por terra e moradia assistem no Brasil uma crescente atenção às desigualdades de gênero e um crescente protagonismo das mulheres nesse movimento (HELENE, 2019)

Como as mulheres acessam a propriedade? Em geral elas herdam, porque não conseguem comprar, porque não estavam no mercado de trabalho, e não têm renda. Elas não são proprietárias. Mas pensei: Será que a luta é por propriedade? Será que a luta da mulher não deveria ser uma luta, ao contrário, pela diluição da ideia de propriedade, pela idéia de posse coletiva, de bens comuns - que é o que a Silvia Federici fala hoje? (...) Eu dou uma função para essa propriedade, mas, e se não houvesse propriedade, se tivéssemos formas comunitárias de organização? (Paula Santoro)

A VIVÊNCIA DA MULHER NA CIDADE

No planejamento urbano, a abordagem de gênero tem se constituído como uma crítica ao planejamento universalista e funcional. Primeiro, por que a pretensa neutralidade ignora a diversidade dos sujeitos que habitam a cidade e reafirma com isso relações de poder²:

2 “La universalidad esconde el sujeto real de derecho, que es quien ha conformado con sus necesidades la falsa neutralidad. Según Cristina Carrasco el universalismo es una forma de enmascarar que el sujeto de los derechos de ciudadanía es masculino. El problema de fondo es que la ciudadanía, y por lo tanto el derecho a la ciudad y las prioridades en la definición de esta, se ha construido tomando como referencia el mundo público, la participación en el mercado y los

Por que a grande dificuldade de você ter uma abordagem de gênero, é que o planejamento tem como objetivo ser bom para todos, se preocupar com a totalidade, com o universal. E a abordagem de gênero fala: na hora que você pensa esse universal, ele tem poder, ele está sendo pautado por relações de poder, então ele é branco, masculino, de elite, e não está preocupado com as diversas formas de opressão que o território faz emergir, como são o racismo estrutural, como as relações patriarcas históricas. Então a gente toca nas feridas da sociedade. (Paula Santoro)

Em segundo lugar, a crítica a ideia da funcionalidade vai no sentido que a distribuição da cidade se dá de modo a maximizar a produção (trabalho remunerado, fora de casa) ocultando a reprodução³.

Ou seja, está implícita nesta concepção urbana uma divisão entre as esferas pública e privada que é intimamente conectada com a divisão sexual do trabalho.

Tal crítica se apoia também na ideia de que a desigualdade entre homens e mulheres se traduz no ambiente urbano e na maneira como este é vivido. O aspecto da mobilidade, por exemplo, mostra que os homens se movem de maneira mais “direta”, isto é, de um ponto a outro (normalmente casa-trabalho), enquanto as mulheres costumam apresentar mais pontos de parada.

espacios asignados a los hombres. El espacio doméstico-femenino no está incluido en la categoría de ciudadanía.” (MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida, et al. 2011. p.108)

3 “A questão de gênero aparece na relação entre moradia e o contexto urbano, devido ao fato de os espaços predominantemente voltados para habitação, e marcados pelas atividades domésticas, constituírem-se como espaços nos quais as mulheres estão majoritária, cotidiana e constantemente presentes. (...) Podemos afirmar que, na formação das cidades capitalistas, espacializou-se a nova divisão sexual do trabalho. Isto é, que uma organização urbana generificada também nasceu durante a transição entre feudalismo e capitalismo. O êxodo rural e a separação entre trabalho e moradia trazidos pela industrialização são indissociáveis das dicotomias de gênero, pelas quais foram estruturadas as hierarquias entre trabalho doméstico e trabalho produtivo.” (HELENE, 2019, p. 957)

Então veja que interessante todo o processo: [as arquitetas] **incorporam comércios e serviços, fazem a creche num ponto equidistante para ninguém ter que caminhar muito, vão colocar fachadas ativas** em todas as fachadas, por que a gente sabe que isso é uma questão de segurança, tudo isso porque são mulheres. (Ana Gabriela Godinho Lima)

A abordagem do transporte, **ao invés de ser essa que historicamente pensa o transporte casa-trabalho, teria que trabalhar todas as etapas, os pequenos trajetos que a mulher faz**. Para a mulher, importam mais as políticas de mobilidade ativa, para o espaço público, do que as rodoviárias. (Paula Santoro)

No caso da cidade de São Paulo, pesquisas mostram que os homens são maioria nas viagens realizadas por motivo de trabalho, enquanto mulheres predominam nas viagens ligadas à educação e saúde (ligadas ao cuidado) e compras (ligadas ao abastecimento doméstico). Além disso, mulheres se movem consideravelmente menos a partir do transporte individual e mais a pé e com transporte coletivo (com variações notáveis relativas a renda e faixa etária)⁴. São dados que mostram que, apesar da crescente participação da mulher na renda familiar, o trabalho doméstico ainda recai majoritariamente sobre ela e se expressa também no modo como se move na cidade. Para além das dificuldades práticas e físicas implicadas pela atribuição dos trabalhos reprodutivos, a mobilidade feminina é permeada por fatores culturais, como a noção de mulher como figura estática e doméstica (BOYS, 1984) A segurança também é um

.....
4 PREFEITURA DE SÃO PAULO, Mulheres e seus deslocamentos na cidade: uma análise da pesquisa Origem e Destino do Metrô. Informes Urbanos. Elaboração: Marilia Araujo Roggero, Rossella Rossetto, Eduardo Donizete Pas-trelo. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/44_IU_mobilidade_mulheres.pdf. 2020. Acessado em 24/06/2020

aspecto que revela como o ambiente urbano impacta de diferente formas diferentes grupos.

Entrevistando as mulheres, elas têm medo de serem estupradas, e entrevistando homens, eles têm medo de ser roubados. É uma questão de patrimônio. **A insegurança é sentida de diferente maneiras e esses corpos vão para a cidade, e se protegem em relação a essa insegurança, de diferentes formas.** (Paula Santoro)

A partir da leitura de que as mulheres têm uma vivência diversa de cidade, podem ser pensadas estratégias no sentido de visar a equidade trabalhando a partir dessas diferenças.

(...)a noção de que a cidade não é igual para todos: a ideia de equidade, de trabalhar diferentemente os desiguais, para mim, é muito importante. (...) não é uma questão só de onde colocar os equipamentos, é uma questão de inversão mais global, de como a gente pensa as políticas. (Paula Santoro)

CONCEITO DE GRANDE OBRA

Não apenas a respeito do planejamento urbano, pode-se dizer que para a Arquitetura e Urbanismo como um todo a perspectiva de gênero coloca a necessidade de uma revisão mais global. Nesse sentido, desconstruir padrões masculinizados de produção do espaço implica também rever e reformular os critérios e as prioridades estabelecidas no reconhecimento de “grandes obras”, por exemplo:

Comparado aos homens, a gente de fato não vai conseguir ver a mesma produção. Óbvio que não. **A questão é que, comparada à das mulheres, a produção dos homens também precisa ser relativizada.** (...) Então, a gente tem

que mudar as perguntas, tem que mudar o nosso conceito de grande obra, e a ideia de prestígio precisa ser acomodada num canto remoto da história da arquitetura. (...) A questão é: quantas pessoas foram beneficiadas, quantas crianças saíram de uma condição de lixo, de precariedade? Quantas mulheres puderam ter uma vida digna dentro de uma residência? (Ana Gabriela Godinho Lima)

As prioridades e valores ficam claros através das premiações e através do ensino, não só no que diz respeito às referências projetuais, mas também nos exercícios de projeto nas escolas de arquitetura. Eles são portanto construídos desde a formação dos profissionais:

O déficit habitacional aqui em São Paulo é em torno de 600 mil e os números de imóveis vagos é 600 mil. **E a gente não aprende a reformar!** Não aprende! Agora estão começando a surgir disciplinas no currículo que exploram técnicas retrospectivas, intervenção em patrimônio existente, tal. Mas nas disciplinas de projeto, isso não apareceu ainda. (...) E assim o **colapso ambiental está anunciado. Parou, congelou. Vamos parar de construir! Não tem que mais que construir. Não tem que mais que desmontar pedreira, extraír minério...** Vamos reformar. É uma questão que **passa também pelo fim do mundo.** (Beatriz Tone)

Além disso, a divulgação de outros tipo de produção por parte dos entes representativos também pode ser um importante vetor de transformação dos parâmetros de qualidade:

Fui em uma reunião do IAB [Instituto dos Arquitetos do Brasil], faz um mês e meio, uma reunião de mulheres. Foi uma coisa incrível. Fiquei no grupo [de discussão] com uma menina que fazia obras e reformas na periferia e era uma puta arquiteta. **É disso que a gente tem que falar!** (...) Porque

ela é tão arquiteta quanto eu. (...) É esse novo jeito de enxergar as coisas que a gente tem que divulgar. Divulgar o trabalho das Arquitetas Negras, etc. Tendo uma outra postura frente a isso, não chamando as escolas que elas fizeram de ‘escola em cima da padaria’. Entendendo que **nosso trabalho é igual o de qualquer outro na sociedade, é mais um trabalho.** (Helena Ayoub)

Assim, parece imprescindível que sejam reconsiderados e reformulados os critérios de reconhecimento e de qualidade da produção arquitetônica, priorizando algumas questões que se mostram cada vez mais urgentes, como o colapso ambiental, o direito a moradia de qualidade, e também o reconhecimento da profissão e da formação, incorporando uma nova parcela da população historicamente excluída e que mais recentemente passou a ter acesso ao ensino. Valorizando-a, contribuindo para seu aperfeiçoamento, e não a descartando pura e simplesmente.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem muita pista do que queria explorar neste trabalho final, o primeiro passo foi buscar dentro das minhas notas e materiais acumulados ao longo de toda graduação, procurando naqueles pilhas de páginas o que afinal ia eleger como meu interesse. Ao invés de uma resposta, o que eu encontrei foi uma longa lista de bibliografias e temas que queria revisitar. Foi uma “falta de foco” desconcertante. Deixando outros tantos interesses para outro momento, escolhi que queria trabalhar na intersecção dos temas da memória, questões de gênero e espaço. O formato do conjunto de entrevistas se revelou interessante por permitir que os temas fossem explorados de maneira múltipla, e que, sem a obrigação de esgotar um argumento específico, pudesse ser proposta uma composição, uma colagem de imagens emprestadas de diferentes fontes. Essa abordagem panorâmica foi desafiadora na medida que implicou a consulta a uma gama vasta de assuntos sem permitir, dado o limite do tempo, que fossem aprofundados. Esse desafio se tornou mais crítico quando a qualidade do material captado remotamente impediu a realização do documentário. A reformulação do trabalho na sua etapa final exigiu um esforço de reinterpretar qual era então a estrutura do trabalho para além deste produto impossibilitado.

A partir das entrevistas - e da escuta atenta que foi requerida na transcrição delas- a multiplicidade dos temas e das trajetórias das entrevistadas, o modo como transitaram entre diferentes áreas de atuação, me provocou fascínio e inspiração, pois me proporcionou a compreensão de que aquela “falta de foco” que me apavorou no início era um mar de interesses. Foi quando uma das entrevistadas comentou que havia sido terapêutico responder às questões que eu entendi que os momentos de troca que foram essas conversas eram em si o valor do trabalho. Foi o momento em que consegui parar de enxergá-lo enquanto falta do que ele poderia ter sido, parando de lamentar as tantas leituras que eu gostaria de ter feito ou o projeto do documentário que precisou ser abortado.

De certa forma, esse novo modo de ver meu trabalho - a partir do que ele traz e não do que ele não pôde trazer - aconteceu também enquanto reflexão sobre a minha formação na FAUUSP

como um todo. Escolhi estudar arquitetura justamente pela mistura e pela diversidade de temas, linguagens e habilidades que ela abordava. Por outro lado a sensação de não ter propriedade total sobre nenhum dos campos e o risco da superficialidade sempre assombrou, e, no momento de elaborar o trabalho final de graduação, provocou crises sobre o que, afinal, eu havia aprendido com tudo isso. Agora vejo, apesar do desconforto de todas as possíveis faltas, que é mesmo na interdisciplinaridade, no diálogo e na diversidade que reside o maior crescimento que essa formação me trouxe.

Por fim, a realização desse trabalho diante do contexto atual de retrocessos políticos, pandemia e devastação ambiental, me proporcionou uma compreensão mais nítida que se torna inescapável a qualquer projeto de futuro, uma revisão da forma como concebemos nossa maneira de ocupar o território. A dominação e exploração sobre a natureza e sobre as mulheres estão intimamente interconectadas, portanto a busca pela equidade de gêneros, não se sustenta se não questionar também a forma violentamos a terra no nosso modo de ocupá-la, tornando-a propriedade de poucos. Há uma gama de opressões (dominação cultural européia e norte-americana, patriarcado, capitalismo, racismo, heteronormatividade) que se estruturam de maneira imbricada e que exigem a qualquer olhar crítico a consideração de suas interdependências. Se por um lado a amplitude dessa rede de opressões pode ser um obstáculo fazendo parecer impossível uma mudança estrutural e consistente, ela me parece indicar que é justamente através da interseccionalidade e interdisciplinaridade que podemos encontrar o caminho para projetar uma alternativa.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Anete. 2006. *Estudos De Gênero em Arquitetura*. Um novo referencial teórico para a reflexão crítica sobre o espaço residencial. PPGA-AU Universidade Federal da Bahia. V1 n.5. 2006. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1427>>. Consultado em 10/06/2020.

Arquitetos Novamente com a palavra. Revista Projeto, São Paulo, no 50, abril, 1983, p.16.

BOSI, Ecléa. *Memória & Sociedade - Lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.

BOYS, Jos. *Woman and public space*, in: Matrix Group. *Making Space: Women in the Man Made Environment*. Pluto Press London and Sydney. 1984. p. 39 - 44

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *Pierre Nora, ou o Historiador da Memória*. UNICAMP. 1999. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/363/314>> Consultado em 9 de março de 2020.

BROWN, Denise Scott. *Room at the Top? Sexism and the Star System in Architecture*, in: *Architecture: A Place for Women*, ed. Ellen Perry Berkeley and Matilda McQuaid. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1989. p. 237–46. Disponível em: <<https://www.mascontext.com/issues/27-debate-fall-15/room-at-the-top-sexism-and-the-star-system-in-architecture>> Consultado em 20 julho 2020.

CARSALADE, Flávio de Lemos. *Ensino de Projeto de Arquitetura: Uma Visão Construtivista*. Dissertação Mestrado UFMG, 1997, p.131-134. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/RA-AO-72ZH5A/1/disserta_o_flavio_carsalade.pdf>. Consultado em 10/06/2020.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: o Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Cultura Material: uma Introdução Bibliográfica*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v. 8/9. p. 293-324 (2000-2001). Editado em 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5376/6906>>. Consultado em 10/06/2020.

Coletivo Arquitetas Invisíveis. <https://www.arquitetasinvisiveis.com/>

Coletivo Un Dia Una Arquiteta. <https://undiaunaarquitecta.wordpress.com/>

COLOMINA, Beatriz. *Battle Lines: E1027* e AGREST, Diana. *The Return of the (Repressed) Nature*. in HUGHES, Francesca. *The Architect - Reconstructing her Practice*. Cambridge, Massachussets/Londres, England. M.I.T. Press. 1996

DIAS, Rodrigo Francisco. Em busca da definição: *Mas Afinal... O que é mesmo um documentário? De Fernão Pessoa Ramos*. Revista de História e Estudos Culturais, 2009. , vol. 6, ano VI, nº 2. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Resenha_1_Rodrigo_Francisco_Dias.pdf> Consultado em 01 jun. 2020.

Domesticidade, Gênero e Cultura Material. Flávia Brito do Nascimento, Joana Mello de Carvalho e Silva, José Tavares Correia de Lira e Silvana Barbosa Rubino (orgs.) São Paulo, EDUSP, 2017. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4414626/mod_resource/content/1/texto%208_NASCIMENTO.pdf>. Consultado em 10/06/2020.

ESCOLA DE ARQUITETURA DE MINAS GERAIS, *I Inquérito Nacional de Arquitetura*, 1963.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa*. Editora Elefante. São Paulo, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto zero da Revolução*. Editora Elefante. 2019

FRIEDMAN, Alice. *Not a Muse: the Clients Role at The Rietveld Schröder House*. 1996

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro. Bertrand, 1989.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. *A cidade e a Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero*. Tese de doutorado, FAUUSP, julho de 2004. Disponível em <<http://www.temafavela.com.br/site/doutorado-terezinha/>>. Consultado em 10/06/2020.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HELENE, Diana. *Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia*. Cad. Metrop., São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set/dez 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cm/v21n46/2236-9996-cm-21-46-0951.pdf>> Consultado em 23/07/2020

HOLANDA, Karla. *Documentário brasileiro contemporâneo e a micro-história*. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais, 2006. , vol. 3, ano III, nº 1. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF6/13%20-%20DOSSIE%20-%20ARTIGO%20-%20KARLA%20HOLANDA.pdf>> Consultado em 01 jun. 2020.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

LÉON, Magdalena. DEERE, Carmen Diana. *Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina*. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 100-153

LIMA, Ana Gabriela Godinho; SOUSA, Cynthia Pereira de. *Revendo a história da arquitetura: uma perspectiva feminista*. 2004. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LIMA, ANA Gabriela Godinho Lima. *Arquitetas e Arquitetura na América Latina do Século XX*. São Paulo: Altamira, 2012. Disponível em <https://femininoepplural.files.wordpress.com/2014/03/arquitetasalxx_final.pdf>. Consultado em 10/06/2020.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *História cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais*. Revista Inst. Est. Bras. Nº 34. Páginas 9-24. São Paulo. 1992.

MESQUITA, Cláudia. *Retratos em diálogo: notas sobre o documentário brasileiro recente*. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 86, p.105-118, mar. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100006&lng=pt&nrm=iso>. Consultado em 01 jun. 2020.

MOISSET, Inés Moisset. QUIROGA, Carolina. *Nuestras Arquitectas. Una Experiencia Didáctico-Investigativa Con Perspectiva De Género*. Buenos Aires, 2019. HabitatInclusivo nº 14. Disponível em: <http://www.habitatinclusivo.com.ar/hi/14/articulos/HI_14_Nuestras_arquitectas.pdf>. Consultado em 10/06/2020.

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida, et al. *¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?*. Feminismo/s. N. 17 (jun. 2011). ISSN 1696-8166, pp. 105-129. Disponível em:<https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/22338/1/Feminismos%2017_06.pdf>. Consultado em 10/06/2020.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

PEREIRA, Miguel. Alves. *II Inquérito Nacional de Arquitetura: um formidável exercício mental e cultural*. Revista Projeto, São Paulo, no 50, abril, 1983, p.17.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Contexto, 2007. Disponível em: <<https://www.academia.edu/27869340/310564251-Minha-Historia-Das-Mulheres-Michelle-Perrot.pdf>> Consultado em 10/06/2020.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.); PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo. Contexto, 2004.

PREFEITURA DE SÃO PAULO, *Mulheres e seus deslocamentos na cidade: uma análise da pesquisa Origem e Destino do Metrô*. *Informes Urbanos*. Elaboração: Marilia Araujo Roggero, Rossella Rossetto, Eduardo Donizete Pastrelo. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/44_IU_mobilidade_mulheres.pdf>. Consultado em 24/06/2020

PRIORE, Mary Del(org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. Disponível em: <<https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>> Consultado em 10/06/2020.

Projeto Arquitetas Negras. <https://www.instagram.com/arquitetasnegras/?hl=pt-br>

RAMOS, Fernão Pessoa. *Mas afinal... o que é mesmo documentário?* São Paulo: Senac/SP, 2008.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro*. Editora Schwarcz, São Paulo. 2018.

ROLNIK, R.; REIS, J.; SANTOS, M. P. e IACOVINI, R. F. G. *Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?* Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada. 2011.

SANTORO, Paula. *Gênero e planejamento territorial: uma aproximação*. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu-MG. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu-MG: ABEP, 2008.

SCOTT, Joan. *A História das Mulheres*, BURKE, Peter. *A Nova História, Seu Passado e Seu Futuro*. In: BURKE, Peter (org). *A Escrita da História - Novas Perspectivas*. 1992. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4468957/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria%20das%20Mulheres%20Joan%20Scott.pdf> Consultado em 09/05/2020> Consultado em 10/06/2020.

SEGAWA, Hugo. *II Inquérito Nacional de Arquitetura: perspectivas ou apenas planta e corte?* Revista Projeto, São Paulo, no 50, abril, 1983, p.18. .

STIEBER, Nancy. *Microhistory of modern city: urban space, its use and representation*. Journal of the Society of Architectural Historians, vol.58, Nº3, Architectural History 1999/2000, p. 382-391. University of California Press, 1999.

VIDOTTO, Tatiana Car; MONTEIRO, Ana Maria Reis de Goes; NAKANDAKARE, Fernando Shiguedo. *Os Inquéritos Nacionais de Arquitetura na Avaliação do Panorama da Arquitetura Brasileira nos anos de 1961 e 1981* in: Anais do V Seminário Ibero Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 24 a 26 de Outubro de 2017.

WISSENBACH, Vicente. *II Inquérito Nacional de Arquitetura*. Editora Projeto: Rio de Janeiro, 1982.

XAVIER, Alberto (org). *Depoimento de uma geração*. São Paulo, Cosac&Naify 2003.

ZIRBEL, Ilze. *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política UFSC. 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequence=1>> Consultado em 10/06/2020.

REFERÊNCIAS DE TFG

MIGUEL, Ciro. *Oito conversas sobre arquitetura: As gerações FAUUSP 70-80*. FAUUSP. 2004.

ONODA, Marina Ayumi. *Aqui tem Alma*. FAUUSP. 2019.

TOZZI, Giovanna Furlan. Feminismo e Movimento de Luta por Moradia: Trajetória de empoderamento e autonomia de mulheres. Escola da Cidade. 2019

FONTE DAS IMAGENS USADAS NAS COLAGENS

Introdução

“Retratos de mujeres de la Bauhaus con máscaras del Taller de Teatro”. In: Inés Moisset *Los silencios de la historia: mujeres en la Bauhaus*. Disponível em: <https://fido.palermo.edu/servicios_dyc/publicacionesdc/archivos/842_libro.pdf>

Capítulo 1

“Woman with Giant Book” Autoria desconhecida, disponível em: <https://www.mentalfloss.com/article/57504/30-vintage-photos-people-libraries>

Capítulo 2

Claquete <https://br.depositphotos.com/stock-photos/claquete.html>

Máscara bauhaus “Retratos de mujeres de la Bauhaus con máscaras del Taller de Teatro”. In: Inés Moisset *Los silencios de la historia: mujeres en la Bauhaus*. Disponível em: <https://fido.palermo.edu/servicios_dyc/publicacionesdc/archivos/842_libro.pdf>

Capa Ana Gabriela Godinho Lima.

Retrato frame retirado do Video *Última jornada / Webinar: Arquitectura, ciudad y género en tiempos de Covid-19*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RZCr8W8OEn8>

Marreta e traje construção civil. Disponível em: <<https://www.istockphoto.com/br/foto/trabalhador-da-constru%C3%A7%C3%A3o-civil-segurando-marreta-gm922706146-253276792>>

Vênus de milo. Disponível em: <<https://www.gratispng.com/png-xawtgu/>>

Capa Sarah Feldman

Retrato: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhason-line/16.188/6657>

Batalha Maria Antônia 1968. Acervo Folha Press. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/09/com-usp-a-esquerda-e-mackenzie-a-direita-batalha-da-maria-antonia-faz-50-anos.shtml>>

Capa Beatriz Tone

Foto estrutura mutirão Paulo Freire. <https://www.archdaily.com.br/br/767957/usina-25-anos-mutirao-paulo-freire>

Capa Clarissa Paulillo

Louise Bourgeois *Femme Maison* 1946-47. Tinta sobre papel. 23,2 x 9,2cm. e *Autobiographical Series*, Toilette, 1994, Drypoint on paper, 14,4 x 9,1 cm. Disponíveis em: <<http://lounge.obviousmag.org/arxiv/2012/06/louise-bourgeois-desenhos-e-gravuras-de-uma-mulher-que-foi-casa.html>> e <<https://www.theglassmagazine.com/three-bs-in-belgium/>>

Capa Paula Santoro

Protesto *EleNão* Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/por-todo-o-pais-milhares-de-mulheres-tomam-as-ruas-contra-bolsonaro/>>

Silhueta Edifícios São Paulo. Disponível em: <<https://br.vexels.com/vetores/previsualizar/125472/ilustracao-do-horizonte-de-sao-paulo>>

Considerações finais

Marta Grostein e Marlene Acayaba fotografadas por Jorge Hirata, FAUUSP 1969. Disponível em: <<https://stickel.com.br/atc/tag/fau/page/2>>

Demais imagens: Acervo pessoal das entrevistadas.